

Fórum Valorização e Promoção do Património Regional

Dando continuidade aos Encontros que a ACDR de Freixo de Numão e o Parque Arqueológico do Vale do Côa têm vindo a organizar no âmbito do património arqueológico e sua valorização, em 2007 realizou-se o Fórum Valorização e Promoção do Património Regional. O Fórum decorreu nos dias 28, 29 e 30 de Junho nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, integrando quatro sessões coordenadas por diversos investigadores:

Sessões 1 e 2

Duas linhas de investigação regional: estudos cerâmicos e estudos judaicos:

sessão 1. Estudos cerâmicos

Figueira de Castelo Rodrigo, 28 de Junho (manhã)

sessão 2. Estudos judaicos

Pinhel, 28 de Junho (tarde)

Sessão 3

Panorama da investigação regional

Vila Nova de Foz Côa, 29 de Junho

Sessão 4

Arqueologia Experimental

Meda, 30 de Junho

Decorreu uma mesa-redonda no Museu D. Diogo de Sousa em Braga, ainda no âmbito deste Fórum, dedicada ao tema *Sítios Arqueológicos e Visitantes*.

As Câmaras Municipais de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa apoiaram o Fórum e viabilizaram a edição destas actas. Deixamos expresso o nosso reconhecimento, em nome da organização e de todos os investigadores que tiveram a oportunidade de nele participar.

A realização regular destes Encontros e a publicação atempada das suas actas, contribuem seguramente para que a investigação se mantenha dinâmica nesta região. Todos continuaremos a colaborar, entidades e investigadores, para que os conhecimentos sobre o património se aprofundem e a sua valorização se torne uma realidade cada dia mais presente.

A Organização do Congresso

ACDR PAVC

entidades organizadoras do congresso:



edição das actas:



entidades financiadoras da edição:



Fórum Valorização e Promoção do Património Regional

actas das sessões

volume 1

Cerâmicas no Quotidiano

Estudos sobre Cerâmicas Arqueológicas e Etnográficas

volume 2

Investigar e Valorizar o Património

Estudos Judaicos

Sítios Arqueológicos e Visitantes

volume 3

Do Paleolítico à Contemporaneidade

Estudos sobre a História da Ocupação humana em Trás os Montes, Alto Douro e Beira Interior

volume 4

Arqueologia Experimental

Recriações do passado em ritmos do nosso tempo

Neste volume publica-se a sessão da manhã de 28 de Junho de 2007, realizada em Figueira de Castelo Rodrigo e dedicada aos Estudos Cerâmicos. Painel de debate sobre as problemáticas do abastecimento da região em cerâmica comum e faiança ao longo das épocas moderna e contemporânea. Perscrutar o potencial que há no estabelecer pontes entre uma etnografia com prática regional secular e uma arqueologia do período que imediatamente antecede a contemporaneidade, um saber ainda emergente na região. Averiguar a presença e dimensão do abastecimento cerâmico a partir dos centros produtores do outro lado da fronteira. Estes os principais objetivos a que se propôs o painel de debate tendo como pano de fundo perspectivar a criação de um projecto de investigação e valorização transfronteiriço.

entidades organizadoras do congresso:



edição das actas:



entidades financiadoras da edição:



Cerâmicas no Quotidiano

Estudos sobre Cerâmicas Arqueológicas e Etnográficas

volume 1



Fórum Valorização e Promoção do Património Regional
actas das sessões

Cerâmicas no Quotidiano

Estudos sobre Cerâmicas Arqueológicas e Etnográfica

volume 1

Índice

4	prefácio
6	introdução Linhas de Investigação Regional. Os Estudos Cerâmicos: Problemática dos Centros Abastecedores na Longa Duração Paulo Dordão
16	acta 01 Olarias e Oleiros no Leste Transmontano Miguel Areosa Rodrigues
38	acta 02 Cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XVIII exumadas na área urbana de Freixo de Numão António N. Sá Coixão e Sandra Euzébio Naldinho
46	acta 03 Conjunto cerâmico da Rua Mouzinho de Albuquerque, nº4, de Miranda do Douro José Jorge Argüello Menéndez
51	acta 04 Torre de Almofala: Apontamentos sobre a Cerâmica de época moderna Elisa Albuquerque
68	acta 05 A Olaria de Bisalhães Alberto Tapada
80	acta 06 Louceiros de Santa Comba: histórias que o barro escreve Graça Araújo

introdução

Linhas de Investigação Regional

Os Estudos Cerâmicos: Problemática dos Centros Abastecedores
na Longa Duração.

Paulo Dordio

Entre os dias 28 e 30 de Junho de 2007 realizou-se em Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa o *Fórum Valorização e Promoção do Património Regional*, organização conjunta do Parque Arqueológico do Vale do Côa, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, IGESPAR, IP. e Setepés / Formação. Decidiu a organização que o primeiro dia dos trabalhos fosse dedicado à discussão de duas linhas de investigação cujo desenvolvimento tem gerado grande expectativa na região *Raiana*: os estudos cerâmicos e os estudos judaicos.

A convite da organização do Fórum e em colaboração com Miguel Rodrigues, propusemos para a primeira sessão um painel de debate com o objectivo de realizar o levantamento de algumas das problemáticas que se colocam relativamente ao abastecimento da região em cerâmica comum e faiança ao longo das épocas moderna e contemporânea. Preocupava-nos sobretudo discutir as continuidades mas também as descontinuidades entre os centros oleiros tradicionais, identificados e estudados por numerosos trabalhos de etnografia regional, e os ainda escassos conjuntos cerâmicos arqueológicos datados dos séculos XVII e XVIII, que a recente expansão da actividade arqueológica começou a revelar naquela região. Visávamos deste modo perscrutar o potencial do estabelecimento de pontes entre uma etnografia com prática regional secular e uma arqueologia do período que imediatamente antecede a contemporaneidade, um saber ainda emergente naquela mesma região. Em paralelo, interessava-nos averiguar da presença e dimensão do abastecimento cerâmico a partir dos centros produtores do outro lado da fronteira. Como pano de fundo, propunha-se, por fim, perspectivar a criação de um projecto de investigação e valorização transfronteiriço no que aos estudos cerâmicos diz respeito.

Uma contrariedade de carácter pessoal e de última hora impediu a presença no painel de discussão de Manuel Moratinos Garcia e de Angel Luis Palomino (Universidade de Valladolid) a quem tinha sido sugerido que introduzissem a identificação e caracterização dos centros produtores espanhóis que poderão ter tido participação no abastecimento das regiões fronteiriças portuguesas, entre os quais parece sobressair Olivares (Zamora) mas também Talavera de la Reina. Interessava discutir as problemáticas e as frentes de trabalho da investigação actual, focando as formas e processos do comércio cerâmico transfronteiriço bem como a presença de cerâmica portuguesa na zona fronteiriça espanhola.

Apesar do contratempo, os variados contributos de um saliente conjunto de investigadores que desenvolvem o seu trabalho no lado português da Raia permitiu avançar decididamente no sentido da elaboração de uma agenda para a investigação regional dos dois lados da fronteira assim como da delimitação de formas futuras de parceria e cooperação configurando um projecto de investigação e valorização transfronteiriço. A edição das presentes actas, reunindo os textos que fixam deste modo os contributos individuais bem como os acrescentos provocados pela discussão então gerada constitui um novo passo neste sentido.

O texto de Miguel Rodrigues, que abre o volume retomando a apresentação inicial à sessão, identifica os centros produtores do Leste Transmontano e Duriense (distritos de Bragança e Guarda), sistematizando as suas principais características e recenseando a já extensa bibliografia de carácter etnográfico e histórico produzida principalmente nas últimas décadas. Apontam-se igualmente os resultados desde já muito promissores das primeiras aproximações arquivísticas ao tema dos oleiros e das olarias nos séculos XVII, XVIII e XIX, área de investigação que urge desenvolver.

O quadro produtor regional que surge diante de nós é ainda muito enformado por um conhecimento assente nas realidades de centros que haviam já iniciado uma fase de irremediável decadência, abandonada que se encontrava toda uma cultura material ancestral do quotidiano assente em matérias-primas como a madeira, o couro ou o barro, a qual dava lugar a uma outra que espraiava o uso do metal fundido, do vidro, da folha de metal e, pouco depois, dos plásticos. Igual decadência tocava os modos de produzir e comercializar tradicionais, com a *fábrica* a substituir com vantagem a *oficina*, tudo isto se inserindo numa expansão sem precedentes dos modelos do mundo urbano sobre uma ruralidade cada vez mais deprimida. O tom de miséria que enquadra uma actividade já só perspectivada como subsidiária e complementar de outras principais, não deverá porém ofuscar a reconstituição de um quadro produtor regional que nos séculos XVII, XVIII e ainda em parte do XIX, supria uma procura abundante e insubstituível do quotidiano de todos sem excepção.

Neste sentido, creio deveremos enquadrar as observações tecidas acerca da distinção de

centros produtores como o Felgar / Larinho, Bemposta, Barreira / Santa Comba e, talvez também Pinela, caracterizados por uma continuidade secular em que, as ainda escassas sondagens realizadas em arquivos e documentos, revelam uma relativa pujança económica e um estatuto social dos seus activos num passado mais remoto que contraria aquela imagem miserabilista, dependente e marginal que se colhe de realidades mais próximas de nós no tempo. Em paralelo a estes centros produtores, que parecem ter estruturado o quadro abastecedor regional na longa duração, surgem referências a locais de produção muito distintos, caracterizados por uma grande efemeridade, apenas uma, duas, três gerações no máximo, e um reduzido número de activos. É o caso de Calvelhe, Caçarelhos, Sendim, Mirandela e, até Malhada Sorda. A origem da olaria em Calvelhe situa-se em meados do século XIX por deslocação de um oleiro proveniente do centro maior de Vilar de Nantes (Chaves). Caçarelhos e Sendim, devem o início da olaria em finais do século XIX, com o estabelecimento de uma família originária de Zamora. Malhada Sorda tem princípio em oleiros deslocados de Santa Comba e Barreira, mais a Norte. Note-se que na génese destas novas e efémeras fundações estão muitas vezes ocasionais deslocações motivadas por casamentos dos oleiros fora da sua comunidade de nascimento.

Tabela 1

Louceiros da Comarca de Trás-os-Montes em 1796 segundo Columbano Pinto Ribeiro de Castro (AMADOS/d).

*Nota: as oleiras de Pinela referidas por Ch. Lepierre (1899): "o fabrico é em pequena escala e, como quasi sempre, por processos antiquados (...) os seus mercados não passam do alto distrito, com poucas transacções no resto dos concelhos e povoações hespanholas fronteiras de Bragança".

Centro	Termo	Lugar	nº de louceiros
Chaves	Chaves	Agostém	1
		Escaris	1
		Nantes	4
		Oura	3
		Samaiões	8
		Vilar de Nantes	35
		Total	52
Bemposta	Bemposta	Bemposta	30
		Predo	3
		Total	33
Vila Real	Vila Real	Lordelo	8
Pinela: não tem referências a louceiros.*			
		Louceiros	Fogos
Total Comarca	113	77054	682 fogos/louceiro

Este fenómeno da deslocação de oleiros na origem de novos centros produtores foi objecto, recentemente, da atenção detalhada sobre documentação de arquivos por António Pereira Dinis e Paulo Amaral (AMARAL e DINIS 2003; DINIS 2000, 2004; DINIS e AMARAL 2005) em relação a S. Martinho de Mouros (Lamego, Resende), importante centro produtor que parece ter dominado uma parte significativa do mercado abastecedor nas áreas média e baixa do vale do Douro, pelo menos desde o século XVII. Neste caso estamos diante de uma verdadeira diáspora dos oleiros de S. Martinho de Mouros que, movendo-se no interior daquelas suas áreas de distribuição da produção, estarão na origem de numerosos outros centros produtores que, porém, assumiram menor destaque como Queimadela (Lamego), Santa Maria de Gondar (Amarante), Gôve e Ancêde (Baião), Ribolhos (Castro Daire), S. Tiago de Mondrões (Vila Real) e até, talvez, Coimbrões, em Vila Nova de Gaia.

Dinâmicas de concentração e de dispersão da actividade produtiva parecem assim ser conceitos interessantes na hora de pensar a evolução do quadro produtivo e abastecedor cerâmico. Na verdade, a partir dos séculos XV – XVI, senão já antes, configura-se diante de nós, em numerosas regiões, o nascimento de um novo quadro produtivo, concretizando opções próprias das economias de escala. A uma fase anterior dominada por um abastecimento baseado em pequenas ou pequeníssimas unidades de produção, disseminadas pelo território, desenvolvendo a actividade adjacentes quer às fontes de matérias-

primas quer às comunidades cujas necessidades proviam, sucede um modo diferente de organizar a produção (confrontar a análise deste fenómeno na região transfronteiriça da *Extremadura* espanhola e do Alentejo realizada por Miguel ALBA CALZADO, 1997). A dispersão dá lugar a opções de concentração: onde a matéria-prima é de melhor qualidade ou mais abundante; a mão-de-obra mais disponível, de menor custo e melhor preparada; as vias de escoamento da produção de maior alcance. Introduzem-se inovações tecnológicas: a vidragem torna-se técnica comum e uma cada vez mais acentuada padronização dos fabricos assegura a optimização das opções técnicas. Assiste-se à diversificação da oferta multiplicando-se o número de formas e dimensões das peças que se procura adequar às múltiplas necessidades de uma vida quotidiana cada vez mais sofisticada.

A concentração da actividade produtiva tem como contraponto necessário o alargamento dos mercados, fazendo uso dos meios disponíveis da almocrevaria e da cabotagem, faz chegar a produção a zonas muito distantes. As mudanças mostram a inserção numa rede mais e mais global que se reproduz igualmente na participação num gosto também ele global. Observa-se porém, na persistência de marcas da “identidade” bem como na especialização regional, a emergência de estratégias que visam a actuação num espaço de mercado e concorrência irremediavelmente transformado.

Mas a tendência para a substituição de um sistema local de abastecimento por um de escala deverá igualmente mostrar ritmos diversos, adequados às diversas condições regionais. Um exemplo tomado da região de Coimbra, ainda que já tardio, permite-nos ilustrar a afirmação.

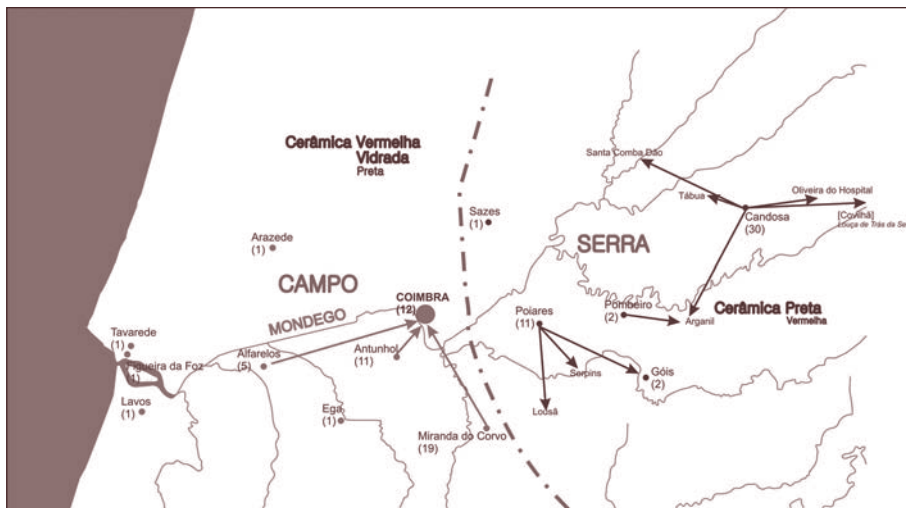
Com base na informação coligida entre o final do século XIX e o início do século XX, registam-se no interior da área do distrito de Coimbra mais de uma dezena de localidades onde existiram – nalguns casos persistindo ainda hoje - centros produtores de cerâmica (Mapa 1). O território que organiza o distrito de Coimbra ordena-se ao longo dos cursos médio e baixo do rio Mondego. Demarcam-se deste modo duas distintas regiões: o *Campo* do Mondego, a jusante, que encontra na cidade de Coimbra o natural centro da região, e a *Serra*, a montante, constituída pelas terras altas e recortadas dos concelhos de Tábua, Póvoa do Varzim, Arganil ou Góis, situadas nas faldas e nos prolongamentos do maciço central da Estrela. As características das produções cerâmicas bem como os padrões de distribuição dos centros oleiros que se localizam naquelas duas regiões diferenciam-se profundamente.

Na *Serra* - na Candosa (Tábua), em Olho Marinho de Santo André (Póvoa do Varzim), na Chapinheira de Pombeiro (Arganil) e na Várzea (Góis) – predominava, quase em exclusivo, a louça preta, produzida em pequenas oficinas, por vezes em grande número como na Candosa, mas que não chegava às terras baixas do Mondego, distribuindo-se apenas pela zona serrana através de circuitos preponderantemente de pequena dimensão. Na passagem do século XIX para o XX, o centro oleiro da Candosa era o maior do distrito em número de oficinas, contabilizando-se 30 em 1905, com um volume de produção considerado muito significativo ainda que não se disponha de informação estatística permitindo a comparação com os outros centros produtores localizados no mesmo distrito, nomeadamente com o volume produzido pelas *fábricas* que se situavam na cidade de Coimbra. A produção em preto da Candosa era vendida não só nos mercados do próprio concelho de Tábua como nos vizinhos de Oliveira do Hospital, Arganil, Santa Comba Dão e mesmo na Covilhã onde era conhecida como a *louça de trás da serra*.

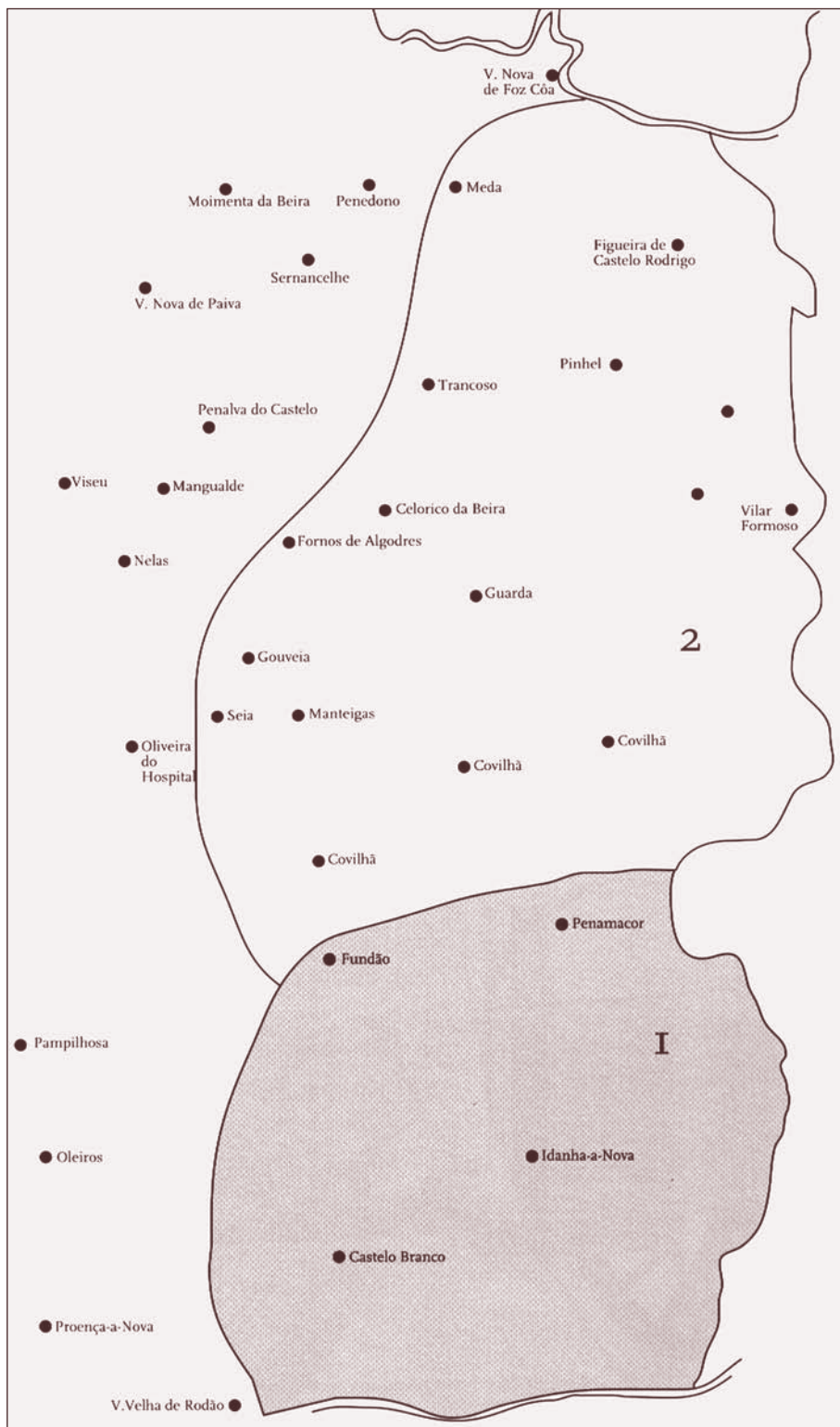
No *Campo* do Mondego os principais centros produtores localizavam-se na própria cidade de Coimbra, em Taveiro e Antanhol, também muito próximos da cidade, em Alfarelos (Soure) e em Miranda do Corvo. Pelo menos nos finais do século XIX e inícios do seguinte, as olarias da cidade, que chegavam a ser oficinas de razoável dimensão surgindo designadas por *fábricas*, dedicavam-se quase todas à produção de louça branca ou faiança tendo praticamente abandonado a produção de louça comum. Esta última, que podia ser vermelha não vidrada ou vidrada e ainda de pasta branca vidrada a verde mas raramente produzida em fogo redutor ou preta, era fabricada fora da cidade, principalmente em Miranda do Corvo e em Antanhol que encontravam no mercado de Coimbra os seus principais compradores. A partir da cidade, podiam depois entrar em circuitos de distribuição de grande amplitude, Mondego abaixo e barra de Buarcos fora.

A diferente dimensão das áreas de mercado e abastecimento entre as olarias que enformam o conhecimento da etnografia regional, quando a olaria se expõe como uma actividade económica pobre, complementar da agricultura e de recurso, e a das olarias

mapa 1 Centros produtores, principais produções, número de oficinas e áreas de comercialização segundo Lepierre 1899 e Themudo 1905, no Distrito de Coimbra.

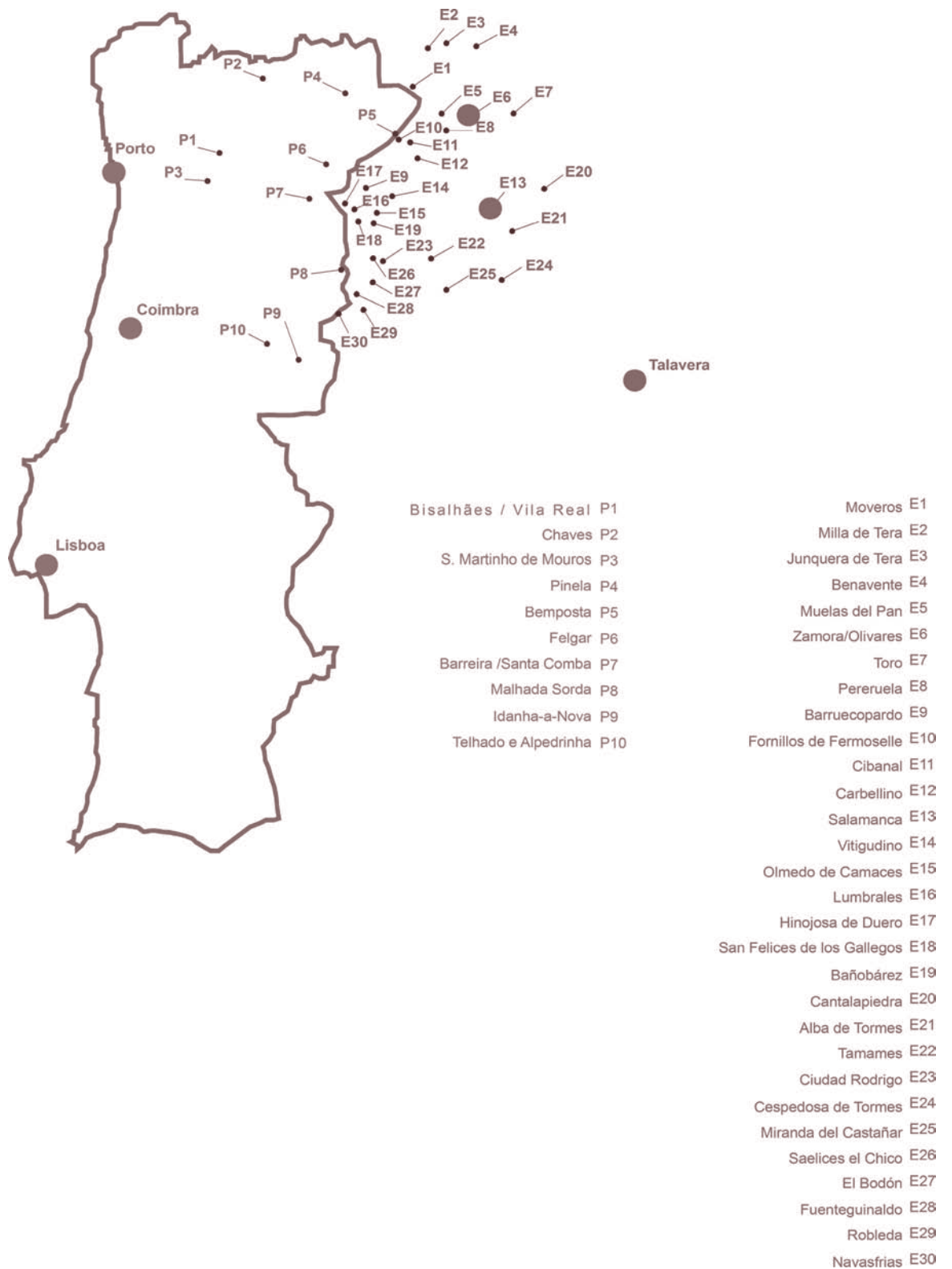


mapa 2

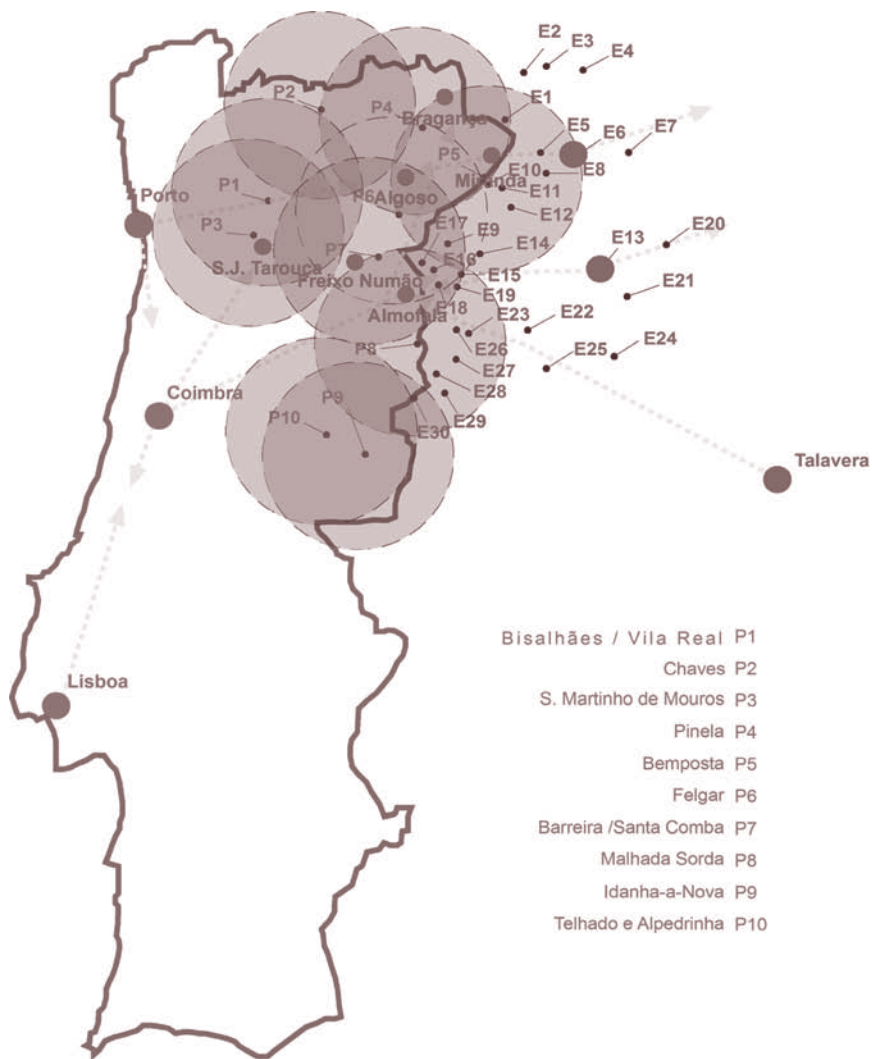


mapa 3 Mapa dos Circuitos de Comercialização de Louça de Barro de Idanha-a-Nova, segundo Paulo LONGO 1997.

A área 1 corresponde à mais próxima dos mercados e percursos mais pequenos. A área 2 é a do circuito da “Terra Fria”. Algumas localidades já fora do circuito são destinos menos referidos, mas que se incluíam, por vezes, nas deslocações.



mapa 4



- | | | | |
|-----------------------|-----|-----------------------------|-----|
| Bisalhães / Vila Real | P1 | Moveros | E1 |
| Chaves | P2 | Milla de Tera | E2 |
| S. Martinho de Mouros | P3 | Junquera de Tera | E3 |
| Pinela | P4 | Benavente | E4 |
| Bemposta | P5 | Muelas del Pan | E5 |
| Felgar | P6 | Zamora/Olivares | E6 |
| Barreira /Santa Comba | P7 | Toro | E7 |
| Malhada Sorda | P8 | Pererueta | E8 |
| Idanha-a-Nova | P9 | Barruecopardo | E9 |
| Telhado e Alpedrinha | P10 | Fornillos de Fermoselle | E10 |
| | | Cibanal | E11 |
| | | Carbellino | E12 |
| | | Salamanca | E13 |
| | | Vitigudino | E14 |
| | | Olmedo de Camaces | E15 |
| | | Lumbrales | E16 |
| | | Hinojosa de Duero | E17 |
| | | San Felices de los Gallegos | E18 |
| | | Bañobárez | E19 |
| | | Cantalapiedra | E20 |
| | | Alba de Tormes | E21 |
| | | Tamames | E22 |
| | | Ciudad Rodrigo | E23 |
| | | Cespedosa de Tormes | E24 |
| | | Miranda del Castañar | E25 |
| | | Saelices el Chico | E26 |
| | | El Bodón | E27 |
| | | Fuenteguinaldo | E28 |
| | | Robleda | E29 |
| | | Navasfrías | E30 |

mapa 5

que, na mesma região prosperaram nos séculos XVII e XVIII, enquanto actividade económica de primeira linha, tendendo a proto-industrializar-se, deverá ser objecto de estudo e problematização.

Em Santa Comba, por exemplo, a memória dos oleiros vivos, apenas retém os concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Meda, englobando algumas zonas de Trancoso e Figueira de Castelo Rodrigo, como a área tradicional de distribuição dos seus produtos, grosso modo, um círculo de cerca de 30 km de raio. Porém, segundo Ch. Lepierre, que regista as suas observações em 1899, as oficinas de Santa Comba abasteciam os mercados de Aguiar da Beira, Almeida, Belmonte, Guarda, Moimenta da Beira, Pesqueira e Pinhel, isto é, um círculo aproximado de 50 km de raio (Mapa 2). Ainda na Beira Raiana mas mais a Sul, a investigação de Paulo Longo sobre as desaparecidas olarias de Idanha-a-nova, identifica uma área de comercialização habitual mais próxima mas associa-lhe um outro circuito, os dos *carroceiros* ou da *Terra Fria*, em que as distâncias se ampliavam para os 100 e os 120 km (LONGO 1997; ver mapa aqui reproduzido: Mapa 3).

Conjugando assim áreas de abastecimento mais amplas no passado com uma maior concentração da actividade produtora abre-se diante de nós um diferente quadro de abastecimento cerâmico em relação ao que se colhe das observações e registos da etnografia regional.

Mas, a reconstituição deste quadro regional ficaria muito incompleta se não fizesse igualmente apelo ao conhecimento do papel desempenhado pelos centros produtores do outro lado da fronteira (Mapa 4 - Nota: A identificação e cartografia dos centros oleiros espanhóis foi realizada por Olatz Villanueva Zubizarreta, Manuel Moratinos e Javier Larrazabal.). Nas últimas décadas, a historiografia portuguesa da Idade Média e a do Antigo Regime tem proposto uma visão da *unidade e identidade nacionais* que em muito se afasta dos paradigmas da historiografia do século XIX e do Estado Novo. Num passado perspectivado como permitindo a coexistência de uma “multiplicidade e autonomia de distintas formas de solidariedade social e que distinguia cuidadosamente os correspondentes sentimentos de identidade (de co-pertença)” (HESPANHA 1993, 20; para a Idade Média ver, por exemplo, MATTOSO 1985), é a percepção do próprio *modus operandi* da fronteira que também se altera (MARTINS 2000) mostrando, por exemplo, no quotidiano das comunidades locais da Raia um outro peso e importância das relações transfronteiriças.

As interrogações colocadas acerca da evolução histórica do quadro de abastecimento cerâmico regional só poderão começar a ser respondidas com o desenvolvimento do estudo de conjuntos cerâmicos arqueológicos (Mapa 5). É o que nos expõe os três textos seguintes. Jorge Arguello Menéndez apresenta um conjunto datável dos séculos XVII a XX, exumado na área urbana de Miranda do Douro, em que estão patentes louça comum de provável produção de ambos os lados da fronteira, bem como faiança espanhola do tipo Olivares (Zamora), Talavera de la Reina ou Sevilha, e faiança portuguesa dum tipo particular que começa a ser identificado como sendo proveniente das olarias de Coimbra. António Sá Coixão e Sandra Naldinho apresentam um segundo conjunto que resultou de várias intervenções arqueológicas realizadas em níveis de construção de algumas das *Casas Grandes* de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) e cuja cronologia se estende do século XVI a XVIII. Destaque para a faiança portuguesa de provável produção coimbrã. Elisa Albuquerque mostra os resultados do estudo cerâmico desenvolvido no âmbito de uma tese de mestrado que abordou o espólio dos níveis medievais e modernos da aldeia de Torre dos Frades (Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo), arrasada em 1642 no contexto da Guerra da Aclamação e Restauração. Também aqui, a faiança originária de Olivares (Zamora) ou de Talavera de la Reina surge em grande número a par de outras louças, comuns e esmaltadas, cuja origem não é tão facilmente identificável no estado actual do conhecimento das produções regionais.

Não foi possível a Luís Sebastian e a Ana Sampaio concluírem a tempo da presente publicação o texto relativo à apresentação que realizaram por ocasião do painel de discussão relativa aos espólios cerâmicos de época moderna exumados nas escavações arqueológicas do Mosteiro de S. João de Tarouca. O potencial informativo deste abundante conjunto ficou porém na memória de todos os participantes, no que à cerâmica comum diz respeito e principalmente em relação ao importante núcleo de faianças decoradas, maioritariamente datáveis da 2ª metade do século XVII e primeira do XVIII, em que o domínio do tipo Coimbrão é quase absoluto.

Localizando-se na mesma faixa intermédia transmontana e duriense, Alberto Tapada contribui com um texto que sistematiza conhecimento e problemática sobre as olarias de Vila

Real chamando a atenção para o quanto importante será agora estudar a colecção de cerâmicas arqueológicas de época medieval e moderna exumadas nas recentes intervenções na Vila Velha.

Em jeito de conclusão, o texto de Graça Araújo, retomando a investigação desenvolvida pela autora sobre as olarias de Santa Comba e de Malhada Sorda, de que resultou uma importante exposição inaugurada recentemente no Museu de Olaria de Barcelos, traça um retrato daquelas extintas olarias através das memórias e as palavras dos seus últimos artífices.

Bibliografia

MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, INIC, Lisboa, s/d.

ALBA CALZADO, Miguel, Las producciones alfareras Alentejano-Extremeñas durante el Antigo Régimen. In *Mérida Ciudad y Patrimonio, Revista Científica*, nº 1, Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico - Artística y Arqueológica de Mérida, 1997, p. 79-107.

AMARAL, Paulo; DINIS, António Pereira, Olarias de Fazamões. Resende: o crepúsculo de uma actividade. In *As Idades da Terra*, Lisboa, 2003, pp. 72-75.

DINIS, António Pereira, As Olarias de S. Tiago de Mondrões no século XVIII. In *Estudos Transmontanos e Durienses*, 9, Vila Real, 2000, pp. 95-144.

DINIS, António Pereira, Contribuição para o estudo das olarias do termo de Vila Real: Manuel Rodrigues, oleiro em Parada. In *Olaria*, Barcelos 2004, p. 21-29.

DINIS, António Pereira; AMARAL, Paulo, Gondar (Amarante). Uma abordagem documental no estudo de um centro oleiro. In *Actas das III Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Câmara Municipal, Tondela, 2005.

LEPIERRE, Charles, Estudo Químico e Tecnológico sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna – 2ª edição anotada, *Boletim do Trabalho Industrial*, 78, Lisboa, 1912.

LONGO, Paulo, Oleiros de Idanha In *Actas do III Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*, Câmara Municipal de Matosinhos, Matosinhos, 1997, pp. 24-35.

MARTINS, Rui Luís Vide da Cunha, *A fronteira antes da sua metáfora: cinco teses sobre a fronteira hispano portuguesa no século XV*. Coimbra: Universidade Faculdade de Letras, 2000.

THEMUDO, Fortunato Augusto Freire, *Estudo sobre o estado actual da indústria cerâmica na 2ª circunscrição dos serviços técnicos da indústria*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

acta 01

Olarias e Oleiros no Leste Transmontano

Miguel Areosa Rodrigues

(Arqueólogo - Direcção Regional de Cultura do Norte)

Introdução

O estudo e levantamento das olarias do Leste Transmontano, em que se inclui o concelho de Vila Nova de Foz Côa, parte que era da antiga província de Trás-os-Montes e Alto Douro, surgiu no caminho do autor, arqueólogo de profissão, primeiro por necessidade de realizar trabalhos académicos, depois pela ligação com os artefactos arqueológicos exumados em escavações arqueológicas dos períodos medieval e moderno e, finalmente, pela paixão despertada pela possibilidade de revelar e preservar uma parte importante do nosso património que, aqui a nosso lado, estava a desaparecer com o fim das olarias, a morte dos últimos oleiros, o desaparecimento dos vestígios do seu trabalho.

No início da década de 90, em conjunto com Nelson Rebanda, que é na prática um verdadeiro co-autor deste texto, o autor procedeu ao inventário e levantamento dos locais, do Leste Transmontano em que havia memória do fabrico de louça. Partindo do caso da olaria do Felgar, então a mais conhecida e estudada e tendo como guia o precioso texto de Belarmino Afonso (1981) visitámos sucessivamente, e quase sempre várias vezes as povoações de Felgar, Pinela, Vila Boa, Calvelhe, Caçarelhos, Bemposta, Sendim, Santa Comba e Barreira locais onde foi possível confirmar a existência, em tempos idos, de oleiros ou oleiras, e onde se recolheram informações sobre as origens dos diversos centros oleiros, as técnicas utilizadas na preparação do barro e no fabrico das peças, as formas produzidas, os sistemas de comercialização e as razões do declínio e desaparecimento.

O trabalho de campo efectuado nas povoações onde existiram centros oleiros revelou-se quase sempre compensador, tanto em termos científicos como humanos. Através do inquérito oral foi-nos possível reconstituir as antigas técnicas e observar muitas peças que registámos fotograficamente. Evidentemente que a quantidade de informação recolhida variou inversamente ao número de anos passado desde a extinção da olaria. Em locais como Pinela, Vila Boa, Felgar, Bemposta ou Barreira, foi ainda possível contactar com antigos oleiros ou pessoas com eles relacionadas directamente, tornando-se a investigação, evidentemente, mais frutuosa. Pelo contrário, em locais como Calvelhe e Caçarelhos, em que a actividade oleira desapareceu à mais tempo e em que, nesses casos, era exercida por pessoas com origem exógena à comunidade local, a reconstituição da actividade revelou-se mais difícil e fragmentária.

Como complemento indispensável, nomeadamente para o conhecimento da origem e evolução destas produções artesanais, foi efectuada uma pesquisa documental, necessariamente limitada, nomeadamente nos Livros de Actas Municipais, nos Registos Paroquiais, nos Cadernos Eleitorais, nos Recenseamentos Militares. Pretendemos assim, neste trabalho, apresentar uma breve visão global da situação das olarias tradicionais no Leste Transmontano, durante o século XX, como súmula de uma série de trabalhos parciais já publicados.

Esta introdução não ficaria completa sem referir que estes trabalhos se inseriram num projecto mais vasto de estudo das olarias tradicionais do Norte de Portugal e da sua relação com as cerâmicas arqueológicas, conhecido como PROCEN (A Produção Cerâmica do Norte (sec. XII-XX estudo histórico, tipológico e laboratorial) que reuniu um vasto conjunto de investigadores das áreas da etnografia e da arqueologia e que teve em Isabel Fernandes a principal animadora (FERNANDES, 1997). Finalmente refira-se o papel determinante e incansável do Museu de Olaria em Barcelos, dirigido por Cláudia Milhazes, no desenvolvimento dos estudos olários, desde a recolha e preservação dos vestígios das últimas olarias, à disponibilização dos meios para o seu estudo, como na divulgação incansável através de exposições e actividades e na edição cuidada e exemplar dos resultados das investigações.

Bibliografia

As referências bibliográficas a olarias não eram abundantes e, com excepção dos centros oleiros de Felgar e Pinela, para os quais encontramos alguns textos de carácter monográfico, limitavam-se a curtas informações inseridas em obras de carácter mais vasto.

As referências bibliográficas mais antigas¹ que conhecemos datam do século XVIII. Em 1706, o Pe. Carvalho da Costa, na *Chorografia Portuguesa* (COSTA, 1706), refere a existência de oleiros no Larinho (Moncorvo). Pouco tempo depois, em 1721, A. Veloso de Carvalho, nas *Memórias de Torre de Moncorvo* (ALVES, 1910-47: VIII, 109), volta a referir a louça vermelha do Larinho e agora, também a do Felgar (Moncorvo). No final do século,

¹ As referências documentais conhecidas serão citadas nos capítulos dedicados a cada olaria.



fig. 1 Hermínia Lavrador, a última oleira de Bemposta.

em 1796, Columbano Ribeiro de Castro, no seu *Mappa do estado actual da província de Trás-os-Montes* (MENDES, 1981: 188), indica existirem 20 oleiros no Felgar, 30 em Bemposta (Miranda do Douro) e 3 em Peredo de Bemposta (Mogadouro).

Pinho Leal, refere no *Portugal Antigo e Moderno*, existirem olarias no Felgar (LEAL, 1874: III-IV, 162).

Em 1883, Joaquim Vasconcelos, refere-se a peças cerâmicas provenientes de Mirandela (VASCONCELOS, 1883)

Em 1899, Charles Lepierre no seu estudo sobre a *Cerâmica Portuguesa Moderna* (LEPIERRE, 1899: 44-45), apenas refere, para o distrito de Bragança, a existência de produção de “louça comum” em Pinela (Bragança) e Mirandela.

Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, na sua obra monumental, refere-se escassamente às olarias tradicionais do distrito. Em 1910, numa breve resenha dedicada às actividades industriais, apresenta um capítulo dedicado à *Cerâmica* em que, referindo serem Felgar, no Sul, e Pinela, no Norte, os maiores centros oleiros do distrito, faz menção de outros locais de produção de cerâmica: Vila Boa, Paredes, Calvelhe e Freixo de Espada à Cinta (ALVES, 1910-47: II, 476-477).

Em 1913, Luís F. Girão no seu *Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª circunscrição dos serviços técnicos da indústria* (GIRÃO, 1913: 11), seguindo provavelmente C. Lepierre, refere novamente o fabrico de “louça amarela ou vermelha” em Pinela e Mirandela. É de referir o facto destes dois autores que pretendem efectuar um levantamento sistemático das olarias, não referirem a olaria do Felgar (para além de outras de menores dimensões) que seria provavelmente, nesta altura, o mais importante centro de produção do distrito (22 oleiros em 1895, segundo o Recenseamento eleitoral).

Emanuel Ribeiro, no primeiro quartel do século, refere a existência de olaria em Caçarelhos (Vimioso) e Pinela, incluindo em glossário diversos termos utilizados nestes dois locais (RIBEIRO, 1925: 57-60). Apresenta também uma fotografia de peças provenientes de Pinela e diversas referências aos motivos decorativos aqui utilizados.

Em 1940, num capítulo sobre *Oleiros e Olarias*, incluído na obra colectiva “Vida e Arte do Povo Português”, J. R. dos Santos Júnior, inclui diversas expressões e termos utilizados pelos louceiros do Felgar (JÚNIOR, 1940).

A. Vasco Rodrigues, publica em 1958, no “Mensário das Casas do Povo” (RODRIGUES, 1958), um notável artigo, intitulado *Olarias do Felgar*, em que, sinteticamente, descreve com rigor: as técnicas de fabrico, as formas e decorações utilizadas, os termos técnicos e as causas do declínio deste centro oleiro, então ainda com 5 oleiros a trabalhar.

Nos anos 60 diversos trabalhos de carácter geral, abordando problemáticas ligadas à olaria, referem-se pontualmente às olarias de Felgar e Pinela, seja limitando-se a citar anteriores trabalhos, como é o caso de Luís Chaves sobre a utilização da mica como processo decorativo no Felgar (CHAVES, 1961: 217) citando A. Vasco Rodrigues; seja introduzindo novos dados sobre as olarias trasmontanas, e refiram-se os trabalhos de Margarida Ribeiro e Jorge Dias, respectivamente intitulados: *Contribuição para o estudo da cerâmica popular portuguesa* (RIBEIRO, 1962) e *Da olaria primitiva ao torno do oleiro* (DIAS, 1965).

Em 1983, o Pe. Ernesto Sales, na sua monografia sobre Mirandela refere ter aí existido fabrico de louça de barro (SALES, 1983: II, 132).

Já nos anos 80, encontramos o artigo de Belarmino Afonso, saído na revista “Brigantia”, e em que este autor procura dar uma panorâmica geral da olaria tradicional no distrito (AFONSO, 1981). Referindo-se de uma forma mais aprofundada às olarias de Felgar e Larinho, mas indicando também a existência, durante este século, de diversos outros centros de produção cerâmica menos conhecidos, nomeadamente, Calvelhe (Bragança), Caçarelhos (Vimioso), Vila Boa (Serapicos - Bragança) e Paredes (Bragança).

As olarias de Felgar e Larinho são novamente descritas por E. Sempere no seu trabalho de levantamento das olarias tradicionais da Península (SEMPERE, 1982). No final da década de 80, na sequência do trabalho de recolha do Museu de Olaria de Barcelos e consequente exposição sobre a olaria do Felgar, foram publicados dois excelentes trabalhos monográficos da autoria de M^a da Graça Freitas e Manuel M. Macedo: *Olaria do Felgar (Torre de Moncorvo) - Catálogo* (MACEDO e FREITAS, 1988) e *Vasilhas do Felgar, Objectos úteis - Exposição* (MACEDO e FREITAS, 1990).

Em 1992, o autor deste trabalho apresentou, em colaboração com Nelson Rebanda, uma comunicação nas 1^o Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, subordinada ao tema *Centros oleiros do distrito de Bragança - olarias de Felgar e Larinho*, posteriormente publicada nas Actas destas Jornadas (RODRIGUES e REBANDA, 1995), e em que se pro-

curava caracterizar este centro oleiro, recorrendo nomeadamente aos trabalhos anteriormente publicados, e apresentar nova documentação sobre a sua origem. Este trabalho foi o primeiro de uma série de estudos sobre os centros oleiros do leste transmontano, desenvolvidos em colaboração com Nelson Rebanda, publicados em diversas revistas da especialidade e de que se faz um breve resumo neste artigo.

Assim, sobre a olaria tradicional no planalto mirandês publicaram-se dois artigos em que se deram a conhecer as olarias de Caçarelhos, Bemposta e Sendim (RODRIGUES e REBANDA, 1996 e 1996a). Sobre o centro oleiro de Pinela/VilaBoa foi publicada uma revisão dos dados conhecidos, dando o relevo às produções cerâmicas na aldeia de Vila Boa e divulgando diversas peças recolhidas em trabalho de campo (RODRIGUES e REBANDA, 1997). Sobre os oleiros de Calvelhe publicou-se um pequeno artigo em que se procurava caracterizar estas produções com base na análise das peças identificadas no local e na investigação efectuada nos Registos Paroquiais (RODRIGUES e MASCARENHAS, 1997). Mais recentemente publicaram-se alguns textos de relevância para o conhecimento deste pequeno centro oleiro, nomeadamente os trabalhos de Isabel Fernandes sobre os centros produtores de louça preta no Norte do país que inclui referências aos oleiros de Calvelhe (FERNANDES, 1996) e o artigo da mesma investigadora em conjunto com Henrique Barreto Nunes sobre um conjunto de desenhos de peças de olaria da autoria de Manuel Monteiro e que, em parte, são provenientes de olarias transmontanas (NUNES e FERNANDES, 1998).

Finalmente, a olaria de Santa Comba/Barreira tem vindo a ser, nos últimos anos, objecto de diversos estudos que permitiram conhecer com algum desenvolvimento uma olaria praticamente desconhecida até à pouco tempo. Citem-se os trabalhos de Carla Pinto (PINTO, 1998 e 2000), deste autor (RODRIGUES, 1998 e 2003) e, principalmente, a magnífica monografia editada pelo Museu de Olaria, da autoria de Maria da Graça Araújo (ARAÚJO, 2007), no âmbito da exposição que esteve patente em Vila Nova de Foz Côa e Barcelos sobre este centro oleiro.

Desta breve análise da bibliografia existente sobre a olaria tradicional no distrito de Bragança, ressalta a importância assumida, pelo menos neste século, pelas olarias do Felgar e de Pinela/VilaBoa, sobre as quais recaí grande parte dos trabalhos existentes. Sobre os outros locais de produção cerâmica as referências são pouco mais que pontuais, muitas vezes erróneas, quase sempre sem que tenha existido o indispensável trabalho de campo que permitisse a confirmação e aprofundamento dos dados. Trata-se sempre de produções muito localizadas no tempo e no espaço, correspondendo apenas a uma ou duas gerações de oleiros (Caçarelhos, Bemposta, Sendim, Calvelhe), devido a factores que divergem de local para local.

A caracterização de cada uma destas olarias e a análise específica da documentação e bibliografia conhecida será objecto dos próximos capítulos.

As Olarias

1. A Olaria de Pinela e Vila Boa (Bragança)

No norte do distrito, no concelho de Bragança, encontramos notícia de duas olarias: em Pinela, onde nos anos 60 existiam ainda 6 oleiras, tendo falecido recentemente a última oleira em actividade, a sra. Cândida Afonso; e em Vila Boa, localidade da freguesia de Serapicos, onde existiam nos anos 50 ainda 9 oleiras, mas em que se deixou de fabricar no início dos anos 70.

As origens da olaria de Pinela são-nos desconhecidas, sabemos que já existia no século XIX e é provável que tenha início em período mais recuado, no entanto o facto de se tratar de uma olaria em que o trabalho é exclusivamente feminino e por vezes sazonal, deverá ter contribuído para o tornar menos visível na documentação antiga.

Trata-se de duas povoações vizinhas pelo que apresentam características técnicas idênticas.

As principais referências bibliográficas a estes centros, principalmente a Pinela podem ser encontradas na obra do Abade de Baçal (ALVES, 1910-47: II, 476/7) e no já referido trabalho do Dr. Belarmino Afonso sobre olarias do distrito de Bragança (AFONSO, 1981).

Caracterizam-se estas olarias pela utilização da roda baixa e pela exclusiva participação de mulheres no fabrico de cerâmica. Eram recolhidos duas qualidades de barro: utilizado em maior quantidade era o barro de Paredes que depois de seco, esmagado e peneirado era por fim amassado com água e misturado com uma pequena quantidade do barro *fermento* trazido de Izeda

A oleira trabalhava geralmente ao ar livre, debaixo de um telheiro ou na rua, junto a casa. Embora se produzissem peças todo o ano era na Primavera e Verão que mais se trabalhava na olaria.

As oleiras de Pinela utilizavam a roda, movimentada apenas pelas mãos, para produzirem a sua louça. A roda, fabricada em madeira de freixo ou castanho, é constituída por uma base quadrangular, em madeira, o *cepo*, no qual se insere um eixo vertical de ferro, o *guilho*, sobre o qual assenta o centro do prato da roda. A roda assenta ainda numa cruzeta de madeira, os *machinhos*, que facilitam à oleira movimentar a roda. A roda e os *machinhos* são solidários e giram em torno do *guilho* que se encontra fixado ao *cepo*. Sobre a roda é fixado, com um pouco de barro (a *maia*), um pedaço de madeira quadrangular a *galga*, sobre o qual a oleira coloca o barro a trabalhar. Tem uma altura total de 30 cm e o prato tem um diâmetro de 46 cm.

No fabrico das peças, a oleira utiliza pequenos instrumentos que a auxiliam na modelagem do barro, no alisamento das peças e na execução de motivos decorativos e que são comuns à maior parte dos oleiros: o *fanhadoiro* - pequena tabuinha em madeira, e a *coura* - pedaço de pano que molhado no *testeiro* (pequeno alguidar com água), ajuda a lisar as peças.

As peças mais pequenas: púcaros, barrinhões e cantarinhas (*pichorrinhas*) são feitas de uma só vez. Quando se trata de peças maiores: cântaros ou panelas, a oleira fabrica a peça em três fases. Primeiro o fundo - *caco*, depois o bojo da peça (*boujaro*), e finalmente o colo, asas e bordo. Entre cada uma das fases a oleira deixa a peça secar para poder mais facilmente aguentar com o resto da peça.

Por vezes, quando se trata de fabricar peças maiores, a oleira é auxiliada por outra oleira ou por um elemento mais novo da família, que movimentam a roda enquanto a oleira fabrica a peça. Cada oleira possuía um sinal próprio que colocava, normalmente na asa da peça, e que permitia a identificação das peças na altura da cozedura. Por exemplo: uma pequena cruz, uma linha ondulada, uma aspa e duas incisões.

Uma vez terminadas as peças são colocadas a secar nas varandas ou na cozinha, variando o tempo de secagem com as condições climáticas, podendo, no Inverno, demorar cerca de um mês.

Não existem em Pinela as grandes talhas características de outras olarias, nomeadamente do Felgar, é provável que essa ausência seja devido ao facto de nesta região não abundar nem o vinho nem o azeite, os dois produtos que eram armazenados, por excelência, nas talhas. Por outro lado a execução das grandes talhas exige grande perícia técnica e alguma força física.

Nesta olaria é também costume a execução de pequenas miniaturas de peças, principalmente de cântaros e alguidares, destinadas a serem vendidas na Feira das Cantarinhas, em Bragança, que tem lugar no dia 3 de Maio.

Eram utilizados fornos comunitários, de duas câmaras e com cobertura abobadada. A louça apresenta tons amarelados, sendo peças mais características os cântaros, de colo alto e esguio e corpo baixo e largo e os alguidares de bordo reentrante.

Estas olarias assumiram uma importância significativa, pelo menos nos séculos XIX e XX, abrangendo na sua área de comercialização os concelhos de Bragança, Macedo, Vinhais, Vimioso e Mirandela. Dos testemunhos recolhidos fica-nos a ideia de que embora frequentando as mesmas feiras, as oleiras de Vila Boa tinham como área de comercialização preferencial a freguesias situadas a Sul, enquanto as oleiras de Pinela distribuíam as suas louças pela zona situada mais a Norte.

2. A Olaria em Calvelhe (Bragança)

A presença de oleiros neste local está ligada à vinda, em meados do século XIX, de alguns oleiros oriundos de Vilar de Nantes (Chaves), que se fixaram em Calvelhe. Aqui produziram, ao longo de duas gerações, louça preta idêntica à que ainda hoje é fabricada em Vilar de Nantes. Trata-se portanto de uma olaria com uma produção bem caracterizada e com uma duração temporal definida.

Tendo desaparecido o último oleiro há mais de 50 anos, e sendo muito limitadas as referências bibliográficas dessa época, o nosso conhecimento desta olaria, nomeadamente no que respeita aos processos técnicos de fabrico, baseia-se essencialmente em testemunhos indirectos de alguns habitantes mais idosos de Calvelhe que se recordam ainda do último oleiro ou de terem ouvido referências a outros mais antigos².

² Foram nossos informadores o Sr. Belmiro Augusto Martins e a Sra. Carmelinda Augusta Barreira.

São poucas as referências bibliográficas sobre a presença de oleiros em Calvelhe. Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, refere, em 1910, a existência de oleiros que fabricavam “as mesmas produções [que Pinela] em cor preta de pastas mais finas.”, produziam panelas, garrafas, copos, botelhas e bilhas, “sendo muito engenhosas as de forma de custódia por se beber pela aza e se deitar a agua pelo fundo” (ALVES 1910: II, 477). Em 1925, Emanuel Ribeiro refere-se a Calvelhe como local de produção de louça preta dizendo que aí se fabricavam “modelos interessantes” (RIBEIRO, 1925:39). Belmiro Afonso refere-se também aos oleiros de Calvelhe, indicando serem originários da região de Chaves, provavelmente de Vilar de Nantes: “Em Calvelhe deixou de se fabricar há mais de sessenta anos a louça de cerâmica negra. Houve aqui três fornos particulares que desapareceram totalmente. nesta aldeia a olaria era trabalho de homens. Tal como em Pinela, o fabrico coincidia com a época do calor, mas também se fabricava no Inverno.” (AFONSO, 1981: 86).

Mais recentemente o autor deste texto, em colaboração com Ana Mascarenhas, publicou referências a esta olaria (RODRIGUES e MASCARENHAS, 1997). Em artigo sobre os centros oleiros produtores de cerâmica negra no Norte de Portugal, Isabel Fernandes descreve a olaria de Calvelhe, trazendo ao conhecimento a existência de desenhos de 3 peças, que tudo indica serem originárias desta olaria e que foram registadas no início do século por Rocha Peixoto (FERNANDES, 1997). Os desenhos foram objecto de estudo e publicação em artigo publicado na revista de Olaria (NUNES e FERNANDES, 1998) A consulta dos Registos Paroquiais permite-nos saber que nas décadas de 40/50 do século passado, 4 oleiros, originários de Vilar de Nantes, se deslocaram de forma definitiva para Calvelhe vindo aí a exercerem a sua profissão.

Parece provável que o primeiro oleiro a deslocar-se para Calvelhe tenha sido João da Cunha³, após o seu casamento, em 1843, com Luiza da Piedade, natural de Calvelhe. Deverá ter-se seguido, ainda na década de 40, Pedro da Cruz⁴, que casa também com uma mulher natural de Calvelhe. Já na década de 50 fixaram-se em Calvelhe, Francisco Barreira e José Alves⁵.

Sucederam-lhes uma segunda geração de oleiros constituída por João Barreira⁶ e Francisco Alves “Margarido”⁷, filhos, respectivamente, de Francisco Barreira e José Alves. Estes dois oleiros permanecem ainda na lembrança dos habitantes mais idosos de Calvelhe e deverão ter exercido a profissão até ao início deste século.

No final do século XIX outro oleiro, de nome Domingos, deslocou-se de Vilar de Nantes para Calvelhe tendo aí trabalhado até aos anos 30 e vindo a falecer em Morais (Macedo de Cavaleiros)⁸. São deste último oleiro a maior parte das peças que ainda hoje é possível observar em Calvelhe.

O barro era extraído de barreiros situados nas proximidades da aldeia, num lugar chamado Vale Belide.

Transportado para casa do oleiro era aí limpo, à mão, de impurezas e areias.

Posteriormente era cortado e amassado com água, através de pancadas fortes aplicadas com maços de madeira, até se encontrar pronto a ser utilizado. O processo utilizado é semelhante ao efectuado em Vilar de Nantes (VILLAS-BÔAS, 1942: 354), verificando-se nomeadamente que o barro não era peneirado, ao contrário do que acontecia nas olarias vizinhas de Pinela e Vila Boa. Era então misturado com uma pequena quantidade de barro “fermento” de que não foi possível determinar o local de extracção.

O barro era trabalhado ao torno que deveria ser semelhante aos que ainda hoje são utilizados em Vilar de Nantes. Os oleiros de Calvelhe trabalhavam todo o ano e produziam um número significativo de formas diferentes, por vezes com variações dentro da mesma tipologia: alguidares, malgas, çaçoilas, vasos, cântaros, jarrinhas, panelas, garrafões, talhas e talhocas.

Os oleiros de Calvelhe fabricavam um leque variado de peças, tanto destinadas ao transporte e armazenamento de alimentos como à sua confecção ao fogo. A análise das peças fabricadas por estes oleiros confirma a ideia de que seriam originários da zona de Vilar de Nantes (Chaves). Efectivamente, a maior parte das peças observadas são muito idênticas aos tipos produzidos nas olarias flavienses, nomeadamente os alguidares, as talhas e os garrafões (VILLAS-BÔAS, 1942: fig.8). No entanto é possível encontrar peças cuja morfologia não encontra equivalente nas formas conhecidas em Vilar de Nantes, refira-se por exemplo uma talhoca publicada por Belarmino Afonso (1981) e algumas peças desenhadas por Rocha Peixoto e referidas por Isabel Fernandes (1997).

³ João António da Cunha nasceu em Vilar de Nantes, em 1815, casou em 1843, em Vilar de Nantes, com Luiza da Piedade “Louceira”, natural de Calvelhe, sendo provável que tenha ido viver para Calvelhe. Faleceu em 1868, em Calvelhe.

⁴ Pedro da Cruz nasceu em Vilar de Nantes em 1811, casou com Eugénia da Purificação, natural de Calvelhe. Sabemos que em 1853 já se encontra em Calvelhe onde nasce uma filha. Faleceu em Calvelhe em 1869.

⁵ José Alves nasceu em Vilar de Nantes em 1816, casou em 1842, com Margarida das Dores, natural da mesma freguesia. Sabemos que em 1854, data em que nasce o seu filho Aníbal, ainda residia em Vilar de Nantes. Faleceu em Calvelhe, em 1866.

⁶ João Barreira nasceu em Vilar de Nantes, em 1837, tendo casado em Calvelhe, em 1862, com Isabel Maria Costa, natural desta freguesia.

⁷ Francisco António Alves “Margarido”, nasceu em 1848, em Vilar de Nantes, tendo casado em 1874, em Vilar de Nantes, com Maria Joanna, natural de Calvelhe e filha do oleiro Pedro da Cruz. A alcunha “Margarido” porque era conhecido deverá vir da mãe, Margarida das Dores.

⁸ As referências recolhidas em relação a este oleiro são apenas orais, era casado com uma mulher de nome Conceição, natural de Morais (Macedo de Cavaleiros), localidade para onde terá ido morar no final da vida.

As peças que ainda pudemos encontrar destinavam-se essencialmente ao armazenamento e à preparação de produtos alimentares:

Alguidar - De formato tronco-cónico, com um bordo cilíndrico, muito característico das peças de Vilar de Nantes, com caneluras no corpo da peça, destinava-se à preparação de carnes de porco.

Caçoila - Peça de formato sub-esférico com bordo reentrante, destinava-se à confecção de alimentos ao lume. Encontram-se paralelos em Vilar de Nantes.

Garrafão - Encontramos diversas variantes desta forma todas elas caracterizadas por um corpo globular e um gargalo estreito e de forma variável (cilíndrico, com uma protuberância, afilado). Encontram-se paralelos em peças de Vilar de Nantes. Destinava-se ao armazenamento de líquidos (vinho, vinagre ou azeite).

Panela - Peça de médias dimensões, de formato globular, com colo curto e bordo aberto, com duas asas de fita colocadas simetricamente. Destinava-se à confecção de alimentos ao fogo, podendo também servir para guardar alimentos (*pingue*, azeitonas, azeite).

Talhas (talhocas) - peças de tamanho grande de formato elipsoidal com um colo curto e bordo aberto e arredondado. Possuem normalmente o corpo coberto com cintas. Destinavam-se ao armazenamento de azeite. Encontrou-se uma variante, de peças mais pequenas, com corpo globular, duas asas e decoração com cordões digitados colocados verticalmente no bojo da peça (AFONSO, 1981: 87). Destinavam-se ao armazenamento de carnes fumadas.

Sabemos que se fabricavam também: cântaros para água, malgas, tachos para irem ao lume e jarrinhas decorativas. Estes oleiros trabalhavam todo o ano e produziam um número significativo de formas diferentes, por vezes com variações dentro do mesmo tipo e função.

As peças eram cozidas num forno circular de duas câmaras, separadas por uma grelha. A lenha, essencialmente de giesta, era introduzida por uma abertura na câmara inferior (de combustão) e a louça era colocada na câmara superior (de cozedura) que não possuía cobertura. Uma vez colocada a louça, o topo do forno era tapado com latões, cacos e ramos. Na parte final da cozedura o forno era abafado, por forma a manter o fumo no seu interior, o que conferia a cor preta à louça assim produzida.

Sabemos, pelos Registos Paroquiais e pelos testemunhos orais que a maioria dos oleiros residia e trabalhava no Bairro de Baixo, também conhecido como lugar de Alvaredo. Dos diversos fornos que existiram na aldeia, localizavam-se aqui o forno de Francisco Alves “Margarido”, no *lameiro dos fornos* junto à Rua dos Forno, e o de Domingos “Paneleiro”, junto à sua oficina, no lugar de Alvaredo. O louceiro João Barreira residia no Bairro do Castelo, onde, provavelmente se localizaria o seu forno⁹.

Depois de cozidas, as peças destinadas a levar líquidos, eram revestidas interiormente com cera.

Os oleiros de Calvelhe vendiam normalmente a sua própria produção. deslocavam-se a pé, acompanhados de um burro para transportar a louça. Frequentavam as feiras de Chãos, Castro Roupal e Macedo de Cavaleiros e vendiam a sua louça, de porta em porta, pelas aldeias em redor.

3. A Olaria do Felgar e Larinho (Torre de Moncorvo)

A olaria do Felgar é o centro de produção mais conhecido do distrito e sobre o qual foram já publicados diversos trabalhos monográficos. Optou-se por tratar conjuntamente as olarias de Felgar e Larinho por se tratar de duas freguesias vizinhas cujas características técnicas e produção, seriam, ao que tudo indica, idênticas. Por outro lado a informação que possuímos sobre o Larinho é, essencialmente, de origem documental e aparece estreitamente relacionada com a existente para o Felgar.

A antiguidade e persistência da produção cerâmica na área das freguesias de Felgar e Larinho aparece-nos como um caso único no conjunto das olarias do distrito de Bragança. Efectivamente verifica-se uma continuidade da produção de olaria pelo menos desde o século XVII até aos nossos dias.

Verificamos que no Larinho, a presença documentada de oleiros se limita aos sécs. XVII e XVIII, pelo que o nosso conhecimento sobre este centro se limita a referências documentais. Quanto ao Felgar a sua actividade encontra-se documentada, também desde o século XVII, mas prolonga-se até aos nossos dias. Assim, o Larinho seria inicialmente o centro de maior dimensão, verificando-se uma inversão de posições a partir da 2ª metade do século XVIII.

⁹ Os Registos Paroquiais referem concretamente o Bairro de Baixo como local de residência de Pedro da Cruz, João da Cunha e José Alves e o Bairro do Castelo como residência de João Barreira. Os testemunhos orais recolhidos indicaram o Bairro de Baixo (Alvaredo) como local de residência e trabalho de Francisco Alves “Margarido” e Domingos “Paneleiro”.

O primeiro documento conhecido foi retirado do Livro de Acordãos da Câmara de Moncorvo de 1644. Trata-se de uma relação dos ofícios que se faziam representar na Procissão do Corpo de Deus, sendo referidos os oleiros que irão no cortejo, “com seus castelos, na forma costumada”.

No Livro de Despesas e Receitas da Câmara de 1648 encontra-se um dos documentos mais interessantes, uma listagem nominal de 10 oleiros do Larinho e 4 do Felgar, com seus aprendizes e aprendizas.

Finalmente, o Livro de Acórdãos da Câmara de 1670, inclui outra listagem com os nomes de 21 oleiros do Larinho, 16 dos quais são mulheres, sendo que algumas destas eram referidas na listagem anterior como aprendizas.

No século XVIII a presença de oleiros nestas povoações é assinalada, nomeadamente, por Veloso de Carvalho, nas Memórias da Academia em 1721, quando refere existir no larinho “louça de barro vermelho de toda a casta”, e, no Felgar, onde “se faz muita louça de barro vermelho fino” (CARVALHO, 1721).

A partir do final do século XVIII os documentos são omissos sobre a existência de oleiros no Larinho, o que faz supor da sua extinção. Pelo contrário sabemos da continuidade da produção no Felgar: 20 oleiros em 1796 (MENDES, 1981: 235), 22 em 1895 (Recenseamento Eleitoral), 20 em 1925, 8 oleiros em 1940 (MACEDO E FREITAS, 1988: 6), 5 em 1958 (RODRIGUES, 1958: 5).

Durante a primeira metade da década de 80 um único oleiro continuava em laboração, o Sr António Augusto Rebouta, herdeiro de uma família de oleiros documentada desde meados do séc. XIX. Com o seu falecimento, no Outono de 1987, desapareceu o último oleiro e terminaram mais de 300 anos de olaria no Felgar.

No entanto, ainda hoje se continua a fabricar olaria no concelho de Moncorvo. O Sr. Sebastião Rebouta, com cerca de 70 anos, filho do já referido António A. Rebouta e residente na vila de Moncorvo, continua a fabricar peças de cerâmica, embora de uma forma descontínua, que vende nas feiras da região.

A olaria do Felgar tem sido objecto de diversas publicações e referências. Destaquem-se nomeadamente os trabalhos de Adriano Vasco Rodrigues (1958) e Belarmino Afonso (1981) e, mais recentemente, as publicações de Manuel Marinho e Graça Freitas, do Museu de Olaria de Barcelos, que, refira-se, possui uma colecção notável de peças deste centro (MACEDO E FREITAS, 1988 e 1990). Trata-se portanto de um centro bem estudado, nomeadamente no que respeita às técnicas de fabrico e à tipologia das peças. Caracteriza-se pela utilização do torno, exclusivamente maneado por homens (pelo menos nos sécs. XIX e XX), pela cor avermelhada da louça, podendo apresentar-se brunida exteriormente e pela utilização de um forno de duas câmaras sem cobertura. O barro era recolhida junto às margens do rio Sabor e nas encostas do cabeço da Mua. São peças mais características o cântaro, a talha e o alguidar. Sendo um centro de dimensões consideráveis abastecia todo o Sul do distrito de Bragança, chegando mesmo, graças ao comboio, a Miranda do Douro, e às terras limítrofes a Sul do Douro, nomeadamente Figueira de Castelo Rodrigo e V. N. de Fozcôa.

4. A Olaria em Terra de Miranda

As referências documentais mais antigas a oleiros que conhecemos, no planalto mirandês remontam ao final do século XVIII. Columbano de Castro nas suas descrições da situação da província de Trás-os-Montes (MENDES, 1981) refere a existência de 30 louceiros na povoação da Bemposta e 3 louceiros em Peredo da Bemposta, refere o autor que “Tem fabricas de louça grossa e de telha, em que se entretêm homens e mulheres, que lhe serve para seu uso e para venderem”. Tratar-se-ia nessa altura, segundo os dados de Columbano de Castro, de um dos maiores centros oleiros da província, maior que o Felgar e apenas ultrapassado em quantidade de artesãos por Vilar de Nantes, perto de Chaves, com 35 oleiros.

Não conhecemos outras referências documentais da actividade oleira no Planalto.

Para o período mais recente e através da inquirição junto das populações, foi possível detectar a existência de oleiros nas freguesias de Caçarelhos (concelho de Vimioso), Sendim (concelho de Miranda do Douro) e Bemposta (concelho de Mogadouro) que embora desaparecidos há já algumas dezenas de anos permanecem ainda na lembrança das pessoas mais idosas.

Nestes três casos trata-se da presença pontual de oleiros, normalmente originários de verdadeiros centros oleiros, cuja actividade não se prolonga mais do que uma ou duas



fig. 2 Oleiro à roda (Felgar). Foto de J.R. Santos Júnior depositada no Centro de Memória em Torre de Moncorvo. Fundo do Professor Santos Júnior, Pasta - Olaria Popular Portuguesa: Concelho de Torre de Moncorvo, nº 380.

fig. 3 Forno de cozer louça (Felgar). Foto de J.R. Santos Júnior depositada no Centro de Memória em Torre de Moncorvo. Fundo do Professor Santos Júnior, Pasta - Olaria Popular Portuguesa: Concelho de Torre de Moncorvo, nº 380.

fig. 4 Venda da louça (Felgar). Foto de J.R. Santos Júnior depositada no Centro de Memória em Torre de Moncorvo. Fundo do Professor Santos Júnior, Pasta - Olaria Popular Portuguesa: Concelho de Torre de Moncorvo, nº 380.

gerações. Não podemos portanto falar de centros oleiros com características próprias, mas tão só de oleiros, cujas produções reflectem quase sempre os centros oleiros de onde são oriundos.

4.1. Caçarelhos (Vimioso)

Caçarelhos é freguesia do concelho de Vimioso e situa-se junto à fronteira com Espanha. Emanuel Ribeiro no seu livro *Água Fresca, Apontamentos sobre olaria nacional*, publicado no início do século, refere a existência de produções cerâmicas em que se utilizaria a incrustação de elementos não plásticos como processo decorativo.

A olaria de Caçarelhos está ligada a apenas uma família, originária de Espanha que aqui se instalou, no final do século XIX ou início deste século. Não se conhece a sua origem exacta, embora pareça provável serem de Famoselle. No entanto, as características das peças produzidas, aproximam-se, como veremos posteriormente, das produções oleiras de Moveros e Muelas del Pan (Zamora).

A primeira oleira, vinda do país vizinho onde aprendera a sua arte, chamava-se Gabriela e transmitiu os seus conhecimentos directamente às netas, talvez por não ter filhas, sendo que nesta região são tradicionalmente as mulheres que trabalham o barro.

Curiosamente, para além das netas: Idalina, Belmira e Alice, também um seu neto, Ernesto, trabalhou à roda o que constitui uma excepção.

Esta olaria desapareceu há cerca de 50 anos em consequência da morte de todos os oleiros provocada por uma doença epidémica.

A argila necessária à produção era recolhida pela própria oleira nas proximidades da aldeia num local chamado Barreiras. O barro era trabalhado numa roda baixa e cozido num forno de que não existem vestígios mas que deveria ser de duas câmaras de acordo com os testemunhos recolhidos.

A louça tem uma coloração alaranjada que se torna castanha devido ao uso. São conhecidas várias peças de dimensões médias e grandes, nomeadamente: talhas, barrinhões (alguidares) e panelas grandes.

O aspecto formal destas peças vem corroborar a origem zamorana dos seus autores, trata-se de peças muito decoradas com cordões plásticos digitados, verticais e horizontais. No caso das panelas e talhas apresentam um colo alto vertical, verificando-se a presença de duas asas de fita nos barrinhões e nas panelas

Podemos encontrar paralelos formais muito semelhantes em peças produzidas em dois centros oleiros zamoranos localizados nas proximidades da fronteira com Portugal e que se caracterizam pela presença de oleiras que utilizam a roda baixa para produzir cerâmica de tons amarelados. Trata-se da olaria de Moveros, situada junto à fronteira, e ainda em actividade e de Muelas del Pan, situada mais no interior e cuja actividade cessou há cerca de 40 anos.

4.2. Sendim (Miranda do Douro)

A produção de olaria em Sendim, no concelho de Miranda do Douro, resume-se apenas a uma oleira: Angelina Carvalha, de apelido Tia "Cantareira", e que aqui trabalhou na primeira metade do século. O ofício ter-lhe-à sido ensinado pelo marido José António Lavrador, natural de Bemposta, que teria aprendido a arte em Espanha.

Pouco mais conseguimos saber sobre esta oleira. O barro era recolhido num barreiro perto da estação de caminho de ferro de Sendim, utilizava um torno alto e o forno circular, de duas câmaras e sem cobertura superior, foi destruído há cerca de 40 anos. Não nos foi possível observar nenhuma peça fabricada por esta oleira que, segundo os testemunhos recolhidos, fabricava talhas, cântaros e alguidares.

Isabel Fernandes e Henrique Barreto Nunes publicaram os desenhos, inéditos, de duas peças, da autoria de Rocha Peixoto (NUNES e FERNANDES, 1998: pp.10-11), com a indicação de serem de Sendim, uma e de Miranda, a outra. A sua forma, com o gargalo alargado, aproxima-as dos cântaros de Moveros, mas também das que se vêm na fotografia de Hermínia Lavrador a trabalhar à roda (fig. 1). Rocha Peixoto terá realizado estes desenhos na primeira década do século XX, não tendo deixado mais nenhuma indicação sobre eles.

4.3. Bemposta (Mogadouro)

Desaparecida Angelina Carvalha cessou a produção de olaria em Sendim, no entanto uma sua filha, Hermínia dos Prazeres Lavrador, continuou a trabalhar neste ofício, agora na freguesia de Bemposta no concelho de Mogadouro, para onde se deslocou por ca-

samento, tendo transmitido os seus conhecimentos a um dos filhos, António Alves. Este centro cessou a sua actividade nos anos 60 com o falecimento de Hermínia Lavrador e a ida para África de seu filho António Alves.

A argila era extraída de uma barreira situada em Brunhosinho e as peças eram produzidas ao torno alto, utilizando o oleiro uma pequena peça em madeira - a *chinadeira* - e pedaços de couro maleável, para moldar e alisar as peças.

Produziam cântaros, panelas e talhas de diversos tamanhos, tendo sido possível observar alguns exemplares. Frequentemente as peças eram vidradas, para o que eram previamente pinceladas com uma calda plumbífera. O forno localizava-se na Rua do Castelo, nas proximidades da igreja paroquial.

Nas formas que foi possível observar destacam-se os cântaros de corpo globular e colo alto, alguns apresentando a meio do colo uma protuberância esferóide, do tipo da observada nos cântaros de Moveros, e as talhas de colo vertical e bordo em aba, com decoração feita por aplicação de cordões plásticos com digitações, colocados horizontalmente.

Estas formas, conjugadas com a informação já referida de que José António Lavrador teria aprendido o seu ofício em Espanha num centro oleiro em que se utilizava o torno alto, leva-nos a propor como local provável para a sua aprendizagem as olarias de Fornillos de Fermoselle ou Cibanal de Sayago, situadas nas proximidades de Bemposta do outro lado da fronteira e que se caracterizavam pela existência de oleiros que utilizam a roda alta, fabricando peças de cor vermelho escuro.

A comercialização fazia-se essencialmente para as terras vizinhas: Vilar de Rei, Palaçoulo, Atenor, Prado Gatão, Miranda e Mogadouro.

5. As Olarias de Santa Comba (Vila Nova de Foz Côa) e Barreira (Meda)

Até ao final dos anos 90 eram escassos os documentos conhecidos sobre as olarias de Santa Comba e Barreira, no entanto a publicação recente de diversos trabalhos de investigação, desenvolvidos em paralelo e já referidos (RODRIGUES, 1998 e 2003), (PINTO, 1998 e 2000) (LIMA, 2003) culminaram na publicação de uma extensa e cuidada monografia (ARAÚJO, 2007) que apresenta numa caracterização definitiva deste centro oleiro e cataloga rigorosamente um conjunto notável de peças recolhidas, entre 1986 e 1988, por Maria da Graça Freitas e Manuel Marinho Correia e depositadas no Museu de Olaria. A primeira referência bibliográfica que conhecemos é das memórias paroquias de 1758 em que se refere a *fabrica de telha e louça de barro grosso* (RODRIGUES, 1983: pp. 225-226). Em 1899, Charles Lepierre (1899: pp. 45-46), refere que em Santa Comba e Barreira *fabrica-se louça ordinária vermelha não vidrada*. Parece, no entanto, provável que a produção de louça em Santa Comba e Barreira seja tão antiga como as próprias povoações, ligadas à utilização da abundante matéria prima que deu mesmo o nome a uma delas - Barreiras.

Tratando-se Santa Comba e Barreira, de duas povoações vizinhas o tipo de louça e as características técnicas da produção eram idênticas pelo que será mais correcto falar de apenas um centro oleiro, formado pelas duas aldeias.

O barro era recolhido no lugar do Barreiro, a meio caminho entre as duas povoações, sendo utilizados dois tipos de argila: a vermelha, mais forte e a branca utilizada em menor quantidade para temperar o barro a ser utilizado pelo oleiro. Depois de secas as argilas eram trituradas, por vezes com a ajuda de um cilindro de granito movido por animais, amassadas e misturadas com água, numa proporção de 2 medidas de barro vermelho por uma de branco.

Como na olaria do Felgar (Torre de Moncorvo), também aqui era preponderante o papel da mulher na preparação do barro. Uma vez preparado o barro era trabalhado ao torno pelo oleiro, sempre do sexo masculino. As variedades de peças produzidas é semelhante ao que se encontra no Felgar: bilhas, cântaros, panelas, alguidares, púcaros e talhas. Mais recentemente paralelamente à diminuição do tamanho das peças fabricadas surgiram novos tipos: vasos, cinzeiros, alguidares para o forno.

A cozedura era feita num forno cilíndrico, com cerca de 1,75m de altura, semi-enterrado, com paredes construídas em alvenaria. E aberto na parte superior. O combustível era introduzido numa câmara de combustão definida por um arco ogival formado por duas pedras de granito que serviam de porta e que se reproduz no interior do forno em mais 3 arcos formados cada um por duas pedras de granito. Sobre estes arcos são empilhadas

as peças que se pretendem cozer e que são tapadas por cacos, telhas e chapas. Existem ainda dois fornos razoavelmente conservados e que sem grande esforço podem ser preservados. A cozedura demora cerca de 2 horas, daí resultando peças com uma tonalidade amarelo alaranjado, com uma superfície mal alisada em que são visíveis elementos não plásticos de alguma dimensão, devido ao facto de aqui o barro não ser peneirado. Em Barreira, subsistem dois fornos, um deles ainda utilizado pelo Sr. Alberto Andrade, o último oleiro em actividade nesta povoação, mas que apenas produz pontualmente ou por encomenda.

As principais peças, variando embora nas dimensões apresentam as seguintes características:

O *alguidar* – de formato tronco-cónico invertido, ligeiramente abaulado, apresenta-se normalmente decorado por cintas marcadas com incisões. Destinava-se à preparação dos enchidos, ao seu armazenamento e à lavagem de louça e corpo.

O *cântaro* – com bojo piriforme e uma base larga, apresenta-se bastante menos elegante que o seu congénere do Felgar, possui uma asa de fita larga e um colo curto. Destinava-se ao transporte e armazenamento de líquidos.

A *talha* – de corpo bojudo e elíptico, com colo curto e cilíndrico, terminando num bordo vertical e numa boca de pequeno diâmetro. É normalmente decorada com cordões horizontais e servia para armazenar líquidos e sólidos (azeite, mel, azeitonas, castanha, feijão, enchidos, queijo).

Segundo os oleiros ainda vivos a comercialização limitava-se essencialmente aos concelhos de V. N. de Fozcôa e Meda, englobando algumas zonas de Trancoso e Figueira de Castelo Rodrigo, no entanto é provável que no início do século a área abrangida fosse substancialmente maior, conforme refere Charles Lepierre que salienta a presença de oleiros deste centro, para além dos já referidos, nos mercados de Aguiar da Beira, Almeida, Belmonte, Guarda, Moimenta da Beira, Pesqueira e Pinhel.

Certo é que os oleiros de Santa Comba e Barreira repartiam entre si as áreas envolventes. A região mais a Norte, até V.N. de Fozcôa era percorrida pelo oleiros de Santa Comba, enquanto as áreas a Sul, de Meda a Trancoso eram apanágio dos oleiros de Barreira. Vendiam nas feiras e de porta em porta.

6. Outras Olarias

A documentação consultada refere algumas outras olarias sobre as quais não foi, até ao momento, possível encontrar, em trabalho de campo, elementos que nos permitam caracterizar melhor esses locais. Destaquem-se apenas aquelas referências que consideramos como confirmadas:

6.1. Mirandela

Encontram-se diversas referências bibliográficas a esta olaria, cuja existência na primeira metade deste século na cidade de Mirandela é inquestionável. Citem-se nomeadamente as referências de Joaquim de Vasconcelos (1883) aos “vasos para água de Mirandela com padrões impressados em baixo relevo” e de Ernesto Sales que diz existir uma família de apelido os “Paneleiros”, no bairro de S. Miguel, que se dedicam à olaria (SALES 1983: 132).

Isabel Fernandes e Henrique B. Nunes (1998), publicaram desenhos efectuados no início do séc. XX por Rocha Peixoto de 10 peças de cerâmica provenientes desta olaria.

Embora não se conheçam directamente peças ou testemunhos sobre esta olaria, as referências bibliográficas existentes são suficientes para pudermos saber que se tratava de uma olaria situada em meio urbano (a única no distrito de Bragança), provavelmente ligada a uma única família abrangendo talvez mais do que uma geração e que terá deixado de produzir no início do século XX¹⁰.

Produziam louça de tonalidades claras, presumivelmente resultantes de cozeduras em ambiente oxidante (NUNES e FERNANDES 1998: p.12-14) que produzia louça utilitária, desde peças destinadas ao armazenamento e transporte de água – cântaros, cantarinhãs de segredo, moringas, à utilização na cozinha – púcaros, requeijoeira e mesmo talhas destinadas ao armazenamento. No entanto, talvez seja de destacar no conjunto de peças conhecidas pelos desenhos de Rocha Peixoto a presença de um número significativo de peças com fins decorativos – moris, cantarinhãs e jarras a que talvez não seja estranho o contexto urbano atrás referido.

¹⁰ Ernesto Sales (1983) na sua obra sobre Mirandela publicada em 1920, refere-se a estes oleiros como se já não existissem.

Será finalmente de referir a presença nas proximidades de Mirandela, em Vila Nova das Patas, de abundantes jazidas de argila que permitiram mesmo a existência de unidades industriais de produção de cerâmica de construção, actualmente ainda em laboração, e que poderão ter fornecido o barro necessário à produção artesanal de olaria.

6.2. Santa Comba da Vilariça (Vila Flor)

Nos Registos Paroquiais de Santa Comba da Vilariça, encontra-se referência à existência de 4 oleiros: Domingos Rodrigues, Brás Pires e Agostinho Rodrigues em 1612 e Lourenço Rodrigues em 1617¹¹.

Não se conhece mais nenhuma referência a esta olaria.

Conclusões

Efectuada a descrição dos dados de que dispomos procuremos agora extrair algumas conclusões:

- A existência de dois centros de produção de dimensões significativas, situados junto a locais com boas jazidas de argila: no Sul: Felgar/Larinho; no Norte: Pinela e Vila Boa. Estes dois centros, de características completamente distintas, eram responsáveis pelo abastecimento da maior parte da região em peças cerâmicas.

Saliente-se ainda o facto de o único centro produtor de talhas de média e grande dimensão ser a olaria do Felgar o que possibilitou o alargamento da sua área de comercialização, suportado, esse alargamento, numa produção ao longo de todo o ano e pela existência de um número significativo de oleiros com um sistema de organização e produção desenvolvidos, por contraponto ao carácter arcaico da maior parte das outras olarias da região. É ainda hoje frequente encontrarem-se talhas do Felgar um pouco por toda a região.

Nas Terras de Miranda verifica-se uma situação diferente. Não existiu nenhum centro de produção de dimensões significativas nas últimas dezenas de anos (ressalve-se o caso de Bemposta, mas no final do séc. XVIII) e as olarias conhecidas têm uma produção limitada no tempo e quanto ao número de oleiros. A sua área de distribuição comercial é também restrita limitando-se praticamente às freguesias vizinhas. Esta situação levou a que a área do planalto fosse abastecida não só pelos oleiros locais mas também por outros centros produtores, a saber:

O Felgar que graças ao caminho de ferro fazia chegar os seus produtos a toda a região entre Mogadouro e Miranda. Por outro lado, a louça de Pinela chegava também à parte Norte do planalto, nomeadamente à região de Vimioso.

Por fim verifica-se uma presença muito significativa da olaria zamorana e especialmente das produções de Moveros, povoação que se situa apenas a 2 km da fronteira portuguesa. Esta influência verifica-se, como já vimos, seja pela vinda de oleiros dessa região para trabalhar em Portugal, seja pela afluência directa de produtos daí provenientes. Encontrámos peças provenientes de Moveros em Sendim e Caçarelhos, tendo-nos sido referido a vinda de oleiros de Moveros a Sendim que comercializavam os seus produtos por troca directa, nomeadamente por cereal, sendo a peça trocada pela quantidade de cereal que podia conter. Existem também diversos cântaros com essa proveniência no Museu da Terra de Miranda.

Outra conclusão que pudemos desde já obter é a da mobilidade destes artesãos.

Verificámos diversos casos em que oleiros provenientes de um determinado centro oleiro se deslocam para outro transportando consigo os seus conhecimentos técnicos. Esta situação aparece normalmente associada a homens que se deslocam em busca de trabalho ou mais frequentemente por via matrimonial, refira-se como exemplo Calvelhe e Sendim/Bemposta (em que embora sejam as mulheres a trabalhar o barro os conhecimentos são transmitidos pelo homem que se desloca sucessivamente de Bemposta para Espanha, daí para Sendim e novamente para Bemposta), é excepção o caso de Caçarelhos em que não foi possível determinar as razões da vinda da oleira zamorana.

Por fim cremos ser de salientar o carácter estruturalmente diverso dos dois tipos de olaria existentes na região e a importância de os enquadrarmos num âmbito mais vasto de olarias das regiões zamorana e beirã.

Por um lado olarias em que trabalham exclusivamente mulheres que utilizam a roda baixa, e cozem a cerâmica em fornos circulares de duas câmaras sobrepostas normalmente sem cobertura na câmara superior. É o caso das olarias da área de Pinela, Vila Boa, Caçarelhos e das olarias zamoranas de Moveros, Muelas del Pan, Pereruela e

¹¹ Arquivo do Paço Episcopal de Bragança – Registos Paroquiais de Santa Comba - Livro Misto – Baptizados de 1604 a 1636, fl. 37, 38 e 65. Agradeço a Cristiano Morais a amável informação.



fig. 6 Forno de duas câmaras de Pinela.



fig. 7 Forno utilizado por Cândida Afonso para cozer peças pequenas.



fig. 8 Forno em Barreira.



fig. 9 Cantarinha (Pinela).

fig. 10 Cantarinha com marca de oleira na asa (Pinela).

fig. 11 Panela (Pinela), alt. 42 cm, decorada com incisões e cordões.



fig. 12 Panela (Pinela), alt. 42 cm, decorada com incisões e cordões.



fig. 13 Panela (Pinela), alt. 42 cm, decorada com incisões e cordões.

fig. 14 Pote (Pinela).

fig. 15 Panela grande (Pinela).

fig. 16 Alguidar (Vila Boa).

fig. 17 Cantarinha (Vila Boa).

fig. 18 Cântaro (Vila Boa).

fig. 19 Vinagreira (Vila Boa).

fig. 20 Panela (Vila Boa).



fig. 21 Garrafão (Calvelhe).

fig. 22 Garrafão (Calvelhe).

fig. 23 Panela (Calvelhe).

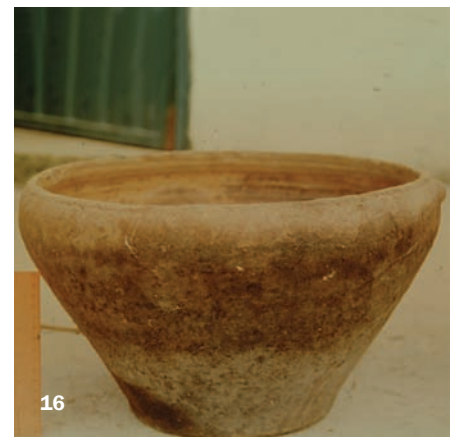
fig. 24 Vaso (Calvelhe).

fig. 25 Alguidar (Calvelhe).

fig. 26 Alguidar (Calvelhe).

fig. 27 Talha (Calvelhe).

fig. 28 Talha (Calvelhe).







29



30

fig. 29 Louça do Felgar fabricada por Sebastião Rebouta na feira de Moncorvo (final da década de 90).

fig. 30 Alguidar (Felgar).

fig. 31 Alguidar (Felgar).

fig. 32 Cântaro (Felgar).

fig. 33 Talha (Felgar).

fig. 34 Alguidar (Caçarelhos).

fig. 35 Talhoca (Caçarelhos).

fig. 36 Panela (Caçarelhos).

fig. 37 Alguidar (Bemposta).

fig. 38 Cântaro - alt. 48 cm (Bemposta).

fig. 39 Cantarinha de segredo e jarrinhas (Calvelhe).

fig. 40 Panela - alt. 36 cm (Bemposta).

fig. 41 Talhinha - alt. 25 cm (Bemposta).

fig. 42 Talha, alt. 45 cm (Bemposta).



31



32



33



34



Bibliografia

- AFONSO, B. (1981) - *A cerâmica artesanal no distrito de Bragança, sua diversidade e extinção gradual*, Brigantia, Bragança, vol 0, nº1.
- ALVES F.M. (1910-1947) - *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, Bragança, Museu do Abade Baçal.
- ARAÚJO, M.G. (2007) - *Louceiros de Santa Comba: Histórias que o barro escreve – Roteiro da exposição*, Barcelos, Museu de Olaria / APDARC.
- ARAÚJO, M.G. (2007a) - *Louceiros de Santa Comba: Histórias que o barro escreve*, Barcelos, Museu de Olaria, 2007.
- CARVALHO A.V. (1721) - *Memórias da Academia*, Lisboa.
- CHAVES 1961: Luís Chaves, *Cerâmica*. In *A Arte Popular em Portugal*, Lisboa, vol. 2.
- COSTA A.C. (1706) - *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal...*, vol. I, Lisboa; [2ª ed., vol I, Braga, 1868].
- DIAS J. (1965) - *Da olaria primitiva ao torno de oleiro, com especial referência ao Norte de Portugal*. Rev. de Etnografia, Porto, vol. IV, I, p. 5-31.
- FERNANDES, I. (1997) - *Centros produtores de louça preta da Região Norte*. Olaria, Barcelos, Museu de Olaria, 1.
- FERNANDES, I. (1997) - *A Produção Cerâmica do Norte (sec. XII-XX) estudo histórico, tipológico e laboratorial: o levantamento etnográfico*. In *Actas do 2º Encontro de olaria tradicional de Matosinhos - 1996*, Matosinhos, C.M. de Matosinhos, p. 44-48.
- FERREIRA A.F. (1985) - *Sinos do Felgar dobram a finados. António Rebouta: o último oleiro de uma terra de mestres do barro*. *Jornal de Notícias*, Porto, 27.02.85.
- GIRÃO L.F. (1913) - *Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª circuncrição dos serviços técnicos da indústria*. *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67.
- JÚNIOR, J.R.S. (1940) - *Oleiros e Olarias*. In *Vida e Arte do Povo Português*, Lisboa.
- LEAL A.S.A.B.P. (1874) - *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, vol. 3-4.
- LEPIERRE, C. (1899) - *Estudo chimico e tecnologico sobre a cerâmica portuguesa moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- LIMA, A.C. (2003) - *A venda da loiça*. In *As Idades da Terra*, Lisboa, IEFP, 80-81.
- MACEDO, M.M. e FREITAS, M.G. (1988) - *Olaria do Felgar (Torre de Moncorvo) – Catálogo*. Barcelos, Museu de Olaria.
- MACEDO, M.M. e FREITAS, M.G. (1990) - *Vasilhas do Felgar, Objectos úteis – Exposição*. Barcelos. Museu de Olaria.
- MENDES, J.M.A. (1981) - *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra, INIC, 1981.
- MOUTINHOJ.V. (1980) - *O oleiro do Felgar*. Lisboa, *Diário de Notícias*, , 116 (40687) 5 Jun 1980, p.7.
- NUNES, H.B. e FERNANDES I. (1998) - *Colecção de desenhos de peças de olaria encontrados no espólio de Manuel Monteiro*. Olaria, Barcelos, C.M. de Barcelos, 2, p. 3-28.

- PEIXOTO, R. (1905-1908) - *Sobrevivência da primitiva roda de oleiro em Portugal*. Portugália, Porto, vol. II.
- PINTO, C. (1998) – *O Centro Oleiro de Santa Comba de Vila Nova de Foz Côa*. Olaria, Barcelos, Museu de Olaria, 2ª serie, 2, pp. 81-86.
- PINTO, C. (2000) – *Louça de Barro de Santa Comba no Museu de Sítio de Ervamoira*. Cõa Visão, V.N. de Foz Côa, C.M. de V.N. de Foz Côa, 2, pp. 11-24.
- RAMOS PEREZ, H. (1976) - *Ceramica Popular de Zamora - Ceramicas vivas*. Zamora.
- RAMOS PEREZ, H. (1980) - *Ceramica Popular de Zamora desaparecida*. Zamora.
- RIBEIRO, E. (1925) - *Água Fresca - apontamentos sobre olaria nacional*. Porto.
- RIBEIRO, M. (1962) - *Contribuição para o estudo da cerâmica popular portuguesa*. Rev. de Guimarães, Guimarães, 72, (3-4), pp. 401-414.
- RODRIGUES A.V. (1958) - *Oliarias do Felgar*. Mensário das Casas do Povo, Lisboa, 11 (129).
- RODRIGUES, A.V. (1983) – *Terras da Meda*, Meda, C.M. da Meda, 1983.
- RODRIGUES, M.A. (1998) – *A Olaria*, In Terras do Cõa: da Malcata ao Reboredo. Os valores do Cõa, Guarda, Estrela Cõa, pp. 135-140.
- RODRIGUES, M.A. (2003) - *Olaria de Santa Comba / Barreira*. In As Idades da Terra, Lisboa, IEFP, pp.76-81.
- RODRIGUES, M.A. e MASCARENHAS, A. (1997) – *Calvelhe*. In A louça preta em Portugal: Olhares cruzados, Porto, CRAT, pp.38-40.
- RODRIGUES, M. A. e REBANDA, N. (1995) *Centros oleiros do distrito de Bragança - oliarias de Felgar e Larinho* (Moncorvo). In Actas das 1as. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela - 1992, Tondela, C. M. de Tondela.
- RODRIGUES, M. A. e REBANDA, N. (1996) - *A olaria na terra de Miranda e seu enquadramento regional*. Tellus, Vila Real, C.M. de Vila Real, 25, pp. 25-38.
- RODRIGUES, M. A. e REBANDA, N. (1996a) - *Olaria em Bemposta (Mogadouro)*. Olaria, Barcelos, C.M. de Barcelos, 1, 1996, p. 37-44.
- RODRIGUES, M. A. e REBANDA, N. (1997) - *As oliarias de Pinela e Vila Boa (Bragança)*. In Actas do 2º Encontro de olaria tradicional de Matosinhos - 1996, Matosinhos, C.M. de Matosinhos, pp. 76-84.
- SÁ, J.A. (1971) - *Descrição Económica da Torre de Moncorvo*, In Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, t. III..
- SALES, E. A. (1983) - *Mirandela, Apontamentos Históricos*. Mirandela, C.M. de Mirandela.
- SEMPERE, E. (1982) - *Rutas a los alfares*. España-Portugal. Barcelona.
- SOUSA, F. (1974): Fernando de Sousa, *A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*, Porto, F.L.U.P., 1974
- VASCONCELOS, J. (1883) - “Exposição de cerâmica: a louça das aldeias”. *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 3: 11 p. 471-475
- VILLAS-BÔAS, J.S.P. 1942., *Notas de Cerâmica Popular II - O centro oleiro de Vilar de Nantes*, “Ethnos”, Lisboa, II, pp. 348-359.

Cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XVIII exumadas na área urbana de Freixo de Numão

António N. Sá Coixão e Sandra Euzébio Naldinho



fig. 1 Núcleo Museológico da Casa do Moutinho.

A partir do ano de 1985, António do Nascimento Sá Coixão iniciou uma investigação permanente na denominada “**área urbana da Vila de Freixo de Numão**”, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda. Em 1985 e 1986, em acção de emergência, interviu, com apoio financeiro do então IPPC, no Adro da Igreja/lado Norte, tendo estudado parcialmente uma Necrópole onde ocorreram enterramentos que medeavam entre os séculos VII e XVI depois de Cristo.

Ainda em 1986, inicia as escavações arqueológicas no denominado “**Quintal da Casa Grande**” (e lojas interiores) tendo em vista o projecto de implementação de um Museu de Arqueologia naquele imóvel. O registo de materiais pré e proto-históricos e de estruturas (muros e pavimentos) dos períodos romano, medieval e moderno, veio limitar a extensão do projecto museológico. Com estes achados era inevitável incluir, na musealização do sítio, as estruturas postas a descoberto. As escavações naquele local decorreram até ao ano de 1989.

No ano de 2003, agora graças a um projecto de criação de um “**Núcleo Museológico**” do Museu da Casa Grande, iniciam-se trabalhos de sondagem arqueológica no átrio interior e lojas da denominada “**Casa do Moutinho**”. Uma grande sondagem efectuada no átrio permitiu o registo e recolha de materiais pré-históricos (paleolítico? mesolítico, neolítico, calcolítico, bronze), Idade do ferro, períodos romano, medieval e moderno.

Neste local (Casa do Moutinho) foram milhares os fragmentos de cerâmica comum dos séculos XVII e XVIII recolhidos. A estes há a juntar uma quantidade significativa de fragmentos de faianças do mesmo período.

No entanto, ocorrência estranha (pelo menos para nós) foi a exumação de três vasos cerâmicos (vid. Fig. 5, 6 e 7) que se encontravam alojados no “miolo” ou enchimento das paredes interiores do edifício, em alvenaria, cuja construção deverá remontar aos inícios do século XVIII. Uma acção de sensibilização, antes dos trabalhos de recuperação do

imóvel, junto dos trabalhadores da empresa construtora, permitiu a recolha importante destes e de outros materiais. São três vasos depositados durante a construção (nos inícios do século XVIII) depois de, certamente, se terem partido ou simplesmente lascado (não os associamos a qualquer depósito ritual).

Importante para o estudo das cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XVIII, foram os achados no Quintal e lojas do imóvel denominado Casa Grande.

Na figura 33 entre um emaranhado de estruturas (muros) de várias épocas, assinalamos a cor e com as letras A e B os dois locais do Quintal onde ocorreu a maior quantidade de faianças. O local A corresponde a uma espécie de silo construído em pedra que terá servido de **"lixreira"** durante os séculos XVI e XVII (além das cerâmicas e telhas foram exumados ceitis de finais do século XV e século XVI). O local B corresponde a uma área ou estrutura dos séculos XVI/XVII que foi posteriormente sujeita á intrusão de uma estrutura do século XVIII que serviu de anexo (até inícios do século XX) ao Solar da Casa Grande. Muitas das faianças foram exumadas de níveis que, estratigraficamente, se associavam aos caboucos de citada estrutura do século XVIII.

Durante alguns anos andávamos convictos de que grande parte das faianças exumadas seriam provenientes de fábricas Espanholas. No entanto há cerca de 6 anos, na cidade de Coimbra, em obras de demolição e limpeza de uma antiga fabrica de faianças, foi possível identificar milhares de peças cuja decoração é semelhante (senão igual) às que foram exumadas na **"lixreira"** do Quintal de Casa Grande em Freixo de Numão. Teríamos, pois, nos séculos XVI a XVIII, um corredor de abastecimento que tinha a sua origem na cidade de Coimbra. Escusado será dizer que este tipo de **"louça"** não era acessível a **"todas as bolsas"** nem a todas as classes.

Quem terá sido a família que usufruiu de tão vasta e variada colecção de faianças? Escavações arqueológicas permitiram constatar a existência, em séculos anteriores ao XVIII, de um outro Palácio, provavelmente pertencente a ANDRES PEREZ CARNEIRO HENRIQUES (a atestar por um selo de chumbo ali exumado - ver figura 4). De realçar que numa inscrição na frontaria da capela de Nossa Senhora da Conceição, em Freixo de Numão, aparece gravado o nome do capitão-mor ANTÓNIO P.(EREZ) C.(ARNEIRO) ENRIQUES bem como a data de 1654. Que relação entre estes dois nomes?

As cerâmicas do século XVIII terão pertencido (a atestar pelo brasão que se encontra hoje na frontaria do Palácio) aos Vasconcelos Sousas (de Arronches) e Moutinhos. O povo ainda hoje lhe chama a **"Casa do Chanceler"** e sobre o leão que encima o brasão (juntamente com um Castelo) contam-se histórias mirabolantes acerca do filho do dito Chanceler e das filhas de um tal Castro (gente nobre) que residiam em frente em casa igualmente apalaçada (mas sem brasão). Algumas das faianças, bem como um conjunto de vasos de cerâmica comum, essencialmente púcaros e malgas, foram já sujeitas a trabalhos de restauro por parte das técnicas do Museu D. Diogo de Sousa (Braga) encontrando-se expostas numa das salas do rés-do-chão do Museu da Casa Grande de Freixo de Numão.

O conjunto de faianças exumadas nas escavações arqueológicas da Casa Grande de Freixo de Numão foram já objecto de um estudo superficial por parte do Dr. Rafael Salinas Calado. Aguarda-se a vontade de especialistas para virem estudar esta longa e tão diversa colecção de faianças e cerâmicas comuns e vidradas dos séculos XVI a XVIII, hoje incorporadas no espólio do Museu da Casa Grande.

Deixamos aqui, neste trabalho, o texto que nos foi fornecido pelo Dr. Rafael Salinas Calado, do Museu Nacional de Arte Antiga.

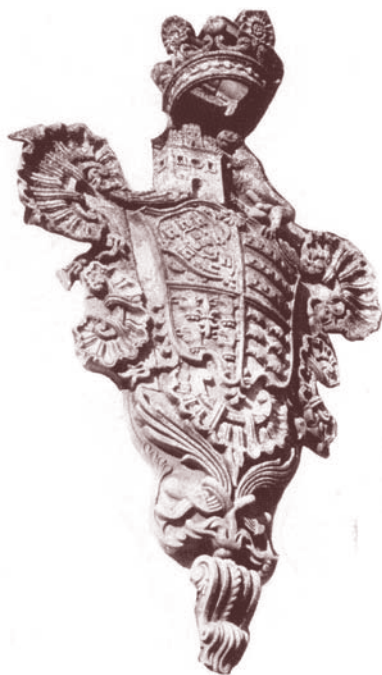


fig. 2 Brasão da Casa Grande.



fig. 3 Museu da Casa Grande de Freixo de Numão.

fig. 4 Selo de chumbo (desenho) exumado durante as

Revelação das Cerâmicas dos séculos XVI e XVII do Quintal da Casa Grande

Eu que não sou arqueólogo confesso que, por vezes me sinto completamente enfeitiçado pelos poderes da arqueologia. Essa ciência tão aliciante como inesperada que através de surpreendentes revelações ultrapassa a imaginação e desmonta, com serena tranquilidade, laboriosas especulações construídas pela lógica do raciocínio.

Sempre me senti fascinado, embora humilhante retraído, perante a força eloquente com que ela facilmente reduz ao absurdo as mais “evidentes certezas” do historiador ou esclareça inequivocamente as suas dúvidas.

Em Tondela, no II Encontro de Cerâmica Medieval, foi apresentada extra-programa, pelo Dr. Sá Coixão, uma breve e clara comunicação sobre os trabalhos que vinha levando a efeito numa bela casa nobre da longínqua, pequena e pouco habitada aldeia de Freixo de Numão, do concelho – agora famoso – de Vila Nova de Foz-Côa.

Francamente surpreendido, despertei da minha quietude, em face do espectacular espólio, importante, de cerâmica dos séculos XVI – XVII, que inesperadamente me foi revelada. Manifestei o desejo de o ir ver e o Dr. Sá Coixão, com a mais gentil disponibilidade, prestou-se a receber-me dois dias depois. Entusiasmado, pude apreciar com emoção o volumoso espólio, que me foi completamente facultado pelo amável arqueólogo numentense. Trata-se dum apreciável conjunto de inúmeros fragmentos de peças cerâmicas com abundante presença de espécies de louça comum em barro, variada nas formas e dimensões, de que se destacam elementos com decoração micada e asas encordoadas ao jeito do séc. XVI. Particularmente interessante é o vasto núcleo de faianças, constituído por fragmentos de produtos cerâmicos de chacota amarelada totalmente revestidos por vidro de esmalte branco estanhífero ou estanho/plumbífero.

As decorações, seguindo os temas de várias famílias ornamentais características do séc.



escavações da Casa Grande.

XVII, são realizadas por pintura em azul de cobalto, por vezes com contornos ou elementos em roxo vinoso de manganês. É manifesta a presença de dois tipos de enforna para as respectivas cozeduras, havendo peças que foram encravilhadas com trempe de barro e outras que foram cozidas em embaixas ou cassetes. O primeiro processo, mais primitivo, foi muito utilizado em Espanha e, no início de produção portuguesa – como acontece com os azulejos – ainda no séc. XVI, enquanto que a segunda técnica é característica da maior parte da faiança portuguesa do séc. XVII. São, dum modo geral, objectos de pequenas dimensões, mesmo os que apenas permitem calcular as curvaturas de bordos, bojos, fundos e fretes. A avaliar pelos evidentes sinais de uso, estas peças foram fazendo parte das baixelas da nobre CASA GRANDE de Freixo de Numão. Vários dos fragmentos, de faiança delicada com espessura relativamente fina, apresentam decorações bastante raras, seguindo esquemas ornamentais de expressão europeia, executadas por laboriosa pintura com segurança de pincelada contrastante (traços finos e muito grossos), tanto nas frentes como nos tardozes, sendo – muito provavelmente – produções lisboetas que podem ir até ao fim do primeiro quartel do séc. XVII.

Dois conjuntos de fragmentos revelam duas pequenas escudelas ou malgas, de excelente qualidade e muito belas. Uma decorada exteriormente com aranhões e boninas, de remota influência oriental e outra com decoração exterior de rendas, tendo interiormente a legenda: + G + DIA (Z). Devem igualmente ser produtos de Lisboa da primeira metade do séc. XVII, assim como um pequeno prato decorado a azul forte com uma cruz de Malta tendo elementos vegetais entre as pontas (que conservam a imagem das rendas) e o tardo decorado com arcos. Ainda do mesmo período há vários fragmentos de pequenos objectos com excelente decoração azul de inspiração chinesa, da família de “aranhões”, o que testemunha bem a opulência da casa nobre.

Da segunda metade do séc. XVII, destaca-se um pequeno prato fundo com a aba também decorada com aranhões, tendo no centro um delicado elemento floral. A pintura é em azul-cobalto sobre contornos de manganês como acontece com vários outros fragmentos de peças do mesmo tipo. Ainda da segunda metade do séc. XVII há fragmentos de prato e de uma malga com decoração de contas organizadas em montículos alternados de seis elementos contornados a manganês e cheios a azul, dispostos em banda entre traços duplos azuis. Vários fragmentos pertencentes a peças com decoração, muito característica, de círculos simples paralelos, em azul forte, nos fundos e nas abas, testemunham a presença de faiança mais grosseira com os sinais das trempe de enforna. Estes produtos poderão ser de recuados fabricos portugueses (Porto?) ou espanhóis, do fim do séc. XVI ou início do séc. XVII.

É surpreendente a presença de fragmentos de várias peças, também de pequenas dimensões, com uma poderosa decoração em azul com as abas preenchidas por elementos alongados do tipo das rendas formando seis arcos e deixando um hexágono aberto no fundo ocupado por espirais copiosamente enroladas e, num só caso, desenvolvida a partir de elementos florais. Do mesmo tipo é uma série de pratinhos e escudelas, também com enormes espirais no fundo, tendo entre os elementos estilizados de forte pintura azul das abas finos desenhos em manganês.

Esta cerâmica, tanto pela forma dos fretes como pela técnica de pintura e enforna, tem características preferencialmente espanholas do séc. XVI/XVII. Julgo, portanto, que estamos em face dum espólio muito importante, revelador da opulência e do gosto dos senhores que habitaram o sítio da CASA GRANDE no final do século XVI e durante o século seguinte.



fig. 5 Malga em cerâmica comum (Casa do Moutinho).

fig. 6 Taça em cerâmica comum (Casa do Moutinho).

fig. 7 Púcaro em cerâmica comum (Casa do Moutinho).

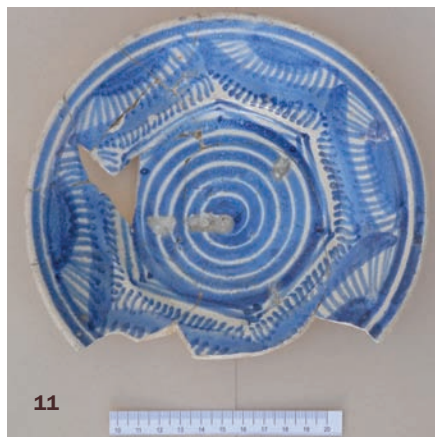
fig. 8 Prato em faiança (Casa Grande).

fig. 9 Prato fundo em faiança (Casa Grande).

fig. 10 Prato em faiança (Casa Grande).

fig. 11 Prato em faiança (Casa Grande).

fig. 12 Prato fundo em faiança (Casa Grande).





13



14



15



16

fig. 13 Tigela em faiança (Casa Grande) .

fig. 14 Prato fundo em faiança (Casa Grande).

fig. 15 Prato fundo em faiança (Casa Grande).

fig. 16 Tigela em faiança (Casa Grande).

fig. 17 Prato em faiança (Casa Grande).

fig. 18 Prato em faiança (Casa Grande).

fig. 19 Tigela em faiança (Casa Grande).

fig. 20 Tigela em faiança (Casa Grande).

fig. 21 Prato fundo em faiança (Casa Grande).

fig. 22 Tigela em faiança (Casa Grande).

fig. 23 Tigela em faiança (Casa Grande).

fig. 24 Malga em cerâmica comum (Casa Grande).



17



18

fig. 25 e 26 Cadinhos em cerâmica comum (Casa Grande).

fig. 27 Púcaro em cerâmica comum (Casa Grande).

fig. 28 Jarro em cerâmica comum (Casa Grande).

fig. 29 Malga em cerâmica comum (Casa Grande).

fig. 30 Malga em cerâmica vidrada (Casa Grande).

fig. 31 Lucerna em cerâmica comum (Casa Grande).

fig. 32 Malga em cerâmica comum (Casa Grande).



19



20



21



22



23



24



25



26



27



28



29



30



31



32

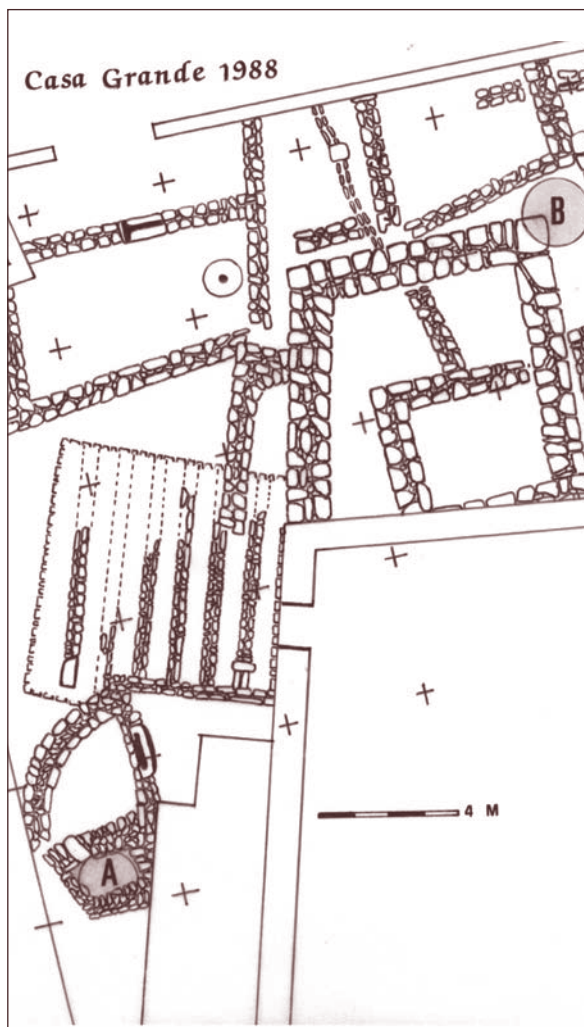


fig. 33 Planta das Ruínas arqueológicas do Quintal da Casa Grande .

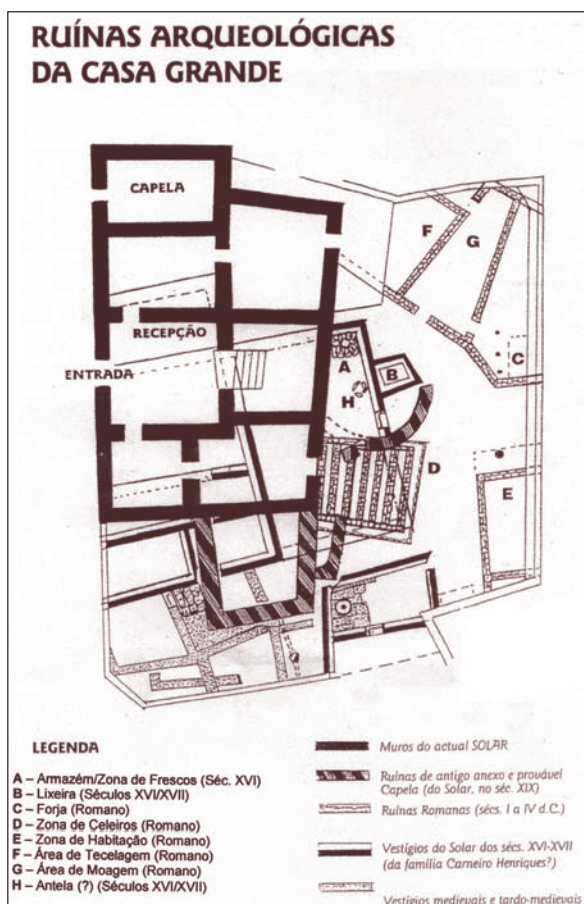
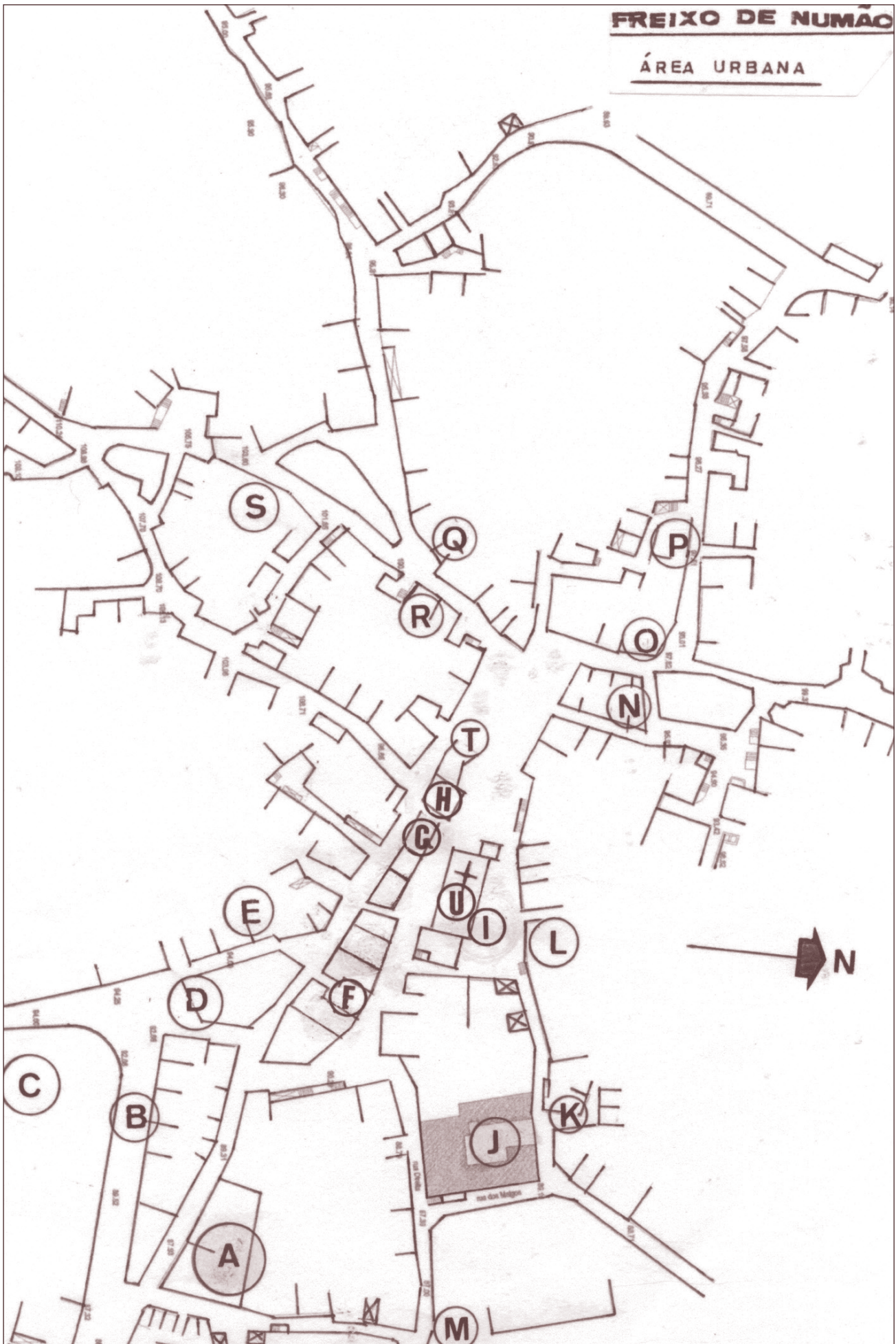


fig. 34 Planta da Casa Grande e das ruínas arqueológicas ali postas a descoberto.

fig. 35 (pág. seguinte) Planta com localização dos vestígios arqueológicos já registados na área urbana da vila de Freixo de Numão.

FREIXO DE NUMÃO

ÁREA URBANA



Conjunto cerâmico da Rua Mouzinho de Albuquerque, nº4, de Miranda do Douro

José Jorge Argüello Menéndez

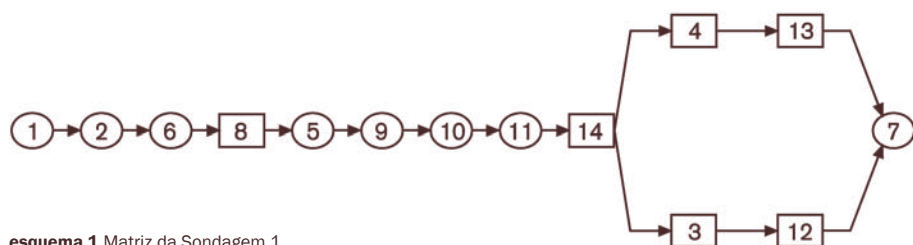
Os materiais que aqui se apresentam procedem da escavação arqueológica realizada no edifício sito no número 4 da Rua Mouzinho de Albuquerque na cidade de Miranda do Douro, prévia aos trabalhos de remodelação do imóvel com o objectivo de o adaptar a como restaurante¹.

Uma vez que o imóvel se insere dentro dos limites da área de protecção, o IPPAR condicionou todo e qualquer trabalhos que implicassem revolvimento e/ou remoção do subsolo a obra à realização de trabalhos arqueológicos de avaliação prévios à empreitada. A intervenção programada traduziu-se na realização de duas sondagens arqueológicas de avaliação, uma encostada a fachada da casa e outra no logradouro localizado nas traseiras a nível do primeiro andar. Pretendia-se com estas sondagens caracterizar e avaliar a natureza e cronologia das Unidades Estratigráficas e avaliar eventuais riscos que o rebaixamento da cota actual pudesse apresentar para quaisquer vestígios arqueológicos existentes no local.

A escavação da sondagem arqueológica no quintal da casa permitiu identificar uma escassa potência estratigráfica, correspondendo os materiais arqueológicos aos séculos XIX e XX. Mais interessante foi o caso da sondagem 1, realizada no rés-do-chão do edifício, de 2 x 2 metros que permitiu identificar uma estratigrafia formada por um aterro depositado provavelmente no início do século XVIII, para selar uma cave.

Relações estratigráficas da Sondagem 01

A estratigrafia detectada na escavação da sondagem 1 foi a seguinte: primeiro foi detectada uma camada de cascalho (U.E. 01) correspondente à preparação do lajeado do café que existiu no local. Esta camada encontra-se por cima de outras duas camadas de cor castanha clara (U.E. 02 e U.E. 06) depositadas sobre um interface horizontal (U.E. 08) e que têm por objectivo nivelar o local em época recente. Estas três camadas correspondem à última fase de ocupação do local. Debaixo da U.E. 08 aparecem um conjunto de camadas sucessivas (U.E. 05, 09 e 10) que correspondem ao aterro de uma cave anterior ao século XVII. A unidade estratigráfica nº 10 se encontra sobre um derrube de telhas (U.E. 11) que corresponde ao momento de abandono da cave, talvez motivado queda do telhado da casa. Este derrube, como as três camadas anteriores, enche uma unidade interfacial (U.E. 14) escavada para construir uma cave. Este interface corta as valas de fundação (U.E. 12 e U.E. 13) dos muros (U.E. 03 e U.E. 04) correspondentes a fachada e parede lateral do edifício, anteriores a abertura da cave e que constituem o primeiro momento ou fase 1 do local.



esquema 1 Matriz da Sondagem 1

Breve apresentação do material cerâmico identificados²

A escavação das Unidades Estratigráficas que formam o aterro da cave do edifício correspondem, no conjunto ao século XVII. É muito provável que estas terras procedam de outros pontos da cidade e tenham sido utilizadas no momento de reconstrução do edifício. Os escassos materiais do século XVIII encontrados na parte superficial do aterro sugerem que foi no início deste século que foi selada a cave.

Os materiais cerâmicos identificados são uma amostra dos circuitos comerciais de Miranda do Douro neste século, e, ao mesmo tempo permitem conhecer a cerâmica utilizada nesta parte de Portugal no século XVII.

De facto, o conjunto de materiais exumado é representativo da realidade de uma cidade de fronteira como Miranda do Douro, mais próxima de facto, em alguns aspectos, aos circuitos comerciais espanhóis do que das grandes rotas do litoral português.

Entre as produções de cerâmica comum destacam-se as cerâmicas micáceas que podem corresponder ao centro produtor Zamorano de Moveros, muito próximo da fronteira, ou talvez a algum centros produtores portugueses de Vimioso e de Miranda do Douro dos quais apenas temos alguns indícios da sua existência.

¹ A direcção dos trabalhos foi da responsabilidade do arqueólogo José Jorge Argüello Menéndez, que contou com a colaboração dos arqueólogos Bruno Miguel Silva Magalhães e Ângela Cristina Teves de Araújo, assim como com os assistentes de arqueólogo André Saraiva Queirós, António Augusto de Oliveira Reis e Isabel Marques.

² Apresenta-se aqui o material arqueológico de forma breve uma vez que os materiais estão a ser estudados. O estudo mais aprofundado do conjunto será publicado numa monografia específica sobre o material cerâmico achado numa série de intervenções arqueológicas realizadas na cidade de Miranda do Douro.

Destacam-se neste tipo de material os testos com decorações circulares, as tigelas com marcas de oleiro em forma de pequenas incisões e as grandes peças com cordões digitados.

No que diz respeito aos vidrados de chumbo, são escassos, e como acontece em zonas próximas como Bragança não se encontram vidrados procedentes do litoral português. Os poucos exemplares encontrados correspondem a peças com um vidrado melado ou vermelho brilhante, aplicado só no interior de peças como caçoilas, que parecem ter origem nos centros produtores das zonas de Zamora e Salamanca.

As faianças portuguesas identificadas parecem corresponder a modelos decorativos da zona de Coimbra. Trata-se de faianças com decoração azul em círculos concêntricos e motivos de rendas e aranhões. Em alguns casos aparecem motivos figurados humanos e vegetais. Destacam-se entre os materiais um fundo de tinteiro com uma marca em forma de insecto com motivos em azul, vinoso e amarelo.

Junto destas produções portuguesas aparecem as já habituais, na zona portuguesa da fronteira, faianças de Olivares produzidas em Zamora. Como no caso de Bragança correspondem os materiais encontrados em Miranda a tigelas e pratos com decorações vegetais em verde sobre um fundo branco.

Destacam-se finalmente dentro deste contexto de fronteira materiais vindos de zonas longínquas. É o caso de um prato branco, decorado com uma linha simples na aba e um motivo vegetal no centro da peça, e das peças “talaveranas” da série tricolor, em forma de pratos e tigelas, e de peças procedentes da zona sevilhana como as faianças decoradas em azul ao modo genovês.

Desta forma, junto das produções locais, de ambos os lados da fronteira, vemos faianças portuguesas, procedentes talvez da zona de Coimbra, e faianças espanholas da zona de Zamora (tipo Olivares), assim como outras que, procedentes de zonas como Talavera de la Reina ou Sevilha, podem ter chegado, sem dúvida, a Miranda do Douro pelo antigo circuito comercial da “Ruta de la Plata”, que desde os tempos romanos fazia a ligação entre Sevilha e Gijón.



fig. 1 Testo de cerâmica comum.



fig. 2 Tigela com marca de oleiro.

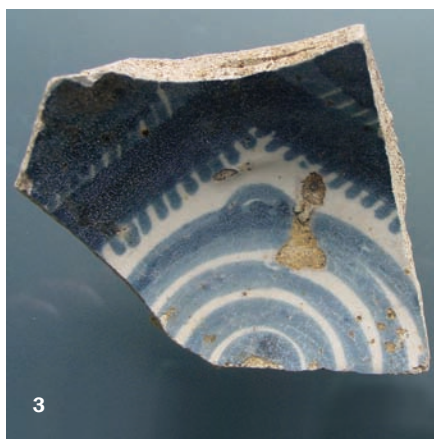


fig. 3 Faiança portuguesa.



fig. 4 Faiança portuguesa.

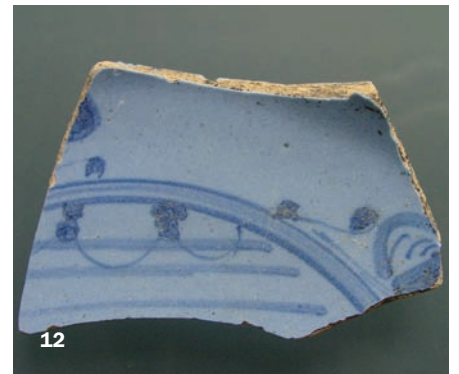
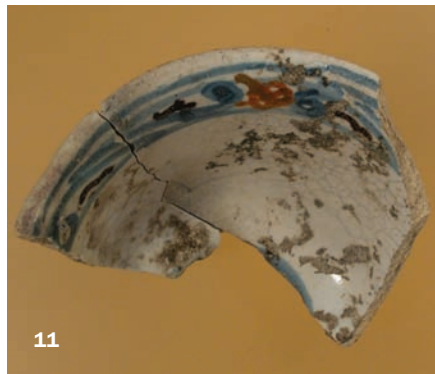
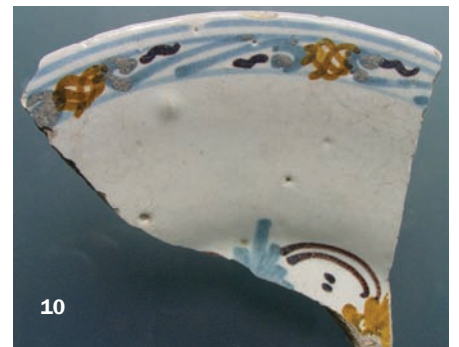


fig. 5 Faiança portuguesa.

fig. 6 Faiança de Olivares.

fig. 7 Faiança portuguesa.

fig. 8 Fundo de tinteiro. Faiança portuguesa.

fig. 9 Faiança de Olivares.

fig. 10 Faiança de Talavera.

fig. 11 Faiança de Talavera.

fig. 12 Faiança ao modo genovês. Sevilha.

fig. 13 Possível faiança de importação espanhola.

Torre de Almofala: Apontamentos sobre a Cerâmica de Época Moderna

Elisa Albuquerque

Resumo

A Torre de Almofala, sítio arqueológico com longa diacronia de ocupação, forneceu, durante as intervenções arqueológicas, um vasto volume de espólio. Da derradeira fase de ocupação, ocorrida em época moderna, sabemos da existência de uma pequena povoação designada por Aldeia da Torre dos Frades, cujos vestígios ceramológicos serão aqui abordados de uma maneira sucinta, apresentando alguns dos exemplares mais recorrentes e ilustrativos do conjunto¹.

Introdução

A Torre de Almofala situa-se na freguesia de Almofala, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, distrito da Guarda (Fig. 2), num planalto com altura média de 638m, onde as ruínas se prolongam pela vertente sul. Foi classificado como Monumento Nacional pelo Decreto-Lei 129/77, de 29 de Setembro. Surge na Carta Militar nº162² com a designação de “Casarão da Torre” (Fig. 3), um dos nomes pela qual esta construção foi apelidada ao longo dos séculos da sua existência, tendo sido chamada de Torre dos Frades, Torre de Aguiar ou mesmo Torre das Águias.

Muitos investigadores se interessaram pelo monumento aventando hipóteses sobre a funcionalidade do edifício, mas através das intervenções arqueológicas realizadas pela Dra. Helena Frade, algumas dessas questões foram respondidas nomeadamente o papel desempenhado pela Torre em época romana (Frade, 1990, 91-101; Frade, 1991, 352-360; Frade, 1998). Os resultados obtidos durante os trabalhos de campo complementados com a documentação histórica já conhecida revelaram uma ocupação de cerca de dezassete séculos.

Durante a época moderna, existiu ali uma pequena povoação referenciada no Numeramento de 1527-32, ordenado por D. João III, designada por Aldeia da Torre dos Frades. A denominação proveio do facto de o espaço ter sido habitado por monges cistercienses no séc. XII, antes da construção do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar.

É também nessa época que se dá a construção da Capela e a da parede leste da Torre, onde se abrem duas janelas e uma porta, passando a funcionar como torre de vigia, uma vez que se encontrava num ponto estratégico em termos militares, num palco de constantes conflitos.

A Aldeia da Torre dos Frades foi, então, arrasada em 1642 deixando de ser mencionada nos documentos, incluindo as Memórias Paroquiais de 1758.

Perante estes elementos, tornou-se impreterível o tratamento e estudo dos materiais arqueológicos, almejando uma maior percepção histórica do local e das populações que aí habitaram. Essa abordagem teve início em 2002, com a análise da cerâmica proveniente da zona sul da Torre e Capela (Fig.4), culminando numa dissertação de mestrado (Albuquerque, 2005).

Faiança

Durante o percurso traçado pelo tratamento do espólio exumado na zona sul e Capela foi identificada uma maior representatividade da cerâmica de época moderna em detrimento das romana e medieval, apresentando, igualmente, um bom estado de conservação. Após a separação da cerâmica em faiança e comum, verificou-se a presença de uma clara maioria da primeira, embora a faiança esteja bem representada com exemplares bastante interessantes e indicativos do quotidiano da população da Aldeia da Torre dos Frades.

Assim, observa-se uma grande variedade de faiança polícroma, parte dela tendo como proveniência o centro produtor de Talavera de la Reina, situada na actual província de Toledo. A grandiosidade destas louças começou a partir do séc. XVI, atingindo o auge no séc. XVII e princípios do século XVIII. A excelência das decorações e a fama conquistada fazia com que os habitantes de Talavera de la Reina anunciassem que *“lo que en esta villa se labran mejor que en outras partes es el barro vidriado blanco y azulejos y otras cosas de esta labor de que se prover reino y parte de Portugal y las Índias”* (Suarez Alvarez, 1982, 408). O declínio começa no segundo quartel do séc. XVIII devido à diminuição de tráfico ultramarino, ao encarecimento das matérias-primas como o cobalto e o estanho e por falta de compradores (Martínez Cavero, 1984, 12).

¹ Os desenhos apresentados foram elaborados pela signatária em colaboração com Ana Lima Revez; as tintagens foram realizadas por Nuno Santos.

² Carta Militar nº 162, edição de 1946 dos Serviços Cartográficos do Exército.

Uma das séries mais antigas e conhecidas das produções talaveranas, com cronologia da segunda metade do séc. XVI, é a de **las mariposas**. Bastante popular caracteriza-se por pratos um pouco fundos, de branco estanífero como base, decorados a azul, com pincelada grossa, figurando desenhos de animais no centro (aves, veados, leões, etc.) muito estilizados, ou uma flor esquemática de quatro pétalas (Ainaud de Lasarte, 1952, 258; Martínez Caviro, 1984, 14; López Fernández, 1982, 29). Os bordos das peças são ornamentados com três borboletas (*mariposas*), de asas abertas, e filamentos representando várias patas de “centopeia”, com motivos florais intercalados.

Relativamente ao tema das mariposas há várias opiniões, pois há autores como Parámo que sugere uma origem mudejár e outros, como Natacha Seseña apontam uma influência chinesa que chegaria a Espanha através de Portugal (*Appud* López Fernández, 1982, 29). Em Almofala identificamos alguns exemplares pertencentes a esta série. A peça 1 apresenta um bordo decorado, onde podemos identificar parte de uma borboleta; no centro figura um outro animal que nos parece uma libélula. A ser exacta a nossa suposição sobre o desenho central, provavelmente um insecto, poder-se-á interpretar como um motivo de origem mudéjar. Apontamos uma peça semelhante no Museu de Ávila, a nº 9, (López Fernández, 1982, 29 e 81), que se diferencia do exemplar de Almofala apenas pela figura zoomórfica central. O fragmento 2, embora de tamanho diminuto, ainda é observáveis os traços que correspondem às “patinhas” da borboleta.

Iniciando a sua produção a partir da segunda metade do séc. XVI e prolongando-se durante todo o séc. XVII, surge a **série tricolor**. Esta foi utilizada em formas como pratos, tigelas e tinteiros, não se afastando muito da série anterior; apesar disso, os pratos são menos fundos, havendo uma certa unidade entre o fundo e a aba do bordo. A designação de tricolor derivou da decoração pictórica que ostenta, ou seja, é empregado o manganês, o laranja e o azul. O negro de manganês servia para os contornos e perfis, o laranja e o azul para o enchimento dos desenhos. Normalmente, a cor laranja é usada nas linhas reticuladas. Uma das características mais comum e antiga desta série é a decoração do bordo por uma moldura formada por SSS alongados e aspas, alternados com traços cruzados. Segundo Balbina Martínez Caviro (1984, 20) esta decoração propagou-se de tal modo, que se tornou numa espécie de distintivo da cerâmica *castellana*.

Desta produção talaverana existem dentro do conjunto ceramológico estudado alguns exemplares. O prato 3 apresenta decoração no centro, com motivos florais estilizados, dentro de um círculo, e no bordo figura uma moldura de SSS alargados intercalados com linhas reticuladas. Possivelmente devido a um incêndio de grandes proporções este prato está completamente vitrificado. Encontramos paralelos para esta peça na Calle de Santiago, nº 6, em Valladolid (Martín Montes *et al*, 1991: 344-345, fig. 12-2).

Por outro lado, o exemplar 4 faz parte da mesma série, adornado, igualmente com as três cores comuns em motivos florais estilizados. Não está vitrificado, encontrando-se em bom estado de conservação.

O prato 5 bordo é decorado com a comum *orla castellana*, de SSS alargados, podendo, ainda, ser observável o início dos traços quadriculados, decoração apenas executada em tons de azul. Coloca-se a questão de poder ser uma imitação da série tricolor aproveitando a típica moldura decorativa do bordo, numa única coloração, ou será exemplo de uma conjugação de características de duas séries, própria de um momento de transição?

Outro grupo bastante expressivo, neste conjunto, corresponde às **louças vidradas a branco**, cuja proveniência é difícil conhecer sem análises concretas efectuadas à pasta. É possível, no entanto, que perante a difusão da louça branca de Talavera, fosse esta a origem dos materiais aqui referidos. É ainda possível que o viajante ao vender as cerâmicas decoradas, tentasse comercializar, simultaneamente, as louças brancas. Do ponto de vista do comprador, é, igualmente, natural que aproveitasse a ocasião para se aprovisionar tanto de peças decorativas como de outras com função mais prática.

Particularmente nas zonas rurais, a louça decorada servia para adornar a casa, tendo a branca uma função mais prática, de uso comum. Pérez Vidal (1968, 9) afirma que era esta a louça utilizada em festas e romarias, pois o cansaço é inimigo da fragilidade. Talvez, o custo das peças fosse, identicamente, factor de peso para as diferentes funcionalidades dadas aos distintos tipos de louça.

Apresentamos, aqui, dois exemplares, 6 e 7, podendo o primeiro enquadrar-se no tipo 4, sugerido por Turina Gómez (1994: 78 e 82 -fig. 23: 1 a 4), provenientes da Igreja de Santo Tomé e Bajada de San Martín, em Zamora.

Surge, ainda, um outro conjunto bastante interessante, composto por faianças, vidradas a branco com decoração verde, com produção nos **centros oleiros de Olivares**, um bairro nos arrabaldes de Zamora com início no séc. XV (Ramos Perez, 1980, 167-168), ou no séc. XVI / XVII (Moratinos Garcia *et al*, 2003, 71). Esta louça caracteriza-se por ser apenas vidrada no interior, branco como fundo e decoração a verde e *morado* (cor de amora), numa primeira fase. Posteriormente, utiliza-se o azul e o verde, acabando por ser, somente, pintada a azul.

Verifica-se uma evolução nas formas, pois em uma fase mais antiga, estão presentes os pratos e as escudelas com pé anelar e bordos, tendencialmente, planos; num segundo momento, surgem as formas com paredes mais hemisféricas. De igual modo, observa-se uma evolução no tipo de decoração aplicada na louça, pois de um verde e *morado*, com a folha-flor e outros motivos vegetais e esquemáticos, há uma mudança para traços lineares e ondulados, a azul e verde, acabando numa produção só a azul cobalto (Moratinos Garcia *et al*, 2003, 71). No caso de Almofala, apresentamos o exemplar 8, enquadrável na fase mais antiga, enquanto o 9 se insere no segundo momento, correspondendo a uma forma mais hemisférica.

Por outro lado, em termos de evolução de decoração, apresentamos as peças 10 e 11, adornadas com linhas onduladas em azul e verde, equivalendo ao segundo momento de decoração, embora que a forma esteja mais de acordo com a primeira fase. Estes dois fragmentos pertenceriam, possivelmente, ao mesmo serviço, pois têm os mesmos motivos decorativos e cores idênticas. São conhecidas peças semelhantes no Convento de la Concepción, em Zamora (*Idem*, 2003, 72) e cerâmicas decoradas somente a verde, na Igreja de Santo Tomé, em Zamora (Turina Gomez, 1994, 77-79 e 81).

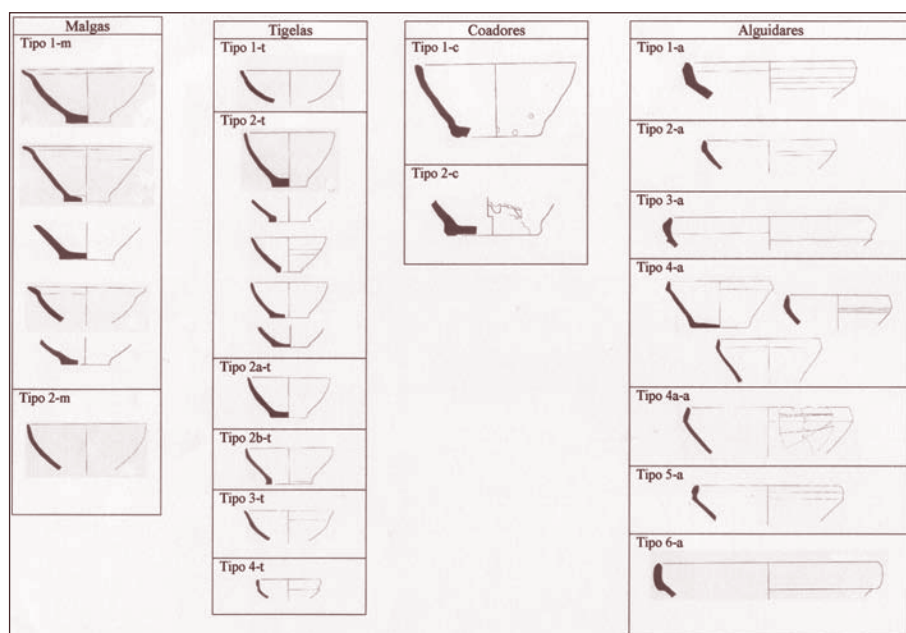
Não podemos deixar de referir que o exemplar 11 tem no frete dois furos feitos antes da cozedura, para que a peça, depois de concluída, fosse pendurada. Mais uma razão para acreditarmos que a louça decorada servia para ser admirada, possivelmente colocada num espaço da casa, onde estivesse à vista de todos.

Cerâmica Comum

Relativamente à cerâmica comum podemos aferir a sua grande quantidade, bom estado de conservação e diversidade de tipos. Sobressaem as formas fechadas, nomeadamente a talhas, que aparecem, preferencialmente, em níveis de derrubes. Das abertas atestamos a recorrência de tigelas e alguidares, algumas quase completas. A maior parte da cerâmica comum não é decorada, sendo mais utilizada nas formas fechadas e técnica mais usual é de cordões plásticos digitados.

Devido à recorrência de algumas formas tomámos a decisão de elaborar uma tipologia onde seriam enquadradas. Assim, as peças foram agrupadas em malgas (m), tigelas (t), coadores (c) e alguidares (a).

As **malgas** (quadro 1) têm como função conter alimentos sólidos ou semi - líquidos. São formas abertas, fundas, e pertencem ao serviço de mesa e cozinha.



quadro 1

Tipo 1-m

São vários os exemplares deste tipo (nº12 e 13) e caracterizam-se pelo bordo de aba oblíqua, corpo troncocónico, e fundo plano, com base alargada, por vezes, ligeiramente côncavo. Todos os exemplares têm pasta compacta com poucos e.n.p. e foram cozidos de forma oxidante. Como tratamento de superfície foi utilizado o polimento no interior e alisamento no exterior. Os diâmetros dos bordos situam-se entre os 210 e os 180 mm. Os fundos têm diâmetros de 70 a 80 mm.

Tipo 2-m

Este tipo de malga, do qual apenas existe um exemplar (nº14), apresenta bordo afilado recto e corpo hemisférico. Pasta compacta acastanhada; apresenta polimento no interior e alisamento no exterior. O diâmetro é de 230 mm.

Consideramos a forma, identificada como Tipo 1-m, como de longa duração, pois em Valladolid encontramos este tipo de recipientes com datações apontadas para o séc. XIII (Villanueva Zubizarreta, 1998: 226-228). Contudo, foram encontradas peças deste tipo, em contextos modernos, na Calle Roman Alvarez, nº 2 de Zamora (Martin Arija *et al*, 1995: 100, fig.3-3 e 4). No caso concreto de Almofala, tendo em conta o estado de conservação e os níveis estratigráficos em que se encontraram, apontamos para cronologias de fase moderna.

A função das **tigelas** (quadro1), semelhante à do grupo anterior, seria conter alimentos, líquidos ou sólidos, utilizadas tanto para serviço de mesa como de cozinha. As peças aqui apresentadas, são formas abertas com perfil curvo, apresentando, em média, diâmetros entre os 145 e os 160 mm, portanto menores do que as malgas, e diferenciámos quatro tipos principais de tigelas, com algumas variantes.

Tipo 1-t

Este tipo de tigela (nº 15) apresenta bordo ligeiramente espessado no interior e perfil curvo. A pasta é compacta, alaranjada, de cozedura oxidante, com a superfície exterior alisada e interior polida. O seu diâmetro é de 152 mm.

Tipo 2-t

Os exemplares (nº16), pertencentes a este tipo, apresentam bordo esvasado, normalmente afilado, perfil curvo e fundo plano, por vezes, ligeiramente alargado, com pasta compacta e com poucos e.n.p. e cozidos em ambiente oxidante. Como tratamento de superfície, foi utilizado o alisamento no exterior e polimento no interior. Geralmente não são formas decoradas, havendo apenas um exemplar que possui uma canelura pouco profunda no corpo. Os diâmetros do bordo, neste tipo centram-se entre os 155 e os 160 mm e os correspondentes ao fundo entre os 53 e os 80 mm.

Tipo 2a-t

Este tipo é uma variante do anterior e difere daquele, pelo facto de ter sido utilizada uma cozedura redutora. Existe um único exemplar (nº 17) com esta característica. O diâmetro do bordo é ligeiramente inferior, comparativamente ao Tipo 2-t, apresentando, este exemplar, 146 mm.

Tipo 2b-t

Existe apenas um exemplar deste tipo (nº 18) e caracteriza-se por um bordo ligeiramente envasado, diferente dos bordos do tipo 2-t. O fundo é também distinto pois apresenta-se bem marcado. As restantes características são idênticas às descritas para as tigelas tipo 2-t.

Tipo 3-t

Apresenta (nº 19) bordo afilado, ligeiramente esvasado e uma pequena inflexão, na parte superior do corpo, apresentando uma suave carena. A pasta é compacta, com poucos e.n.p.; cozida em ambiente oxidante. Foi utilizado o alisamento na superfície exterior e polimento na interior. O diâmetro é de 150 mm.

Tipo 4-t

Caracterizado por um bordo boleado, perfil curvo, e corpo carenado. Pasta compacta alaranjada. É polido no interior e, no exterior, somente na parte superior ao ressalto, com alisamento sob aquele. Apareceu um único exemplar deste tipo (nº 192), e o seu diâmetro, de 120 mm, é ligeiramente inferior comparativamente aos anteriores.

Encontramos em *Castelo da Lúa*, Rianxo, Coruña, uma peça definida como cuenco, com forma e tratamentos de superfície idênticos aos do Tipo 2-t, todavia com diâmetro superior, com cronologia a partir do séc. XV (Cesar Vila e Bonilla Rodríguez, 2003: 321, fig.12-49).

Foram identificados dois **coadores**, cuja função seria coar líquidos, e colocamos a hipótese de terem sido utilizados no fabrico do queijo.

Tipo 1-c

Coador (nº21) de fundo com canelura concêntrica, com 75 mm de diâmetro; paredes esvasadas e bordo espessado no interior, com 150 mm de diâmetro. As superfícies apresentam apenas um alisamento e a pasta é compacta com poucos e.n.p.; foi cozido de forma oxidante. Os furos de escoamento de líquidos encontram-se somente na parte inferior da peça.

Tipo 2-c

As características desse coador não diferem muito das descritas no anterior tipo. Trata-se de um fragmento muito pequeno, mas podemos observar que fundo é semelhante e com diâmetro muito aproximado, isto é, 80 mm. O tipo de tratamento de superfície é idêntico mas menos cuidadoso. A diferença principal entre estes dois tipos reside na cozedura utilizada, neste caso redutora, que lhe confere uma cor acinzentada/escura à pasta.

Por último, surgem os **alguidares**, recipiente com várias funções distintas, como amassar pão, lavar roupa ou servir durante a matança dos animais. A diversidade e abundância de exemplares permitiram uma classificação de seis diferentes formas neste tipo de peças.

Tipo 1-a

Existe apenas um exemplar deste tipo (nº22) e caracteriza-se por um bordo introvertido, afilado e anguloso, com corpo troncocônico. A pasta é compacta, com poucos e.n.p. Esta peça foi cozida em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. No exterior, a superfície foi alisada e no interior polida. O seu diâmetro é de 218 mm.

Tipo 2-a

Este alguidar (nº 23) apresenta um bordo introvertido, biselado no interior e ligeiramente espessado no exterior e corpo troncocônico. A pasta é compacta e foi cozido de forma oxidante. No início do corpo tem uma canelura e a face exterior é alisada e a interior é polida. A medida do diâmetro do bordo é de 420 mm.

Tipo 3-a

Alguidar (nº 24) de bordo introvertido, espessado no exterior, com ressalto no início do corpo. A pasta é compacta e foi cozido em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. Com alisamento no exterior e polimento no interior. O diâmetro é de 380 mm. Existem dois exemplares deste tipo na zona sul da Torre de Almofala, provenientes da mesma sala e estrato.

Tipo 4-a

Caracteriza-se por um bordo introvertido, boleado ou biselado, com espessamento, corpo troncocônico e fundo plano. Num dos casos, o alguidar (nº 25) apresenta caneluras no início do corpo. As cozeduras são em ambiente oxidante. Os tratamentos de superfícies são o polimento, no interior, e alisamento, no exterior. Os diâmetros dos bordos estão entre 260 e 420 mm, o que parece demonstrar a existência de peças com a mesma forma, mas de tamanhos diferentes, estando, possivelmente, em conformidade com a utilidade que lhe era atribuída.

Tipo 4a-a

Este tipo (nº 26) é uma variante do anterior, apresentando as mesmas características. No entanto, difere do tipo 4-a pois possui decoração, isto é, linhas incisas cruzadas no bordo e corpo da peça. Tem um diâmetro de 510 mm.

Tipo 5-a

Apresenta bordo introvertido, boleado e corpo troncocónico. Tem uma canelura larga no bordo. A pasta é compacta e cozedura oxidante. Os tratamentos de superfície são iguais aos utilizados nos tipos anteriores, isto é, o alisamento no exterior e polimento no interior.

Tipo 6-a

Este tipo de alguidar (nº28) revela um bordo ligeiramente introvertido, boleado, com espessamento exterior. A cozedura é oxidante e a pasta é compacta com poucos e.n.p. O interior é polido e o exterior é alisado.

Observamos algumas semelhanças formais entre o Tipo 3-a com a peça nº 52 da Rua de Nenhures (Palmela) (Fernandes e Carvalho, 1997, 290 e 291, fig.13), descrita como indeterminada, embora apresente uma maior introversão do bordo. As características em termos de pasta, tratamento e cor das superfícies são coincidentes, mas o diâmetro da peça de Almofala é maior.

Conseguimos atestar algumas proximidades formais entre o Tipo 6-a com um exemplar de Albaicín, Granada (Rodríguez Aguilera, 2000, 153) embora esta peça tenha o interior vidrado, com cronologia do séc. XVII.

O estudo dos materiais e criação desta tabela tipológica, privilegiando as formas mais comuns no conjunto ceramológico em análise, permitiu-nos verificar falta de paralelos para aqueles, o que nos incita a aventar a hipótese de existir na Torre de Almofala, durante o período moderno, uma olaria. Esta questão apenas será resolvida com análises às pastas e aos barreiros da região.

Registam-se, com alguma frequência, os **potes grandes e talhas**, cuja funcionalidade é a conservação de alimentos sólidos ou líquidos, sendo, por vezes, vidrados no interior para melhor impermeabilização; contudo, as peças de Almofala que se integram nesta categoria são de cerâmica não vidrada.

Assim, o nº 29 corresponde a um pote grande, de bordo extrovertido, corpo ovóide e fundo plano, com duas asas (uma delas totalmente restaurada). É uma peça decorada com dois cordões plásticos digitados, um no início do colo e outro na zona inferior da vasilha. O interior do pote foi apenas alisado e o exterior foi polido do bordo até ao primeiro cordão, sendo alisado abaixo daquele.

Esta peça é a conjugação de duas partes, ou seja, o oleiro trabalhou o barro fazendo, separadamente, o fundo e a parte superior do pote. O cordão plástico inferior foi colocado, não só para decoração, mas para ocultar a ligação das duas partes. Ao fazermos o restauro da peça constatámos que as extremidades das duas partes estavam preparadas para a junção, ou seja, foram feitas de forma a encaixarem uma na outra, colocando-se o cordão por cima. Observando o desenho, comparamos que a zona inferior do recipiente tem uma espessura bastante menor relativamente à parte do ombro e pança.

Quanto às talhas, apresentamos dois exemplares bastante interessantes. Assim, o nº 30 é uma talha, de bordo ligeiramente extrovertido e corpo ovóide ornamentada com cordões digitados. O colo é decorado com digitações oblíquas, feitas com as pontas dos dedos. É um exemplo de uma técnica algumas vezes utilizada pelos oleiros que consistia em ornamentar os cordões com os vários dedos, resultando cada cordão com digitações de tamanhos diferentes de acordo com o dedo utilizado. Podemos verificar através do desenho que as dedadas dos cordões não têm o mesmo tamanho nem configuração, pois foram utilizados os diferentes dedos.

Tal como na actualidade, na olaria tradicional, a colocação de cordões nos recipientes não tinha apenas uma função decorativa mas também de reforço das peças (García Alén, 1983, 88). Verificamos que os cordões desta talha foram colocados na parte com menos espessa da peça, o que nos aponta para um fortalecimento do recipiente.

Nas escavações junto à Catedral de Zamora foi encontrada parte de uma talha apresentando esta técnica decorativa, em contextos estratigráficos datáveis entre os séc. XIV e XVI (Martín Arijá e Larrén Izquierdo, 1991, 267-fig.4-3). Podemos, ainda, referir que em Bisalhães (Silva *et al*, 2003, 71-73), com datação do séc. XVIII, encontramos talhas ornamentadas com cordões digitados, fabricadas em louça preta, tal como em Arouca (Silva, 2004, 394).

Por último, a talha identificada com o nº 31 corresponde a uma talha de corpo ovóide adornada com cordões simples, decoração não muito comum no conjunto da cerâmica aqui em estudo, tendo na parte inferior da pança um orifício para vaziar líquidos. As talhas com orifícios serviam normalmente para vinho ou água onde se podia acrescentar uma torneira de metal ou madeira. Podiam, igualmente, servir para azeite, embora neste caso não parece ter sido o líquido contido pois não detectámos qualquer vestígio de gordura quer durante a fase da lavagem como do restauro da peça.

Reconhecemos semelhanças formais com fragmentos de talhas exumados em Tomar, em estratos com cronologias entre o final do séc. XV e inícios do séc. XVI; identificado com o nº 4, um fragmento de bojo com “*faixas largas ou molduras salientes*” e o nº 6 correspondendo a um fragmento de bojo com uma “*boca saliente e perfurada*” (Ponte e Miranda, 2003, 493, 494- est. I). São-lhe atribuídas funções na produção do vinho ou vinagre.

Considerações finais

A última ocupação da Torre de Almofala refere-se, em termos cronológicos, à época moderna, momento em que existia ali uma povoação designada por Aldeia da Torre dos Frades. A cerâmica desta fase apareceu com grande expressividade numérica e em bom estado de conservação, o que nos proporcionou uma leitura mais vasta quanto à realidade então vivida.

Denota-se que existiam contactos comerciais com Talavera de la Reina e Zamora, onde eram adquiridas as produções de faiança daqueles centros oleiros. De um outro ponto de vista, a presença de faiança revela-nos algum poder económico por parte dos habitantes da Aldeia, tanto mais que, como observámos atrás, algumas das peças eram exclusivamente decorativas.

Relativamente à cerâmica comum, colocamos a hipótese de ter ali existido uma pequena olaria local, pois os fabricos e pastas dos tipos por nós identificados são idênticos entre si, para além da recorrência de algumas das formas.

Consideramos que uma das actividades a que se dedicavam os habitantes da Aldeia da Torre seria a criação de animais. Através da cerâmica observamos que uma das formas recorrentes no conjunto cerâmico é o alguidar, que embora tendo o mesmo fabrico em todos os tipos, difere de tamanho, conforme a provável utilização do mesmo. Provavelmente os alguidares de pequenas dimensões, entre outras funções, serviriam para aparar o sangue durante a matança do porco e os maiores para a preparação dos enchidos. Tal como a presença de coadores, a que atribuímos uma função específica na preparação do queijo, nos indicia a existência de rebanhos de ovelhas.

Por outro lado, o grande número de talhas e potes implica armazenamento e conservação de alimentos. Podiam ser utilizadas para conter vinho, azeite, azeitonas ou cereais, e qualquer uma dessas funções está directamente ligada a alguma actividade agrícola. Assim, podemos depreender que associados à criação de animais surgiam os trabalhos rurais, como forma de sustento da população da Aldeia.

Com a continuidade do estudo de materiais provenientes da Torre de Almofala, pretendemos conhecer mais, complementando os dados já existentes e aprofundar as interpretações sobre a Torre de Almofala, durante a época moderna.



fig. 1 Torre de Almofala.



fig. 2 Localização da Torre de Almofala (retirado de TEICHER, 1994, 89).



fig. 3 Carta militar nº 162, edição de 1946, dos Serviços Cartográficos do Exército.

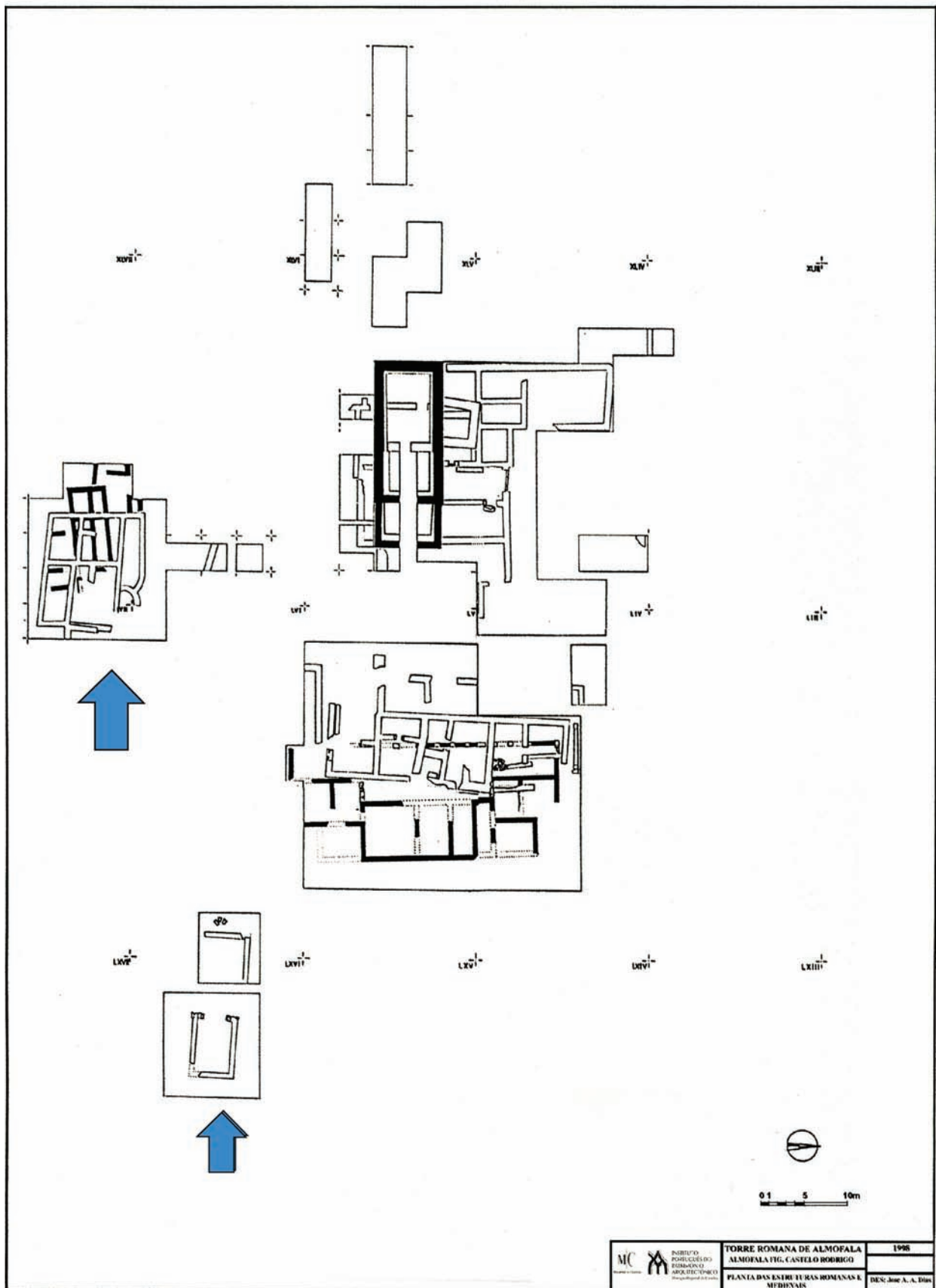
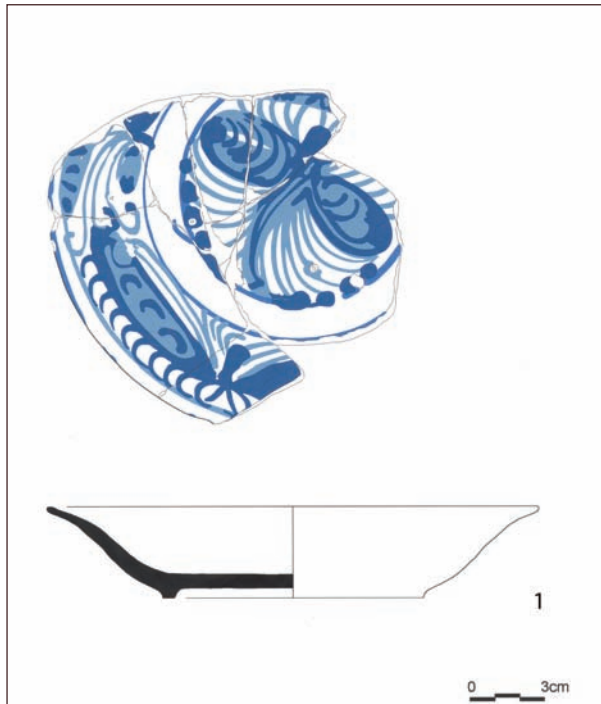
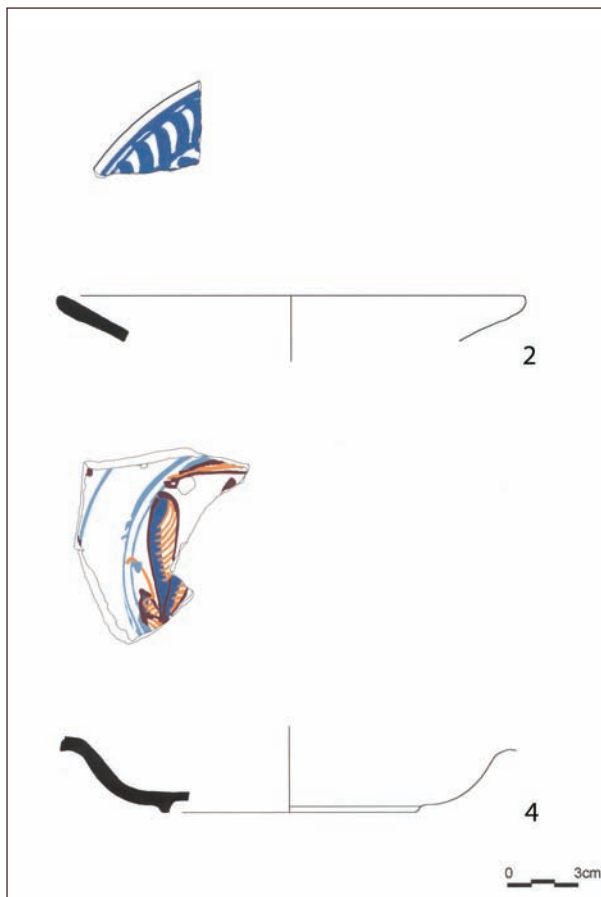


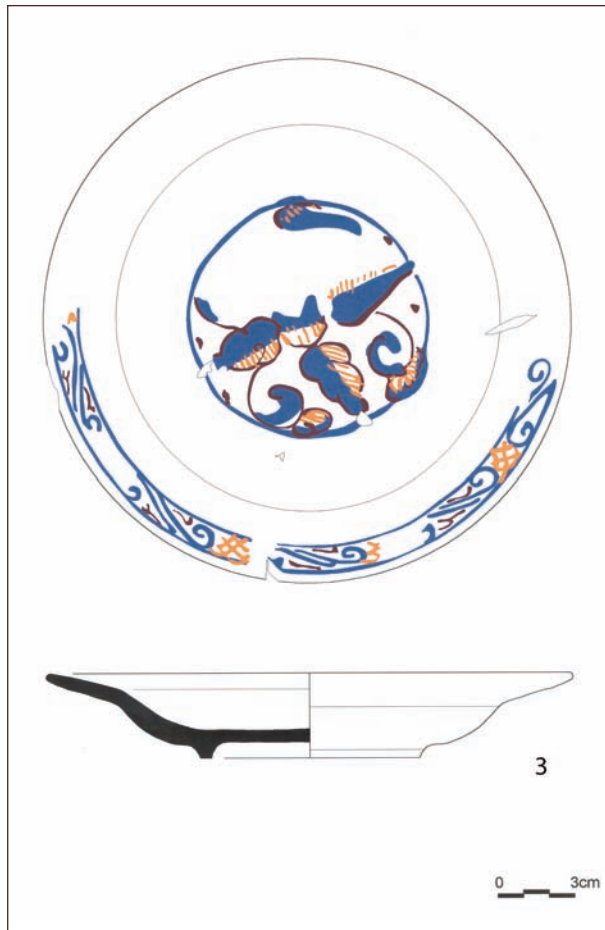
fig. 4 Planta das escavações com referência à zona sul e Capela.

estampa 1

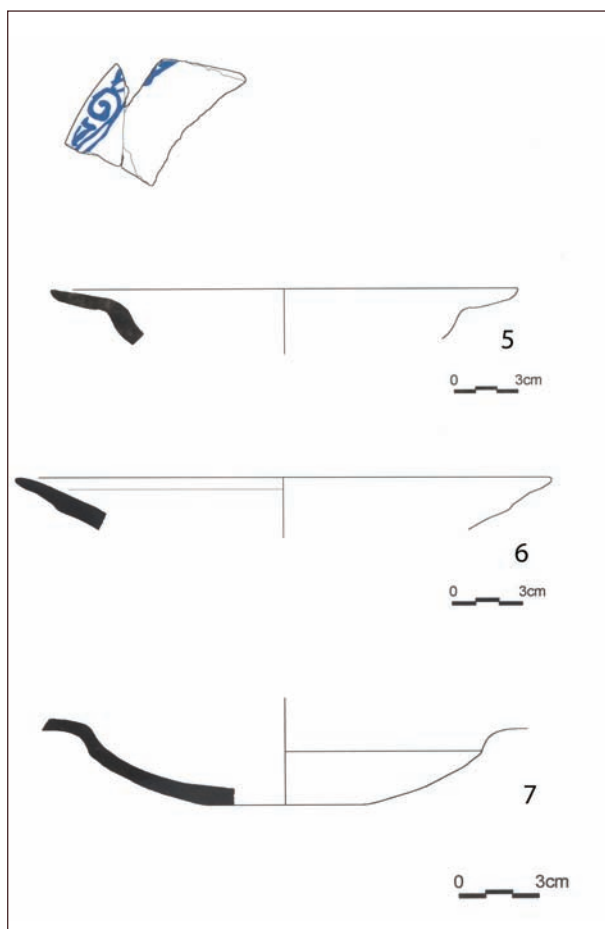


estampa 2

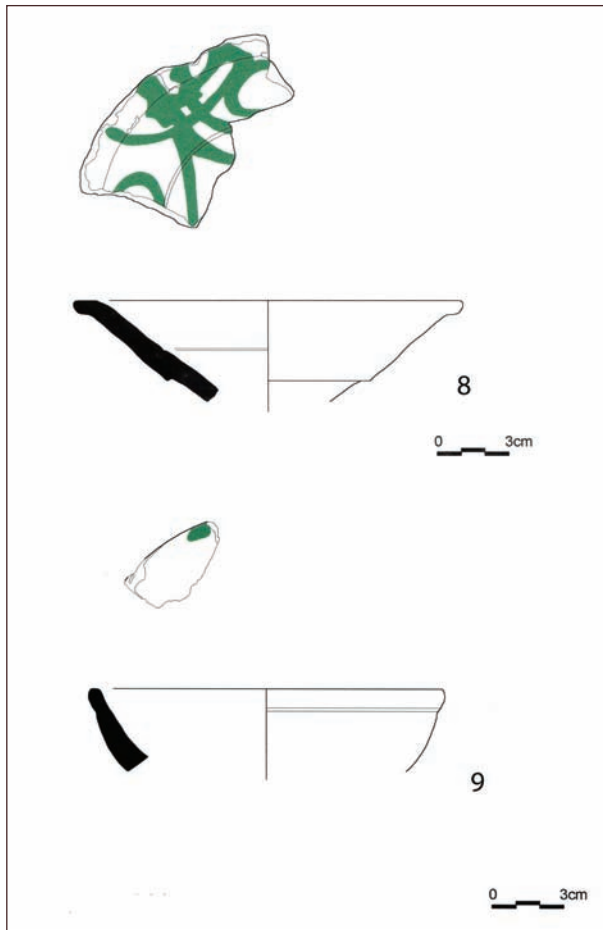




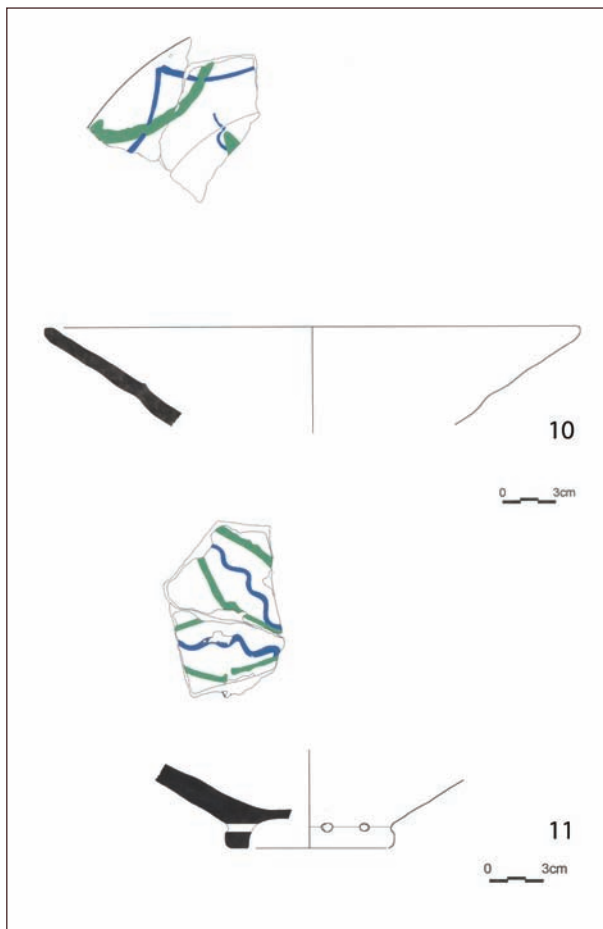
estampa 3



estampa 4

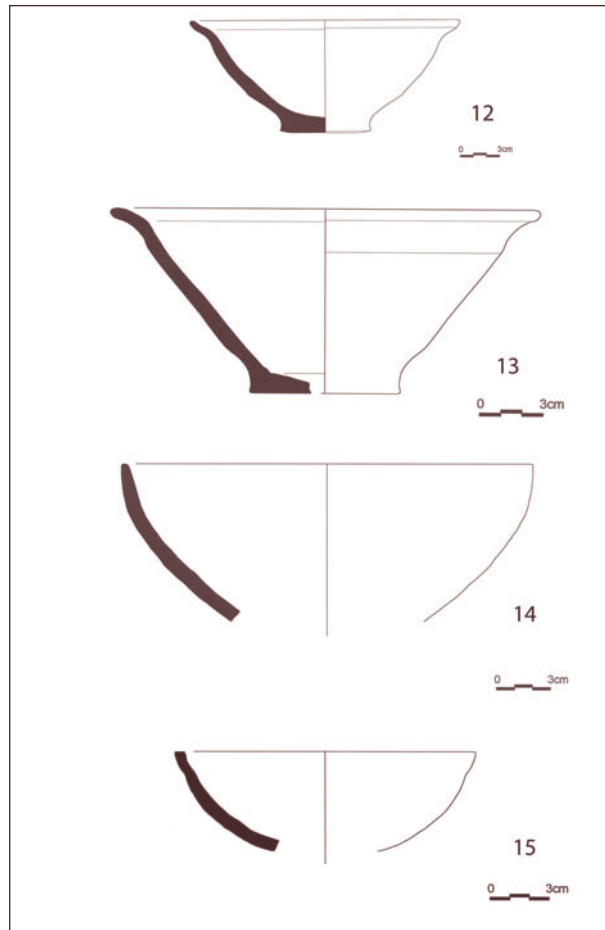


estampa 5

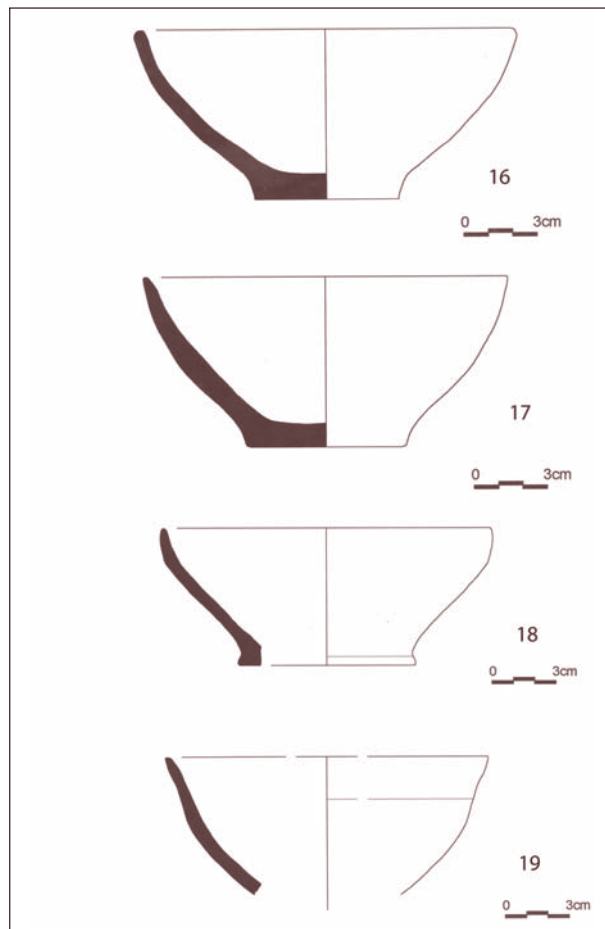


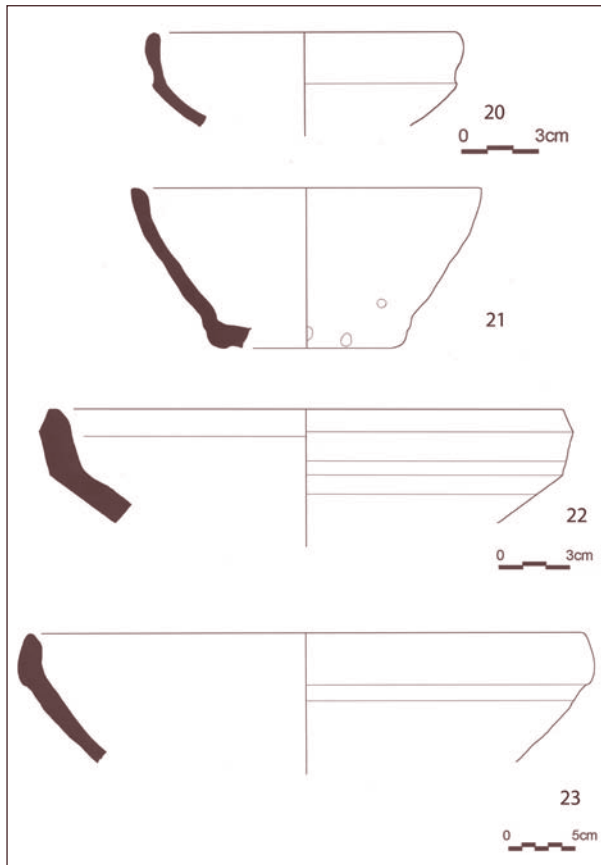
estampa 6

estampa 7

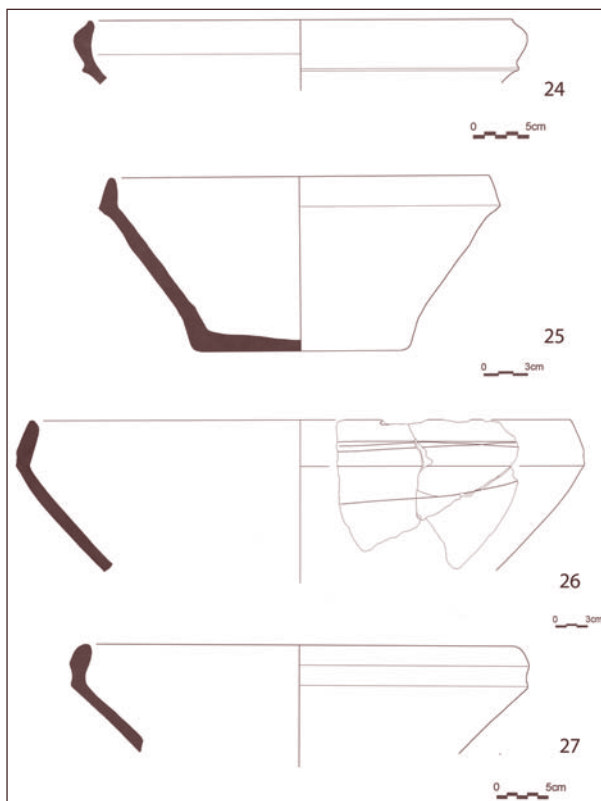


estampa 8



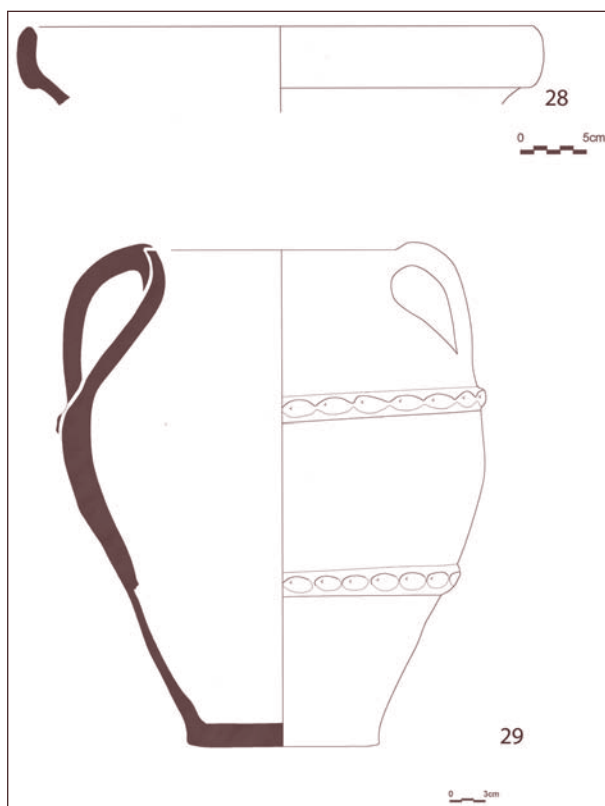


estampa 9

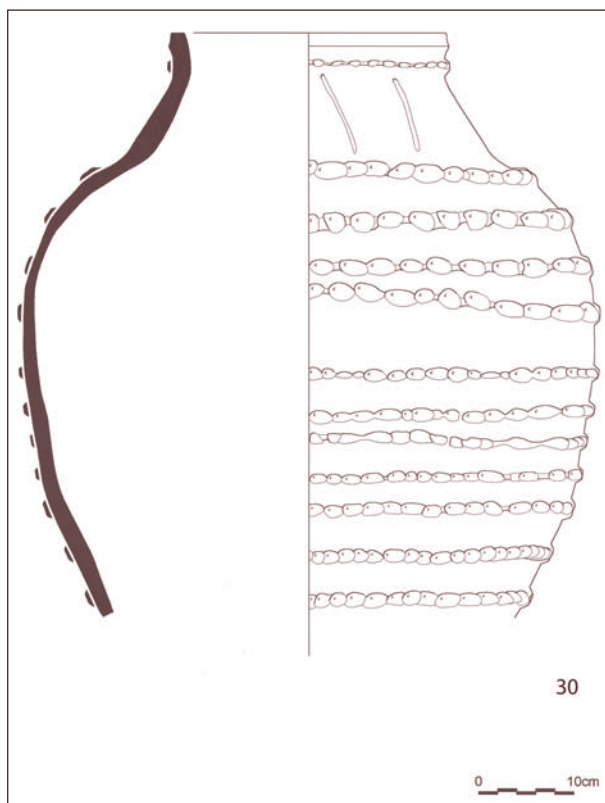


estampa 10

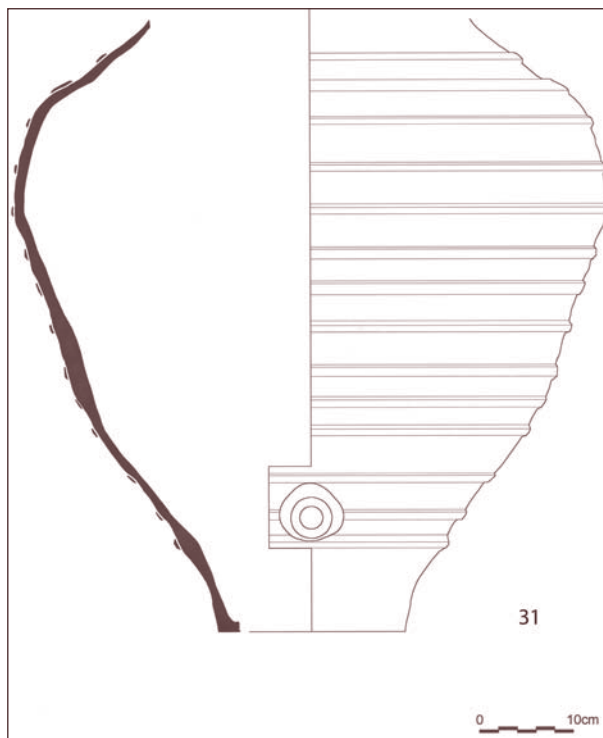
estampa 11



estampa 12



estampa 13



Bibliografia

AINAUD DE LASARTE, J. (1952) – Cerámica y vidrio. Talavera y Puente del Arzobispo. *Ars Hispaniae - Historia Universal del Arte Hispánico*, X. Madrid, p.251-281

ALBUQUERQUE, Elisa (2005) – *Entre sigillata e faiança primeiro estudo sobre a cerâmica da Torre de Almofala*. Dissertação de mestrado em Arqueologia, área de especialização em Arqueologia Regional apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra (Texto policopiado)

CÉSAR VILA, M.; BONILLA RODRÍGUEZ, A. (2003) – Estúdio de los materiales cerámicos del “Castelo da Lúa” (Rianxo, A Coruña). *Gallaecia*, 22. Faculdade de Xeografía e Historia da Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, p.297-367

FERNANDES, I. C.; CARVALHO, A. R. (1997) – Intervenção arqueológica na Rua de Nenhures (Área Urbana de Palmela). *Setúbal Arqueológica*, Vols. 11-12. Setúbal, p.279-295

FRADE, H. (1990) – Novos elementos sobre o Templo romano de Almofala. *Conimbriga*, 29. Coimbra, p.91-101.

FRADE, H. (1991) – A Torre de Almofala. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa, p.353-360.

FRADE, H. (1998) – Ara a Júpiter da *Civitas Cobelcorum*. *Ficheiro Epigráfico*, 58, nº266. Coimbra.

- GARCIA ALÉN, L. (1983) – *La Alfarería de Galicia (Un estudio a través del testimonio cultural de las vasijas y los alfareros – campesinos)*. Vol. I. La Coruña.
- LOPEZ FERNANDEZ, M. T. (1982) – *Museo de Ávila – Catalogo de Cerámica*. Ávila.
- MARTÍN ARIJA, A. M.; VIÑE ESCARTÍN, A. I.; SALVADOR VELASCO, M.; IGLESIAS DEL CASTILLO, L. (1995) - *Excavación arqueológica en el solar de la C/. Ramón Álvarez, nº 2 (Zamora) Anuario 1995 del Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo*. Zamora, p.87-103
- MARTIN MONTES, M. Á.; MOREDA BLANCO, J.; FERNÁNDEZ NANCLARES, A. (1991) – *Aproximación al Valladolid de la E. Moderna. Un ajuar doméstico en la Calle Santiago, nº 6. Arqueología Urbana en Valladolid* (coords. Germán Delibes Castro; Eloísa Watterberg García; Jesus del Val Recio) Junta de Castilla y León, p. 325-358
- MARTINÈZ CAVIRO, B. (1984) – *Cerámica de Talavera*. Instituto Diego Velásquez. 2ª Edição. Madrid
- MORATINOS GARCIA, M.; VILLANUEVA ZUBIZARRETA, O. (2003) - *La vida en clausura de las monjas de la Concepción. 389 Años de Convento de La Concepción*. (comisaría: Hortensia Larrén Izquierdo). Junta de Castilla y León, p. 61-79
- PÉREZ VIDAL, J. (1968) – *Talavera, Apelativo de Loza. Olaria – Boletim do Museu de Cerâmica Popular Portuguesa*, 1. Barcelos, p. 3-19
- PONTE, S.; MIRANDA, J. (2003) – *Talha para vinho ou vinagre descoberta no casco medieval de Tomar. Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 6. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 481-500
- RAMOS PÉREZ, H. (1980) – *Cerâmica popular de Zamora desaparecida*. Zamora.
- RODRÍGUEZ AGUILERA, A. (2000) – *Excavación arqueológica e Cármén de la Concepción (Albaincín, Granada). Datos para una polemica. Arqueología y Territorio Medieval*, 7. Jaén, p.137-155
- SILVA, A. M. S. P. (coord.) (2004) – *Memórias da Terra. Património arqueológico do concelho de Arouca*. Câmara Municipal de Arouca. Arouca.
- SILVA, R. H.; FERNANDES, I. M.; SILVA, R. B. (2003) – *Olaria Portuguesa: do fazer ao usar*. Lisboa.
- SUAREZ ALVAREZ, M. J. (1982) – *La villa de Talavera y su tierra en la Edad Media (1369-1504)*. Universidad de Oviedo.
- TEICHNER, F. (1994) – *Acerca da Vila Romana de Milreu/Estói. Continuidade da Ocupação na época árabe. Arqueologia Medieval*, 3. Mértola, p.89-100
- TURINA GÓMEZ, A. (1994) – *Cerámica medieval y moderna de Zamora. Colección Monogramas*, 1 – Arqueologia en Castilla y León. Zamora.
- VILLANUEVA ZUBIZARRETA, O. (1998) – *Actividad Afarera en el Valladolid bajomedieval. Studia archaeologica*, nº89. Universidad de Valladolid.

A Olaria de Bisalhães

Alberto Tapada

*"Lordelo é das panelas
Vila Marim dos pucarinhos
Mondrões é dos mal asados,
Bisalhães dos bem feitinhos."*

Esta elucidativa quadra popular recolhida em Bisalhães (CAMPOS – CARVALHO, 1999:87)¹ informa-nos dos principais locais de produção de olaria existentes, em tempos, na região de Vila Real e até da diversidade estético-formal do que aí se produzia. É natural que existissem várias oficinas de oleiros dispersas por diferentes lugares destas freguesias de Vila Real (em Mondrões, em Bisalhães na freguesia de Mondrões, em Lordelo, em Quintela na freguesia de Vila Marim e em Parada freguesia de Parada de Cunhos) uma vez que localizavam perto desta última freguesia onde o barro, abundante e de qualidade, era extraído e onde é referenciada nos inícios do séc. XVIII uma elogiada telheira².

A tradição oral e os documentos, até hoje compulsados, parecem indicar que os mais antigos centros produtores se situaram no lugar de Refonteira – Lordelo e em Vila Marim³. A toponímia e a voz corrente, entre os mais idosos, sugerem que o núcleo iniciador se localizou no sítio das Soengas – Lordelo.

É provável, ainda, que além dos locais de produção enunciados tenham existido outros, mesmo que temporários ou de curta laboração como parece sugerir a toponímia. Referem-se, por exemplo, na freguesia de Vila Marim os lugares de *Barroca* e *Forno*, Barreiro em Quintela, da mesma freguesia, na freguesia de Santa Eulália da Cumeeira, o lugar do *Barreiro* e da *Soenga* (Silhão), junto à antiga estrada real que ligava a Vila Real. Na freguesia de Mondrões o lugar do *Barreiro* em Sapiões, localidade onde ainda existia há cerca de 50 anos produção de olaria através de um oleiro (António Pereira da Silva) vindo de Bisalhães para aí casar, tendo instalado oficina e forno nas *Folgueiras* junto ao monte Crasto, em pleno Alvão. Na freguesia de Louredo (Santa Marta de Penaguião) o lugar do *Barreiro*, associado à produção de artefactos de barro desde a época romana, por estar inserido no espaço envolvente do forno cerâmico. Por último se refere na freguesia de Godim no Peso de Régua o lugar da *Barroca*, ressaltando deste modo uma vasta incidência geográfica de Barreiros e naturalmente de produções oleiras em todo o vale do Corgo, da nascente à foz se englobarmos o centro produtor de Tourencinho – Vila Pouca de Aguiar. Segue-se o Alto Tâmega e os seus núcleos emblemáticos de produção oleira, com destaque para Vilar de Nantes.

A antroponímia atesta igualmente a importância desta actividade. Em 1772 são inquiridos, por questões ligadas à produção do vinho, no âmbito da “Devassa a que mandou proceder sua Majestade no território do Alto-Douro pelo Desembargador António de Mesquita e Moura (1771 a 1775)”, António Rodrigues Soenga e José Rodrigues Soenga moradores, respectivamente, nos Lugares da Cumeeira e Assento da mesma freguesia⁴.

Segundo António Pereira Dinis (DINIS, 2000: 103) a referência escrita mais antiga ao fabrico de louça no termo de Vila Real data de 1706⁵. Por sua vez, Isabel Maria Fernandes (FERNANDES, 1996; 24) cita a data de 1722 da Relação de Vila Real e seu termo como mais antiga referência que conhecia até ao momento⁶. Porém, temos que recuar pelo menos até às primeiras décadas do séc. XVI para encontrar as raízes desta actividade na região. Na verdade, o «Foral p'ra Homra de Lordelo dado per inquirições» por D. Manuel a 12 de Novembro de 1519 na cidade de Évora, ao referir os foros e pensões a pagar pelos «casas e propriedades», estabelece o seguinte:

«...E este dicto foro nam pagam. / nhûas pessoas si nam tem bens saluo / oleiros emquamto husarem do oficio pa- / ga cada hum cad(a) no quatro reaes e meo / O qual direito nam pagam nenhuns outros officiaes nem orfaos nem veuvas / nem molheres.»⁷

Deste modo, a referência explícita aos oleiros e às taxas que têm que pagar e a exclusão de outros ofícios dessa obrigação parece demonstrar que a sua actividade estava aí perfeitamente sedimentada e estruturada e dela resultariam assinaláveis proventos económicos. Mais importância assume este documento pois em nenhum outro, deste género, é enquadrada a produção da olaria nos termos que aqui é feito só justificável por se tratar de uma actividade de referência, enraizada na tradição da região. Por outro lado, convém referir que o pagamento (quatro reaes e meio) era igual à de meio casal (propriedade agrícola).

Comprova-se, assim, que a origem da olaria na Região é bastante anterior ao atestado pelos documentos (de 1706 e 1721), atrás citados. Radicará pelo menos no século

¹ Existem ainda as seguintes variantes:

«Vila Marim das panelas / Bisalhães do pucarinhos / Mondrões é dos mal asados / Bisalhães do bem feitinhos» (RIBEIRO, 1970)

«Vila Marim das panelas / Quintela dos pucarinhos / Mondrões dos mal-asados / Bisalhães dos bem-feitinhos» (FERNANDES, 1996:23)

«Vila Marim das panelas / Mondrões dos pucarinhos / Sapiões dos mal-asados / Bisalhães dos bem feitinhos » (Citada por Abraão Fontes, último picador de barro e vendedor de louça na Granja e Minas – Parada de Cunhos).

Estas quadras, como se verifica, permitiam uma adaptação a cada situação (local) em face de quem se queria atingir com ela. Adoptando um sentido irónico e pejorativo, eram evocadas em locais de convívio social como fim da missa, festas, bailes, romarias, desfolhadas, etc. e inseriam-se numa lógica de rivalidade sempre assumida entre Bisalhães e outras localidades que avaliavam os primeiros com insinuações e ditos semi-ofensivos, em virtude da sua actividade de oleiros, vulgar, «paneiros»...

² SOUSA – GONÇALVES, 1997:546; SOUSA – GONÇALVES, 2001: 38 e *Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Dicionário Geográfico*, vol. 27, Ms.54, fls. 354. A partir dos anos 60 do séc. XX o barro passou a ser adquirido em Vilar de Nantes.

³ DINIS – AMARAL, 2003:61.

⁴ Cf. OLIVEIRA, António Braz de e MARINHO, Maria José, org. de, *Devassa a que mandou proceder sua Majestade no território do Alto Douro pelo Desembargador António de Mesquita e Moura (1771-1775)*, Série Documental, Biblioteca Nacional, 1983

⁵ In COSTA, (1868: 461).

⁶ In SOUSA, (1987: 546). Ver também DINIS – AMARAL, 2003: 62, onde é referida a data de 1721 e não 1722.

⁷ SANTANA, Maria Olinda Rodrigues, *Liuvro dos Foraes Nouos da Cmarqua de Trallos Montes*, Introdução, edição diplomática e notas. João Azevedo Editor, Mirandela, 1999 (p. 257).



fig. 1 Bilha de Rosca. Fotografia de Alexandre Araújo.

⁸ Este forno foi alvo de uma primeira intervenção arqueológica, em Setembro de 1980, coordenada pelo Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva (Cf. SILVA, Armando Coelho F. et alii, *O forno Cerâmico de Louredo (Santa Marta de Penaguião)*, Portugalia, N/Série, vol. II/III, Porto, 1981-1982). Uma segunda intervenção ocorreu em Julho/Agosto de 2000, sob coordenação do Prof. Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida. O forno cronologicamente seria obra do Baixo Império Romano e fabricaria, essencialmente, *tegula*, *imbrex* e tijolos compactos.

⁹ RODRIGUES, Miguel Areosa e LEBRE, Anabela Gomes, «Cerâmicas Medievais da Vila Velha (Vila Real)». In *Actas das 3^{as}. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Tondela 28 a 31 de Outubro de 1997*. Câmara Municipal de Tondela, Tondela, 2003.

Sobre as cerâmicas medievais de Santa Cruz da Vilarça – Moncorvo, ver RODRIGUES, Miguel e REBANDA, Nelson «Cerâmicas Medievais do povoado desertificado de St^a. Cruz da Vilarça. In *Actas das 2^{as}. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Tondela 22 a 25 de Março de 1995*. Câmara Municipal de Tondela, Tondela, 1998.

¹⁰ BARROCA, Mário Jorge, «Centros Oleiros Entre-Douro-e-Minho (Séc. XIII). Contributo para o seu inventário e cartografia». In *Arqueologia Medieval 2*. Porto, Afrontamento, 1993 (pp.159/170).

¹¹ Cf. Os dois relatórios já elaborados por aqueles arqueólogos e «Informação reativa à «louça preta» encontrada nos trabalhos arqueológicos realizados na Vila Velha – Vila Real» de Ricardo Teixeira, datada de 12 de Setembro de 2004.

¹² A referência à louça e aos foros a pagar por ela aparece no Foral Novo de S. Martinho de Mouros – Resende, dado por D. Manuel em 20 de Outubro de 1513. Sublinhe-se que esta referência é feita exactamente nos mesmos termos em que é feita no Foral Manuelino de Vila Real. Cf. DUARTE, Joaquim Correia, *Resende na Idade Média. Notas e Documentos*, Câmara Municipal de Resende, 2001 (pp.479/481 e 489/527).

¹³ DINIS (2000:97/144 e 2003:62) e FERNANDES (1996:11/36). DINIS (2003:61) sugere também que, considerando a matriz técnico-formal e as fontes documentais, o impulso da olaria aqui estaria relacionado com a emigração de oleiros de S. Martinho de Mouros – Resende para a região, o que não nos parece por ora absolutamente provado. O mesmo autor tem analisado também as relações entre a olaria de Bisalhães – Mondrões e a de Gondar (Amarante), particularmente no séc. XVIII, nomeadamente através das relações familiares estabelecidas com casamentos. Mas, seriam os oleiros considerados como tal apenas em Gondar e em Bisalhães seriam lavradores, uma vez que a agricultura

XV. Aliás, a existência de um forno cerâmico *romano*⁸ no lugar de Ponte, freguesia de Louredo – Santa Marta de Penaguião, próximo destes locais, bem como as escavações arqueológicas a seguir referenciadas, não indicará uma longa tradição oleira na região?! Contudo, o primeiro Foral de Vila Real, dado por D. Afonso III em 7 de Dezembro de 1272 e os Forais Dionisinos de 1289 e 1293, o primeiro salientando já a importância de Parada de Cunhos para Vila Real, não citam nem a actividade, nem produtos olários. Existem no entanto outras marcas da presença medieval na região, com relevância para a estrada romana e medieval que atravessava Mondrões, a Torre de Quintela, a Igreja Românica de Vila Marim, a ponte medieval do ribeiro de Cabril ou o extinto mosteiro da ordem dos Jerónimos em Mondrões, assim como povoados estruturados das antigas *Terras de Panóias*, como Vila Marim, Lordelo e Constantim. Este facto, aliado à existência da matéria-prima – o barro – não facilitaria e justificaria a implantação da olaria nos tempos medievais? Tudo aponta para que assim tenha sido!

As escavações arqueológicas realizadas, até hoje, na Vila Velha – Vila Real embora não totalmente conclusivas parecem igualmente apontar nesse sentido. As primeiras, realizadas em 1995 e 1996 confirmaram a existência no subsolo da Vila Velha vestígios arqueológicos monumentais e permitiram a recolha de cerca de 6000 fragmentos cerâmicos, escalonados desde a Idade do Bronze. A análise macroscópica revelou que a grande maioria das cerâmicas foram produzidas com cozedura redutora, «com cores de pasta e superfície que vão do cinzento claro ao negro»⁹, com peças (painéis, jarros, púcaros, taças, etc) com afinidades formais e decorativas e cronologias idênticas às exumadas em Santa Cruz da Vilarça – Moncorvo, finais do séc. XIII e princípio do séc. XIV, características aliás habituais nos conjuntos cerâmicos da Baixa Idade Média. Nestas escavações foram também encontrados alguns fragmentos cerâmicos originários do centro oleiro de Cervães / Prado e que tem sido detectados noutras intervenções em jazidas da Baixa Idade Média realizadas no Norte de Portugal¹⁰.

As segundas intervenções arqueológicas realizadas recentemente, no âmbito do programa Polis, permitiram já a recolha de dezenas de milhares de fragmentos de cerâmica, com datações também desde a Idade do Bronze à actualidade, com predominância para peças de louça preta das épocas, medieval moderna e contemporânea. Os relatórios elaborados, até ao momento, para o Polis pelos arqueólogos Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, responsáveis pelos trabalhos, admitem como provável a correlação de algumas das peças encontradas com as de centros tradicionais de produção de «louça preta» da região (quer de Vila Real, quer de Chaves). Contudo só próximas intervenções arqueológicas, o estudo mais aprofundado do espólio arqueológico inventariado, incluindo análises químicas das peças arqueológicas e dos barros da região de Bisalhães poderão vir a corroborar cientificamente essa correlação¹¹.

O facto de o Foral Novo de Vila Real, dado por D. Manuel I em 1515, fazer referência à actividade oleira na região e aos foros (três reais) a pagar pela entrada de louças¹², bem como o que o Foral de Lordelo, atrás citado, estabelece, parecem confirmar essa possibilidade. E, embora ainda não existam estudos publicados que, com base em fontes arqueológicas e/ou documentais, estabeleçam, com rigor, uma origem precisa da olaria na região, confirmem e analisem a sua evolução entre os séculos XV e XVIII, é de crer que a actividade se tivesse mantido activa e mais ou menos pujante neste período. Douro modo, como explicar o elevado número de artífices que trabalhavam no século XVIII em Mondrões como atestam as diferentes fontes documentais e António Ferreira Dinis e Isabel Maria Fernandes bem demonstram¹³? Em 1796 só em Lordelo há o registo de 8 louceiros¹⁴. No entanto, este mesmo inquérito, bem como um outro de 1758, não referem a existência de louceiros nem Bisalhães nem em Mondrões. Tal derivará do facto de a actividade da olaria se desenvolver em simultâneo com a actividade agrícola e esta ser predominante. E assim continuará no decurso dos tempos. Além de trabalhar por conta própria os oleiros, por vezes, trabalhavam também por conta de outrem, «à jorna», com ou sem comida incluída. À mulher ou ao patrão que contratava competiria transportar a roda. O patrão teria também que preparar o barro, cozer e vender a louça.¹⁵ Já em finais do séc. XIX, mais precisamente em 1882, há notícia de uma menção honrosa obtida em pelo oleiro de Bisalhães, Luís Fernandes, na Exposição de Cerâmica Nacional, organizada por Joaquim Vasconcelos¹⁶ e em 1899 surge o estudo pioneiro de Charles Lepierre¹⁷ que faz importantes referências às olarias de Lordelo e Bisalhães e à argila de Parada de Cunhos.

era a actividade predominante e mais valorizada mesmo socialmente? Ou seriam oleiros em Bisalhães, os oleiros provenientes de Gondar, chegados aí há pouco tempo e como tal ainda não detentores de terras, não lhe sendo, por isso, conferido o título de lavrador?!

¹⁴ MENDES (1995: 499).

¹⁵ Cf. FERNANDES (1996:24) e CAMPOS – CARVALHO (1999). Noutras profissões, por exemplo nos alfaiates, também se verificavam esta espécie de transumância...

¹⁶ EXTRACTO (1882:683).

¹⁷ LEPIERRE (1899:27 a 29). PEIXOTO (1966: 50/52).

¹⁸ FERNANDES (1999:30).

¹⁹ A bibliografia final é mais exaustiva e indica mesmo alguns textos que estão no prelo.

²⁰ Ver também: RIBEIRO (1970: 18/21); TOBIAS (1986: 13/15 e 1988: 12/14).

²¹ PICON e outros (1995: 187/206). TOBIAS (1986: 20/27). RIBEIRO (1970: 22/24).

²² Em SILVA e outros (2003) na página 71 é reproduzida uma Talha encordoada e digitada de Bisalhães datada de 1715, nas páginas 72 e 73 são reproduzidas outras duas presumivelmente do século XVIII e na página 95 uma bela Talha Meleira também do século XVIII. Em TOBIAS (1986) reproduzem-se dezenas de peças.

²³ BASTO (1924: 71-76 ou 1936: 207-213) sobre a «Feira dos Pucarinhos» a 28 de Junho integrada nas festas de S. Pedro.

²⁴ Sobre a variedade de peças vejam-se, entre outros, TOBIAS (1986); FERNANDES (1997); PINTO (1997).

²⁵ LEPIERRE (1899: 25/26) e (1899:CORTEZ (1942: 165). Em BASTO (1924: 120 e 1939: 25) são reproduzidos desenhos de alguns destes «pucarinhos».

²⁶ Ob. cit. pp.22/23.

Por outro lado, a grande diversidade de peças produzidas em Mondrões – Bisalhães, só ultrapassada por Molelos e Parada de Gatim¹⁸, aliada à sua destacada beleza das formas e decorações, que a já citada quadra popular assinala, parecem atestar também um longo percurso em que os oleiros foram aperfeiçoando gestos, formas e motivos decorativos numa estreita relação entre forma-função e (re)inventando novas formas...

Embora circunscrita actualmente a Bisalhães, onde laboram 4 oleiros e um «escultor», a olaria teve, no decurso dos tempos, grande importância social e económica para a região. Tal é atestado pelas várias fontes documentais e pelos inúmeros estudos que, desde as últimas décadas do séc. XIX, se têm debruçado sobre o fabrico de louça em Vila Real¹⁹.

Salientem-se, entre outros:

Charles Lepierre (LEPIERRE, 1899), Rocha Peixoto (PEIXOTO, 1900 e 1905), Luís Ferreira Girão (GIRÃO, 1913), Carolina Michaelis Vasconcelos (VASCONCELOS, 1921), Cláudio Basto (BASTO, 1924 e 1939), EMANUEL RIBEIRO (RIBEIRO, 1925 e 1927), Alberto Candeias (CANDEIAS, 1931), Santos Junior (SANTOS JUNIOR, 1940), Russel Cortez (CORTEZ, 1942), Luís Chaves (CHAVES, 1953), Wilhelm Gieses (GIESE, 1958), Margarida Ribeiro (RIBEIRO, 1962), Maria Graça Amaral da Costa e Seomara da Veiga Ferreira (COSTA, 1968), Armando Augusto Ribeiro (RIBEIRO, 1970), José Maria Cabral Ferreira (FERREIRA, 1983 e 1997), Werner Tobias (TOBIAS 1986 e 1988), Isabel Maria Fernandes (FERNANDES, 1996; 1997;1998), Maria Emília Campos e Duarte Carvalho (CAMPOS..., 1999), António Pereira Dinis e Paulo Amaral (DINIS, 1997; 2000 e 2003).

Da análise destes diferentes estudos para além dos elementos para a história da origem e da evolução da actividade oleira na região ressaltam importantes informações de ordem técnica, económica, sociológica, etnográfica e artística.

Ficamos a saber que o barro, pelo menos até aos anos 60 do século passado, era adquirido em Parada de Cunhos, onde era abundante e de boa qualidade. Ao contrário, Lepierre (1899:23) refere que a argila de Lordelo era muito ordinária. Há também indicações sobre a extracção e preparação do barro (picar, moer e peneirar), tarefa em que a mulher tinha um importante papel²⁰.

O tipo de roda utilizada para modelar o barro era «roda baixa». José Maria Cabral Ferreira (1983: 60/64) descreve, com algum pormenor, a roda, a técnica de modelar e os instrumentos utilizados²¹.

Sobre o tipo de forno utilizado Charles Lepierre refere em 1899 o uso de um forno de duas câmaras, com parte superior descoberta, e Rocha Peixoto, em artigo de 1903, cita o uso da secular soenga «a cocção ao ar livre e em covas...» em Bisalhães e Lordelo. A soenga, na passagem do séc. XIX para XX, terá dado lugar ao «forno com arco axial»²².

Relativamente à variedade de peças produzidas identificam-se inúmeras peças utilitárias. Entre outras, painéis, testos e cafeteiras (em Lordelo), talhas²³, chocolateiras, pichorras, garrafões, alguidares do forno, caçoilas, assadeiras ou pingadeiras, potes, painéis, braseiras, bilhas (de segredo, de cantil, de rosca e de melão), pipo-bilha, infusas (ou pucarinhos), moringas, cântaros, pratos, tachos, serviços de vindo, serviços de café, pucarinhos de peito²⁴, cinzeiros, malgas, assadores de castanhas... Mais recentemente surgiu uma grande variedade de peças decorativas, ultrapassando a utilitária, bem como miniaturas, objectos de adorno e figurado (o oleiro, neste caso, é apelidado de «escultor»)²⁵.

Quanto à decoração, embora não há um estudo pormenorizado encontram-se várias as referências na bibliografia citada. Charles Lepierre, em 1899, refere a técnica arcaica da decoração incrustada obtida através da aplicação de «*laminasinhas de mica*» nos pucarinhos de peito e Cláudio Basto (1924: 121) salienta o brilho dos pucarinhos dado pela mica. Por sua vez Russel Cortez, lamenta «...que se tenha perdido o costume, ainda usado há cerca de 60 anos, e que era o oleiro fazer uma ornamentação rudimentar, adornando as vasilhas com laminasinhas de mica...». E acrescenta: «É ainda conservado de certo modo este uso e costume na decoração dos pucarinhos, que como já vimos, são graciosas reduções da louça de uso comum; que, não ultrapassando um centímetro de altura, chegam a atingir cerca de 50 formatos diferentes. Para dar brilho aos pucarinhos, empregam mica moída, que o oleiro incorpora por meio de uma cana, molhada de vez em quando, para a mica aderir melhor ao barro»²⁶.





fig. 3 e 4 Fotografias de Alexandre Araújo.

Lepierre, no estudo que temos vindo a referir, informa-nos ainda que em Lordelo se fabricava «...louça, polida, sem ornamentos, cujas formas são imitadas pelas de Tondela» e que o polido era «...feito por um seixo ou gobo (sic), brunindo, assim toda a superfície da louça que cozem de seguida». Em contrapartida, segundo o mesmo autor, em Bisalhães, fabricava-se «louça preta, não polida» que servia «para fogo e para água»²⁷. Por sua vez Cláudio Basto (1939: 22) escreveu que para ornamentar a louça se utilizava um gôgo (pedra rolada dos rios e/ou ribeiros) e que «as partes onde o gôgo passou ficam, após a cozedura, diferentemente pulidas, brilhantes», que para obter certos efeitos se usavam «pauzinhos, cartuchos de bala, meias canas, etc», sendo os ornatos normalmente simples e rudes. As peças menos macias e mais imperfeitas eram ironicamente apelidadas de louça «churra». Aliás, o «capricho» colocado no acabamento das peças, especialmente em Bisalhães, é ilustrado na quadra citada atrás e levaria mesmo os oleiros desta localidade a classificar a louça de Gondar (Amarante) como «uma produção de louça churra»²⁸.

As técnicas de decoração utilizadas são o polimento, incisão e modelação e os motivos utilizados são normalmente linhas verticais e oblíquas, o enxadrezado, motivos geométricos (esferas, triângulos), folhiformes ou florais, grafismos diversos, sulcos horizontais e/ou oblíquos e os encordoados verticais (usualmente digitados). Algumas peças apresentam desenhos de meias-luas, estrelas, etc., estampados por meio de «forminhas» na superfície exterior, quando ainda estão num estado intermédio entre o meio-verde e o meio-seco²⁹.

A tarefa de brunir as peças com o gogo (gogar a louça) era uma das tarefas usualmente praticadas pelas mulheres. O papel da mulher era (é) aliás relevante também na preparação do barro, no acarretar da água e da lenha necessária e também na venda da louça³⁰.

²⁷ DINIS - AMARAL (2003: 64/65).

²⁸ PINTO (1997: 54/57): Veja-se também TOBIAS (1986: 18/19).

²⁹ PINTO (1997: 55).

³⁰ Sobre a venda da louça ver também FERREIRA (1983: 67/70); FERNANDES (1997: 81/82); RIBEIRO (1970: 25/26).



Acamada em fetos em sacos de serapilheira ou em cestos a louça era transportada penosamente, às costas dos homens ou à cabeça das mulheres, por íngremes e sinuosos caminhos das montanhas até terras e feiras das redondezas de Vila Real: Murça, Alijó, Régua, Campeã, São Martinho d'Anta, Sabrosa, Souto de Escarão. Em tempos idos a louça era trocada por produtos (carne, milho, centeio, batata, azeite, castanhas, figos secos, azeitona) de que o oleiro escasseava. A louça não comercializada nas feiras era depois vendida nos povos pelas mulheres, a troco ou a dinheiro. Quantas «estórias» não haverá ou ficaram por contar sobre as aventuras e desventuras desta penosa tarefa?!

Isabel Fernandes (1996: 26), informa-nos ainda que «antigamente a louça de Bisalhães também era vendida pelos lavradores que a faziam transportar nos seus carros de bois» e que «havia intermediários que compravam a louça aos oleiros, fazendo-a transportar num burro e que depois a iam vender por esses povos fora». E quem não se recorda ainda das pitorescas tendas de venda de louça de Bisalhães ao longo da estrada nacional Porto – Vila Real, a cerca de 5 quilómetros desta cidade?! Acrescente-se ainda a venda em casa, a particulares ou intermediários, a venda no mercado de Vila Real (realizado às terças e sextas-feiras) e, mais recentemente, nos pequenos ateliers localizados à entrada sul desta cidade³¹.

Enquanto outros centros de produção de louça do termo de Vila Real entraram em decadência na segunda metade do séc. XIX até se extinguirem nas primeiras décadas de XX, como viria a acontecer também com centros com alguma proximidade geográfica como Gondar (Amarante) ou Tourencinho (Vila Pouca de Aguiar)³², Bisalhães tem resistido aos desafios dos «tempos do plástico». Tal ficar-se-á dever a factores endógenos como a grande variedade de peças (utilitárias e, hoje, sobretudo decorativas), ao carácter decorativo e qualidade artística de muitas delas, como referimos, à capacidade de adaptação aos novos tempos dos artesãos e, até, a uma maior amplitude da sua área de mercado. Para além destes factores, é necessário assumir e implementar a (re)valorização das

³¹ FERNANDES (1996: 27) e DINIS - AMARAL (2003: 63/65).

³² DINIS - AMARAL (2003: 65).

tradições artesanais e outras , como a «Feira dos Pucarinhos» associada a festa de S. Pedro, equacionar a implantação de um Museu da Olaria, criar uma marca própria com uma imagem forte e coerente e, naturalmente, contar com os apoios de entidades oficiais como a autarquia, a Universidade (UTAD) e outras, para que o futuro desta actividade, que é um «ex-libris» da região, esteja assegurado.

Werner Tobias (1988:4) relata uma experiência diferente realizada em Vila Real par estimular a sobrevivência da actividade. Consistiu num curso de formação profissional para 8 jovens do sexo feminino e 1 do masculino, organizado pela UTAD, utilizando novos processos tecnológicos que tornasse o trabalho menos penoso: o barro era amassado em feiras de vácuo, as rodas movidas a electricidade, novas formas foram experimentadas e utilizado um processo especial de cozedura em forno eléctrico. Segundo o autor, embora para um leigo os artigos dificilmente se distinguissem dos tradicionais, de onde eram também extraídas as formas e motivos decorativos, a experiência adulteraria a matriz original da olaria de Bisalhães.

Pesem embora todas as iniciativas, o número de oleiros tem vindo a decrescer nos últimos anos. Se em 1983 ainda laboravam em Bisalhães 16 oleiros e em 1988 Werner Tobias refere um ligeiro aumento para 18, em 1996 Isabel Fernandes (1996: 26) informa que só existiam 6 oleiros, em 1999 existiriam (33) 8 oleiros e um «escultor» e actualmente laboram apenas 4 oleiros e um «escultor». Assim sendo, para salvar este património da comunidade Vilarealense urge travar esta decadência com o lançamento de novas iniciativas, entre as quais a sua certificação será certamente importante.

Para que continue a fazer sentido a quadra do Cancioneiro de Vila Real:

«Se fores a Bisalhães
À terra dos paneleiros,
Dá por lá uma vista de olhos
À sombra dos Castanheiros».³⁴

Para que, como manda a tradição, se continuem a oferecer os pucarinhos às namoradas e a jogar e partir o painéis na festa de S. Pedro como também quer esta outra quadra:

«Pucarinho é jogado
pelo ar, de mão em mão.
Traz e leva segredinhos
Até se quebrar no chão».³⁵

Para que a olaria de Bisalhães, como diria Isabel Fernandes, continue a entrar-nos pelos olhos dentro e a aquecer-nos alma³⁶.

³³ CAMPOS - CARVALHO (1999).

³⁴ BASTO (1924: 71/79 e 1939: 21/27).

³⁵ CAMPOS - CARVALHO (1999: 87).

³⁶ Em SILVA e outros (2003: 20).

Bibliografia (sobre a Louça preta no Concelho de Vila Real)

- AGUIAR, Luís Esteves, A Telheira de Parada de Cunhos. In «*Ilustração Transmontana*», 2, Porto, 1909 (pp.181/188)
- BARROS Portugueses, «*Viagem. Revista de Turismo, Divulgação e Cultura*», Porto, vol. I, nº. 4, 1938 (p.10)
- BASTO, Cláudio, A Feira dos Pucarinhos em Vila Real. In «*Lusa*». Vol. IV, Viana do Castelo, Jan.-Jun. 1924 (pp.71/76)
- BASTO, Cláudio, Pucarinhos de Vila Real. In «*Portucale*», IX, Porto, 1936 (pp.207/213) e in «*Silva Etnográfica*», Porto, Ed. Maranus, 1939 (pp.21/27)
- CAMPOS, Maria Emília; CARVALHO, Duarte, *Bisalhães: anatomia de um povo*. Vila Real, Centro Cultural Regional de Vila Real, 1999.
- CANDEIAS, Alberto, A Indústria doméstica de louça preta de Bisalhães. In *Revista Lusitana*, XXIX, Lisboa, 1931 (pp.305/306)
- CHAVES, Luís, Nos domínios da Etnografia e do Folclore. In «*Ocidente*». Lisboa, vol, 3, 1938
- CHAVES, Luís, *Do barro se faz louça; na louça se come o trigo...*, Lisboa, Federação Nacional dos Produtores de Trigo, 1953 (pp.13/59)
- CORTÊS, Fernando Russel, A olaria negra em Trás-os-Montes. In «*Livro do 3.º Congresso Transmontano*», Lisboa, Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1942 (pp.163/178)
- COSTA, António Carvalho, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal...* 1.ª. Ed. Lisboa – Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1710 / 2.ª. Ed. Braga. 1868/1869 (pp.455/463)
- COSTA, Maria da Graça Amaral e FERREIRA, Seomora da Veiga, O oleiro de Bisalhães.: Trás-os Montes. O Homem e a Comunidade: notas etnográficas. In «*O Arqueólogo Português*», Lisboa, 3.ª. Série, vol. 60, nº. 2, 1968 (pp.135/144)
- DINIS, António P., As olarias de S. Tiago de Mondrões no séc. XVIII. In «*Estudos Transmontanos e Durienses*», nº. 9, Vila Real, Arquivo Distrital, 2000 (pp.95/144)
- DINIS, António P., Contribuição para o estudo das Olarias do Termo de Vila Real: Manuel Rodrigues, oleiro em Parada. In «*Olaría...*», nº. 3, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos (no prelo)
- DINIS, António P. e AMARAL, Paulo, O café na chocolateira de barro de Bisalhães. In *Louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto, CRAT, 1997 (pp.110)
- DINIS, António P. e AMARAL, Paulo, Uma abordagem documental no estudo de um centro oleiro. In «*Actas das III Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*». Tondela (no prelo)
- DINIS, António P. e AMARAL, Paulo, Louça Preta de Bisalhães – Vila Real. In *As Idades da Terra*, Lisboa, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, IEFP, 2003 (pp.60/65)
- EXTRACTO do nosso Arquivo. In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, vol. 2, nº. 12, Dez. 1882 (pp.677/685)
- FERNANDES, Isabel Maria, *Centros produtores de louça preta da região Norte*. Separata da revista «*Olaría...*», nº 1, Barcelos, Dezembro 1996 (pp. 11/35).

- FERNANDES, Isabel Maria, Locais de produção de louça preta em Portugal. In «*Louça preta em Portugal: olhares cruzados*». Porto, CRAT, 1997 (pp.29/33)
- FERNANDES, Isabel Maria, Oleiros de Bisalhães. In «*Louça preta em Portugal: olhares cruzados*». Porto, CRAT, 1997 (pp.48/50)
- FERNANDES, Isabel Maria, A venda de louça. In *Louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto, CRAT, 1997 (pp.48/50)
- FERNANDES, Isabel Maria e GUIMARÃES, Rosário, Locais de produção: análise bibliográfica. In «*Louça preta em Portugal: olhares cruzados*». Porto, CRAT, 1997 (pp.205/210)
- FERNANDES, Isabel Maria, O Comer e o beber em Louça de Barro. Do uso das peças: diversa utilização da louça de barro. In «*Actas do IV Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos 1998*». Câmara Municipal de Matosinhos, 1999 (pp.12/39)
- FERREIRA, José Maria Cabral, A olaria de Bisalhães. In *Artesanato. Cultura e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1983 (pp.55/89)
- FERREIRA, José Maria Cabral, Barro negro entre nuvens de futuro. In «*Louça preta em Portugal: olhares cruzados*». Porto, CRAT, 1997 (pp.134/140)
- GIESE, Wilhelm, Miscelânea. Olaria de Bisalhães. In «*Boletim de Filologia*», XVII, 1-2, Lisboa, 1958
- GIRÃO, Luís Ferreira, *Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª. Circunscrição dos serviços técnicos da indústria*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1913 (pp.7/8)
- GONÇALVES, Silva, «Documentação subsidiária para a história de Vila Real. Segundo Foral de Vila Real. D. Afonso II – 7/12/1272». In *Tellus 1*, Núcleo Cultural Municipal de Vila real, Jul/Ago/Set. 1978
- GONÇALVES, Silva, «Documentação subsidiária para a história de Vila Real. Primeiro Foral de Vila Real. D. Dinis – 4/1/1327». In *Tellus 2*, Núcleo Cultural Municipal de Vila real, Out/Nov/Dez. 1978
- LEPIERRE, Charles, *Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899 (p. 27/29)
- LIMA, António C. e outros, Catálogo de Peças. Introdução... In «*A louça preta em Portugal : olhares cruzados*». Porto, CRAT, 1997 (pp.176/180)
- MENDES, José M. Amado, *Trás-os-Montes nos fins do séc. XVIII segundo um manuscrito de 1796*. Lisboa, JNIC, 1981 (pp.564/565)
- MONTEIRO, Manuel, No Marão. In «*O Primeiro de Janeiro*», 35 (187), 9 de Agosto de 1903; 35 (193) – 16 de Agosto de 1903
- OLARIA (A) em Bisalhães. Escola Preparatória nº. 1. Vila Real (reportagem do prof. Edgar Ferreira – cooperação dos alunos da turma 18 – 1º. Ano). Vila Real, E.P. nº. 1, 1988
- PACHECO, Hélder, (Introd. de), *Artes e Tradições de Vila Real*, Lisboa, DGD, Ed. Terra Livre, 1984 (olaria - pp.97/104)
- PEIXOTO, Rocha, Sobrevivência da primitiva roda do oleiro em Portugal. In «*Etnografia Portuguesa*», 3ª. Ed., Lisboa, Publ. D. Quixote, 1995 (pp.179/184). 1ª. Ed. 1905 (texto datado de 1903 – p.76)
- PEIXOTO, Rocha, *Indústrias populares: as olarias de Prado*. Portugal, Porto: [s.n.]. Tomo I /Fasc. 2 (1ª. Ed. 1900 – texto datado de 1899) – (pp.227-270). 2ª. Edição Barcelos, Museu Regional de Cerâmica, 1966 (p.50)

- PICON, Maurice e outros, Estudo em laboratório e observação etnoarqueológica das cerâmicas negras portuguesas. In *Actas das 1^{as}. Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo. Tondela 28 a 29 de Outubro de 1992*. Câmara Municipal de Tondela, Tondela, 1995 (pp.187/206)
- PINTO, Carla, O Núcleo dos Barros Pretos. Coleção de Cerâmica Popular da Casa Municipal de Cultura de V. N. de Gaia. In «*Actas do III Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos 1997*», Câmara Municipal de Matosinhos, 1998
- REVISTA da Sociedade de Instrução do Porto, vol. 2 – 1883 (pp.677/685)
- RIBEIRO, Armando Augusto, *A Olaria de Bisalhães: subsídios para uma monografia do artesanato regional da serra do Marão*. Vila Real: Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão, 1970.
- RIBEIRO, Emanuel, *Água fresca: apontamentos sobre olaria nacional*. [S.l.: s.n.], ed. do autor, 1925. (pp.38/39)
- RIBEIRO, Emanuel, *Anatomia da Cerâmica Portuguesa*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927 (p.41)
- RIBEIRO, Margarida, Contribuição para o estudo da cerâmica popular portuguesa. In «*Revista Guimarães*», Guimarães, vol. 72, n.ºs. ¾, 1962 (pp.392/417)
- RODRIGUES, Miguel Areosa e LEBRE, Anabela Gomes, «Cerâmica Medievais da Vila Velha (Vila Real)». In «*Actas das 3^{as}. Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela 28 a 31 de Outubro de 1997. Câmara Municipal de Tondela, Tondela, 2003 (pp.151/161)
- SANTANA, Olinda, «Apresentação do Foral Manuelino de Vila Real». In «*Tellus*» Revista de Cultura Transmontana e Duriense. N.º. 26. Junho 1997
- SANTANA, Maria Olinda Rodrigues, *Livros dos Foraes Novos da Comarca de Trallos Montes*. Introdução, edição diplomática e notas. Mirandela, João Azevedo Editor, 1999 (pp. 210/214 e 257)
- SANTOS JUNIOR, J.R., Oleiros e olaria. In *Vida e Arte do Povo Português*, Lisboa, SPN, 1940 (pp.219/234)
- SEMPERE, Emili, *Ruta a los alfares: España – Portugal*, Barcelona, ES, 1982 (pp.333/336)
- SOUSA, Fernando de e GONÇALVES, Silva, *Memórias de Vila Real*. Vila Real, Arquivo Distrital, 1987, vol 1 e vol. 2
- SOUSA, Fernando de e GONÇALVES, Manuel Silva, Vila Real no Século XVIII. In «*Estudos Transmontanos e Durienses*», n.º. 10, Arquivo Distrital de Vila Real, Vila Real, 2001 (pp. 5-45)
- TOBIAS, Werner, *Schwarze Keramik in Nordportugal. Ein Bericht über die Arbeit der Topfer in Bisalhães – Vila Real*, Osnabruck, Rasch Verlag Bramsche, 1986
- TOBIAS, Werner, *Arte Tradicional em Portugal*. Vila Real., Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, 1988
- VASCONCELOS, Carolina Michaelis de – *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*. Lisboa: José Ribeiro editor, 1988. (Coimbra. Imprensa da Universidade, 1921).
- VASCONCELOS, Joaquim de, Exposição de cerâmica: a louça das aldeias. In «*Revista da Sociedade de Instrução do Porto*», II, Nov. 1883 (pp. 471/475)

Louceiros de Santa Comba: Histórias que o barro escreve

Graça Araújo

Os ofícios desempenharam sempre um papel fundamental de apoio à subsistência das populações, como complemento da economia agrária.

Em Santa Comba de Foz Côa floresceu em tempos um núcleo de artesãos que congregou um saber revelado numa arte de grande antiguidade. Os louceiros, assim chamados pelo povo, trabalhavam o barro fazendo repetir, de cada vez e em cada gesto, o acto de criação divina. Hoje os dias são outros, e há muito que as últimas mãos pararam de laborar e os últimos pés de girar a roda. Muitos buscaram a sorte noutros labores e noutras longitudes, fugindo às antigas horas de privação. Perdeu-se a ciência da louça, que conheceu novos usos, antes de se ir quebrando. Os fornos e os lugares ameaçam a ruína e os últimos utensílios jazem esquecidos ao conhecimento dos habitantes de hoje e aos olhos do comum visitante.

Em meados da década de 80, uma equipa do Museu de Olaria deslocou-se a Trás-os-Montes no âmbito de um projecto de estudo e recolha de olaria do centro do Felgar, o qual envolveu, paralelamente, algum tempo de permanência nos centros de Malhada Sorda e Santa Comba. Maria da Graça Freitas e Manuel Marinho de Macedo Correia, os investigadores responsáveis, tiveram o privilégio de assistir ao último acto da produção cerâmica: deste encontro com as comunidades resultou um legado com o qual os louceiros de Santa Comba deixaram ao museu, e assim à eternidade das gerações vindouras, as linhas dos seus rostos, alguma da sua louça e muitas das histórias que o barro escreveu nas suas vidas.

Manuel António da Silveira e Manuel Joaquim Félix foram os últimos a laborar a roda em Santa Comba. O primeiro, natural da vizinha freguesia da Barreira, ali assentou residência pelo casamento com Ana Maria Félix, irmã do segundo, unindo-se deste modo pelo parentesco dois homens de destino comum, ainda que de diferentes origens.

Quando inquiridos sobre a aprendizagem do ofício, ambos sublinham necessidade de tomar a arte de pequeno. *“Na nossa arte, quem não começar de novo, de pequeno a usar a arte, nunca mais é mestre”*¹, disse-o Manuel J. Félix, o qual herdou o talento do pai e avô, perpetuando uma tradição familiar. Já Manuel A. da Silveira, que sendo órfão, afirma: *“Ninguém me ensinou nada, só Deus do céu é que me ensinou. Aquilo se não se aprende de pequenino, nunca mais se aprende”*².

*O primeiro que arranjou esta arte arranjou-a bem arranjada. Qual a primeira arte que Deus pôs no mundo? Ninguém sabe dizer! Sabe...sabe-se dizer, a sagrada escritura diz. Foi o barro, a primeira arte que se formou, o primeiro homem. O senhor não sabia? A primeira arte foi em barro. Que até deixou o barro à parte da terra, por baixo é o barro e por cima é a terra*³.

Na sua memória, entre nos anos 50 haveriam mais de duas dezenas de oleiros “a pagar indústria”, sendo que nos últimos anos, seriam apenas quatro, para além deles Manuel Silva e Antoninho Cruz. Não obstante, os dois primeiros eram considerados, na boca do povo e nas suas próprias palavras, os artistas mais perfeitos e produtivos do lugar, tendo construído fornos particulares para si, numa tentativa de adaptação aos novos tempos. No fim da vida, lamentavam a destruição do último forno comunitário, arrematado pela Câmara Municipal no início da década de 80. Com ele parece ter ruído o seu mundo, onde a louça ocupava um incontornável lugar. Mas apesar do orgulho neste labor, reconhecem-lhe a dureza e a amargura, recordando como *“a vida antigamente era triste e pesada”*⁴. Uma vivência dura que terá afastado do ofício as gerações mais jovens, as quais não encontraram condições nem motivações para perpetuá-lo: uma maior mobilidade que dissecou a estrutura familiar e comunitária da qual dependia a sua precária existência.

¹ Testemunho de Manuel Joaquim Félix, louceiro, Abril de 1987.

² Testemunho de Manuel António da Silveira, louceiro, Abril de 1987.

³ (Manuel António da Silveira, **Louceiro**, Abril de 1987).

⁴ Testemunho de Manuel António da Silveira, louceiro, Abril de 1987.

⁵ Testemunho de Manuel António da Silveira, louceiro, Abril de 1987.

⁶ Seguindo a opinião de RODRIGUES (2003), parece-nos correcto, quando nos referirmos ao centro de produção de Santa Comba incluímos, implicitamente, o anexo lugar da Barreira.

*“Os filhos souberam quase todos trabalhar o barro), mas chegaram aos 18 anos, Oh! Meu pai quero ir... faça-me como fez aos outros, pegai lá ide lá embora, foi tudo a caminho não ficou cá ninguém”*⁵.

Mas não só Santa Comba de Foz Côa provia as necessidades cerâmicas da região. Deve salientar-se, em primeira análise, a continuidade produtiva com a vizinha localidade da Barreira (concelho de Meda), usualmente considerada como parte integrante do mesmo centro produtor, dada proximidade geográfica e a semelhança técnica e formal das peças entre os dois locais⁶:

Se considerarmos o vale do Côa no seu todo, encontramos outros dois núcleos de fabrico cerâmico: o lugar raiano de Malhada Sorda (concelho de Almeida), localizado além-Côa,



e o Felgar (concelho de Torre de Moncorvo), em terras Transmontanas de além-Douro. As voltas da louça, no Douro Superior e Beira Interior, cruzavam-se entre estes três locais, com algumas ramificações provenientes de migrações esporádicas de oleiros entre localidades.

Manuel António Ribeiro, nascido em Santa Comba, reside há algumas décadas em Figueira de Castelo Rodrigo, onde desenvolveu uma estrutura oficial mais inovadora: um forno rectangular, grande e coberto; a peneira do barro e a utilização da técnica do vidrado. Assim conseguia produzir mais e ir ao encontro dos novos gostos de um público que busca a louça para decorar, mais do que para usar. Afirmando “*gostar muito d’isto do barro*”, tem pena de já não cozer há cerca de 3 anos porque para qualquer pessoa é mais fácil ir à feira de Barcelos e comprar louça a 3 ou 4 euros”⁷...

Na realidade, a arte de olaria era a condição de uma vida árdua e mal remunerada, perpetuando uma certa miséria decorrente do arcaísmo dos equipamentos que constituíam a unidade de produção – a oficina.

As argilas provinham do lugar do barreiro, próximo da freguesia, localizando-se em terrenos particulares cujos donos facultavam aos oleiros a sua exploração durante todo o ano, mediante o pagamento de uma determinada quantia. A matéria-prima era extraída com o uso de enxada, tornando necessário cavar fundo e revolver a terra: “*A gente p’ra achar o barro, às vezes só assim desta fundura, às vezes nem desta se acha. Aquilo dá muito trabalho. Andava a gente aqui e além, a cavar a ver se achava*”⁸.

A fraca qualidade desta matéria levava à necessidade de fazer misturas com argilas de diferentes características. Por este motivo, os louceiros deslocavam-se a sítios diferentes para recolher barros que seriam misturados em proporções variáveis.

Os testemunhos de Manuel António da Silveira e Ana Maria Félix, afirmam a necessidade de misturar não duas mas três substâncias, as quais dão o nome, respectivamente, de **barro pintado** (correspondente ao barro vermelho citado atrás), que iam buscar junto ao Barreiro; o **barro branco** (também designado como **barro sujo**), recolhido no cima da estrada, junto à capela de Nossa Senhora da Penha, e o **barro forte**, proveniente da Quinta das casas. Este terceiro elemento seria essencial, porque a utilização de apenas os ou-

⁷ Testemunho do oleiro Manuel António Ribeiro, recolhido em Figueira de Castelo Rodrigo (22 de Março de 2007).

⁸ Testemunho de Manuel António da Silveira.

tros dois faria com que as peças se quebrassem. A proporção entre ambos seria de uma carga de barro branco para duas de barro forte e doze de barro pintado⁹. Os barros seriam carregados em cestos e transportados de volta a dorso de animal – sendo mais frequente o uso de equídeos, designadamente machos –, sendo depositados numa *preseira* onde era amolecido com água, partido e pisado sob as patas dos machos. Finda esta operação, era armazenado noutra *preseira*, esta no interior, coberto com um oleado para não secar, de onde era retirado consoante a necessidade (Pinto, 1998: 82). A utilização de um **relador** de ferro, comprado pelo oleiro Manuel Joaquim Félix, constituiu uma inovação que diminuiu consideravelmente o tempo de preparação da matéria, garantindo maior rentabilidade. O aparelho era composto por dois cilindros de aço unidos a nora semelhante à da água, accionados por uma vara de madeira que os animais rodavam em círculo, moendo rapidamente os torrões de argila maiores.

“A gente era tudo ao braço, não é! E os machos vinham aqui, e os machos é que faziam o trabalho que a gente fazia com as mãos. Punha-me em cima daquele terreno que está ali em baixo, punha-me ali de pé, e os machos à volta. E depois metia o barro aqui para dentro”¹⁰.

Desta forma, Manuel Joaquim Félix ganhou um avanço produtivo considerável em relação aos outros louceiros, que preparavam o barro de forma primitiva. Estava confinada às mulheres uma das tarefas mais penosas - a remoção manual de pedras e impurezas, designadamente quartzo e feldspato: *“O barro tem areia, muita pedra, e a gente era preciso catar, catar, catar p’ra tirar aquela pedrinha toda”¹¹*. O acto de peneirar o barro nunca teve tradição neste local, o que a suceder diminuiria consideravelmente o tempo e o esforço dispendidos, traduzindo-se na maior qualidade plástica: *Nem ao menos joeiram o barro para o purgarem das areias grossas que traz misturadas, tendo que as escolher á mão* (Themudo, 1905:135).

Estando o barro em pó, era levado para outra *preseira* onde, sobre uma **mesa de mondar**, as mulheres o misturavam com água, amassavam e faziam as **pelas** – porções de forma variável a partir das quais o artista dava forma às peças. Estas eram formadas consoante o tamanho do objecto a fabricar:

“ Consoante são as pelas, assentavam eles no tal rodete da roda. Assim... umas pelas assim. Se fossem talhas eram grandes...se fossem pequeninas eram assim, consoante eram...às vezes peças de uma pela, que faziam duas e três”¹².

Para além das familiares directas dos louceiros, surgia necessidade de contratar outras mulheres, à geira, para auxiliar em tempos de maior volume de trabalho. O trabalho sobre a roda era realizado exclusivamente pelos homens, os quais laboravam no interior de um anexo da habitação designado por **casinha**. Cada um trabalhava na sua residência, possuindo pelo menos uma roda, ou duas, no caso de haver mais do que um membro da família em actividade.

“A roda era assim deste tamanho, era assim, e depois aqui no meio tinha atão 1 eixo da grossura de um braço, pr’a cima. E depois em cima era onde assentávamos o barro. Aos pontapés, pumba, pumba...e a gente a trabalhar, por cima, era uma tontice...”¹³

⁹ Testemunho de Manuel António da Silveira, 1987.

¹⁰ Testemunho de Manuel Joaquim Félix.

¹¹ Testemunho de Ana Maria Félix.

¹² Testemunho de Manuel António da Silveira.

¹³ Testemunho de Manuel António da Silveira.

¹⁴ Testemunho de Manuel António da Silveira.

¹⁵ Para aprofundar as especificidades técnicas do torno em relação às tecnologias mais primitivas, veja-se RIBEIRO (1962), SEMPERE (1982), pp. 45-53.

A roda, de tipo alto também designada como torno, assentava numa roda inferior grande - o **estrado** - atravessada ao centro por um **eixo** vertical que suspendia uma roda mais pequena, o **rodete**, no topo. Inicialmente, seria toda feita de madeira, sendo o freixo a madeira mais usual no rodete e no eixo e o pinho no estrado, ainda que as últimas rodas tivessem já o eixo em ferro. O artista - sentado numa bancada anexa - a **tábua de assento** - e descansando os pés noutra tábua inferior - o **estribo** - moldava o barro com mãos húmidas, enquanto girava a roda inferior com o pé, erguendo-se a peça por força deste movimento. Os próprios artistas exclamavam a beleza do seu gesto: *“Aquilo até é uma grande admiração o fazer-se aquilo, uma coisa...que é assim. Não há nada como a força do barro, “escurava-se” um pouco da altura que eu sei lá, é tudo por Deus”¹⁴*. Este método constitui uma evolução relativamente a sistemas anteriores, ainda enraizados nalguns centros oleiros - como o caso de Malhada Sorda -, permitindo uma maior perfeição e rapidez no trabalho, executando a peça de uma só vez¹⁵: *No torno de pé, a completa independência manual e a velocidade do movimento de rotação permitem*



rápida execução com aproveitamento das forças centrífuga e centrípeta (Ribeiro, 1962: 403).

Ainda que as peças de menores dimensões fossem feitas de uma vez só, algumas demoravam várias etapas. As peças grandes são feitas em duas fases, primeiro era feita a parte de cima – a **capela** - depois a de baixo – o **caqueiro**, unidas posteriormente entre si. Como ferramenta para alisar as peças, do lado de fora, usavam um bocado de sola chamada de **tomba**, enquanto que no interior a peça era alisada apenas com as mãos. Os riscos e decorações eram feitos à unha, ou com um pequeno pau ou cana. As peças grandes, como as talhas e potes, faziam-se por partes, demorando geralmente mais do que um dia. A colocação de certos elementos, como as asas e os cordões (cintas) decorativas, eram postos fora da roda, quando a peça se encontrava já um pouco rija.

O acto de deslocar as peças depois de prontas requeria alguma perícia: “*saber tirar a louça do rodete é arte, pois quem não sabia tirar, agarrar por baixo o cântaro partia-o logo*”¹⁶. O segredo consistia em colocar cinza sob a pela (antes de começar a erguer a peça), ainda que certas peças de pequenas dimensões fossem “**cortadas**” com um **fio** de algodão – como os pucarinhos, alguidares e as panelas de fio (daí lhes advém a designação): consistia em passar o fio esticado horizontalmente na base da peça, cuidadosamente, para que se descolasse e erguesse sem cair. Por fim, eram a louça colocada a secar sobre uma tábua, designada como **estada** ou **caniço**.

Os utensílios destinados ao armazenamento de líquidos eram por vezes impermeabilizados com enxofre no interior: “*bota-se um bocadinho de enxofre, pincha-se-lhe o fogo lá dentro, andam com aquilo de roda, a arder derrete*”¹⁷. Para o mesmo efeito, alguns potes e talhas eram mergulhados em vinho mosto dentro do lagar. Já o vidro era usado apenas excepcionalmente, e quase sempre no mesmo tipo de peças: as bilhas. Eram feitas geralmente só por encomenda, ou então para oferecer a pessoas amigas, tendo uma função meramente decorativa. Para as vidrar em usado pó de chumbo, adquirido aos caçadores, o qual era colocado sobre a peça quando estava esta ainda mole. Sendo cozida abafada no meio de dois alguidares, derretia-se o chumbo e a peça ficava toda amarelinha.

¹⁶ Testemunho de Ana Maria Félix.

¹⁷ Testemunho de Elisabete Ribeiro.

Estas tarefas tinham uma sazonalidade marcada, laborando-se mais no tempo quente e menos no frio, sendo que a produção atingia o auge a partir de Março, prolongando-se por todo o Verão até ao mês de Outubro. Este aspecto alterava a própria cenografia do lugar: enquanto que no Inverno a secagem era feita no interior, os barros saíam à rua com o tempo quente, sendo que “as casas eram todas cercadas com loiça, no Verão”¹⁸. As tipologias não diferem muito das produzidas nos centros oleiros vizinhos: destinadas a um uso essencialmente utilitário, são na generalidade lisas e desprovidas de ornamentos, ainda que apresentem maior ou menor apuro artístico, consoante a mão e a experiência do autor: “Quanto mais puxar o barro mais fininha fica. Mais força, nem é só pelo jeito, uns têm mais capricho no trabalho como em todas as artes é assim”.¹⁹ “A fornada de louça, levava a louça com este nome: tem o cântaro em primeiro lugar, tem panelas de quarta de duas asas, que são grandes, leva uma asa de cada lado. Depois tem a panela de fio que é mais pequena que tem só uma asa. Depois tem uma cântara abaixo do cântaro que se chama infusa. Depois tem o púcaro grande, depois o púcaro pequeno e depois tem o púcaro xixo, depois tem os alguidares que se chamam barranhas, barril e testo é a louça que leva uma fornada. Era toda a louça...”.²⁰

O barro transfigurado pela junção da terra com água, aguardava ainda a acção do fogo para completar o ciclo que se estende da matéria à forma. A cozedura era um ritual delicado e um dos aspectos mais particulares destas olarias, tanto pela extrema escassez de lenha, pela dependência da entre-ajuda comunitária como pela tipologia rudimentar dos fornos.

A dificuldade na obtenção de lenha, mercê do clima árido e da escassez de vegetação, foi um dos aspectos mais limitativos do desenvolvimento tecnológico destas produções locais, na medida em que tinha muitas vezes que ser comprada, disseminando deste modo parte do rendimento auferido pelo louceiro. Numa época onde toda a economia local dependia deste combustível – pois para além dos fornos cerâmicos, coziavam diariamente os fornos de pão e as habitações não dispunham de outro meio para aquecer o cozinhar –, muitos se empenhavam na busca de lenha. Não raro, esta aguerrida competição gerava mesmo conflitos:

*“Às vezes tínhamos os feixes feitos e corriam-nos à pedrada, e tiravam-nos e queimavam-nos a lenha, os de cidadelhe. Iam atrás de nós com umas varas, pois também queriam levar para casa. Olhe corriam como uns galgos à pedrada atrás de nós. E agora a lenha até apodrece lá nas terras, são uns matos fechados que Deus nos livre”.*²¹

Os louceiros de Santa Comba e seus familiares deslocavam-se frequentemente junto ao Côa, particularmente à zona de Cidadelhe (concelho de Pinhel), comprando o combustível a mulheres que faziam dessa colheita modo de vida - conhecidas como **mateiras** -, havendo memória de cada carrinho de lenha ser comprado a 5\$. Noutras ocasiões, esta seria trocada por obra feita, ambas as situações reflectindo um quotidiano duro:

*“Ô valha-me Deus, ninguém diga que agora que é mau...E depois naquele tempo os cavadores cavavam p’ra nos dar um molhinho de lenha, levávamos-lhes uns barris para beberem água...ó coitadinha da gente”.*²²

Os fornos cerâmicos de Santa Comba/ Barreira, de acordo com Emili Sempere (1982), apresentam uma tipologia muito primitiva: os exemplares sobreviventes são praticamente os últimos que se podem encontrar na península Ibérica. O autor, classificando-os dentro da **tipologia 2 - fornos descobertos** - formulou a seguinte descrição:

Este modelo se compone de una sola cámara y hogar en un mismo cuerpo. En realidad, su construcción es muy sencilla, ya que no es mas que un agujero excavado en el suelo, aprovechando un desnivel de terreno por la parte delantera. Toda la cámara es forrada con piedra seca y cuatro arcos de punto, separados entre sí correlativamente por unos cincuenta centímetros. El de la parte delantera, sirve de puerta del hogar y sobre los três restantes descansa la obra con el fim de separarla del fuego. Los arcos non son mas que dos pilastres de piedra granítica de una solo pieza cada uma, que partem del suelo y se juntam en el vértice (Sempere, 1982: 64).

Correspondem a construções circulares com paredes de alvenaria em granito, semi-enterrados, descobertos no topo, e com cerca de 1,75 m de altura. Uma das características mais peculiares, que permite a sua fácil identificação, consiste na forma da porta, em

¹⁸ Testemunho de Manuel António da Silveira.

¹⁹ Testemunho de Elisabete Ribeiro.

²⁰ Testemunho de Elisabete Ribeiro sobrinha de louceiros, Abril de 1987.

²¹ Testemunho de Ana Maria Félix.

²² Testemunho de Ana Maria Félix.



arco ogival composto pela disposição de duas lajes grandes - os **murões** - unidas no topo formando uma abertura de forma triangular.

Trata-se de um forno de câmara única, sendo a caldeira interior delimitada por 3 arcos - os **cães** -, compostos por três pares de lajes unidas no vértice, dispostas em sentido decrescente a partir da abertura. A sua peculiaridade consiste no facto de a caldeira - por onde seria inserido o combustível - formar, ela própria, a câmara, na medida que sustenta toda a disposição das peças a cozer.

Actualmente, subsistem apenas dois fornos deste tipo na Barreira, razoavelmente conservados, bem como um terceiro em Santa Comba, num terreno pertencente a Manuel António da Silveira, este último em decadência desde a morte do proprietário. No entanto, com excepção deste louceiro e do seu cunhado Manuel Joaquim Félix (o qual terá igualmente construído para si um forno particular), a generalidade da produção tinha como destino um dos fornos comunitários existentes no centro da povoação. Se Themudo identificou 8 fornos em 1905 (Themudo, 1905: 185), as memórias mais recentes relembram saudosamente o forno da Lameira, desaparecido em finais nos anos 60.²³

Cada oleiro, para marcar o seu dia de cozer, punha na noite anterior um púcaro à porta do forno, o que não gerava confusão pois todos conhecem a louça uns dos outros. Toda a comunidade ajudava, na medida do possível, a acarretar a louça para o forno, que era transportada a braço ou sobre tabuleiros de assar pão, ainda que o processo de enfiar a louça no interior, mais delicado, fosse executado pelo louceiro e seus familiares.

A primeira etapa consistia em **fazer o crivo**: dispor louça em cacos sobre os cães, cobrindo completamente o fundo do forno. Entre os cães eram dispostos cântaros inteiros, já cozidos, cobrindo quase completamente o espaço livre: deixava-se contudo algumas brechas, "*para o lume furar*"²⁴. Só depois se colocava a louça, peça a peça, ajustada consoante a forma e o tamanho: "*Cada lugar que tinha a sua peça, essa peça havia para se pôr naquele lugar*"²⁵, coberta no topo por nova camada de cacos. Às vezes a louça caía e esborrachavam-se: essas eventualidades, para além do óbvio prejuízo, davam azo a superstições, dizendo o povo que era *qualquer ruim coisa que passava*.²⁶

²³ De acordo com PINTO (1998: 83), este forno colectivo foi destruído pela Junta de freguesia pelo simples facto de se encontrar instalado num local que os moradores escolheram para logradouro, constituindo como tal um obstáculo.

²⁴ Testemunho de Maria Augusta Félix Leonardo, in PINTO (1998): 83.

²⁵ Testemunho de Manuel António da Silveira.

²⁶ Testemunho de Ana Maria Félix.

Só depois era inserida a lenha pelos murões, sendo preferida giesta branca, porque “*dava lambra e quentura ao mesmo tempo para toda a louça, senão cozia de um lado e não do outro*”²⁷. Estima-se que cada fornada levasse 12 cargas de lenha, cada carga com 13 feixes, o que nos dá a ideia da pouca rentabilidade deste tipo de fornos: nas palavras de Themudo (1905: 185) “*a má construção dos fornos (...) consomem o triplo dos combustíveis que deviam consumir se estivessem construídos devidamente*”.

A lenha não era inserida toda de uma vez: havia que **temperar a louça**, ou seja, prepará-la para a combustão, que era controlada em duas fases, inicialmente colocando feixes pequenos, muito lentamente, e só depois de estar temperada se colocavam feixes maiores, de outro modo a chama subia muito alto e a louça rebentava. Requerendo bastante paciência, era uma tarefa desempenhada por mãos femininas. No decorrer da cozedura, e com a ajuda de um **rodo** de madeira, era usual retirar-se do interior da caldeira o rescaldo do **borralho** – cinza branca – que era depois recolhido em caixotes e vertida sobre a louça, no topo do forno.

“*Quando se cozia uma fornada de louça, ninguém se chagava à beira do forno porque a labareda era muita. É como quem deita fogo a um palheiro de palha. Levantava a chama mais alto que aquela casa. É verdade, aquilo era um incêndio, um incêndio*”.²⁸

A sazonalidade era também aqui um aspecto importante. No Verão, cozia-se todos os meses uma fornada, ao passo que em todo o Inverno se faziam, no máximo, três. Na realidade, a inconstância do clima conferia muito risco: em caso de chuva, o rendimento de semanas de trabalho era deitado a perder. Quando caíam as primeiras gotas, “*Ajuntava-se pr’a aí uma malta de gente, uns com mantas...íamos a buscar as mantas da cama e deitávamos em cima*”²⁹, **cobijões** eram estas mantas de farrapo, usadas para proteger a louça.

Demorava-se cerca de uma hora a enfiar, uma hora e meia a cozer. Sabia-se que a louça estava cozida pela cor: “*Quando a louça estava cozida ficava toda uma brazinha. Ficava assim toda amarelinha, ficava toda, toda*”.³⁰ Depois da louça cozer, punham um molho de lenha a tapar a porta do forno porque “*O ar abria a louça depois de cozida*”³¹. Estando cozida, e depois de devidamente repousada, os cuidados diminuem, pois o barro pronto apresenta uma notável resistência às mudanças de ambiente: “*O caco depois de cozido, já nem a terra o come*”.³²

Se a louça assegurava o parco rendimento do louceiro e sua família, todos ajudavam no seu transporte e venda, principalmente as mulheres e crianças: tarefa penosa num território onde os meios e as vias de comunicação eram quase inexistentes. Preparada para percorrer longas distâncias que por vezes demoravam dois e três dias, a carga era carregada a dorso de machos. Homens, mulheres e bestas saíam ainda de madrugada, preparados para dormir onde calhava e ingerir refeições frugais, para o que dependiam muito da boa-vontade alheia.

A área de distribuição da louça de Santa Comba era significativamente ampla, dado existirem poucos centros produtores da região. A principal rota rumava a Riba-Côa: Algodres, Escalhão, Escarigo, Vilar de Amargo, Figueira de Castelo Rodrigo, Almendra, Castelo Melhor. Para além da sede de concelho, os mercados de Freixo de Numão e de Trevões (S. João da Pesqueira) eram também destino usual, bem como as zonas serranas de Meda, Paipenela, Casteição, Antas, Trancoso, Penedono.

A travessia do rio Côa era o percurso mais comum, e também mais temido: por vezes atravessavam a pé, outras chamavam o barqueiro junto à Quinta da Barca. Mas se o caudal era demasiado grande, tinham que se deslocar junto à foz para a travessia: “*Nós chegávamos a ir às entradas do Côa...E depois os animais a gente metia dentro daqueles barcos, e a gente lá passava*”³³. Muitas vezes, pessoas e cargas corriam perigo de vida, e quantas vezes se quebrava a louça toda...fazendo-os voltar a casa de estômago vazio.

“*A água dava-se me cinta, eu estive maneiras, ai Jasus, duas vezes ai Jasus, pensei que ia pelo Côa abaixo mas lá me equilibrei, quando cheguei ia de toda morta da minha vida, com aquela força da água que era tanta*”.³⁴

Se tinham sorte e a louça se mantinha intacta, era fácil o seu escoamento nas feiras e mercados, dada a grande procura. Em meados do séc. XX, os púcaros eram vendidos a 500 réis, o barril valia 3 vezes mais e o cântaro cinco, ao passo que as talhas de maiores dimensões rendiam 3 mil e quinhentos réis.³⁵

²⁷ Testemunho de Maria Augusta Félix Leonardo, recolhido por Carla Pinto em Santa Comba, 1998, cit. in PINTO (1998): 84.

²⁸ Testemunho de Ana Maria Félix.

²⁹ Testemunho de Ana Maria Félix.

³⁰ Testemunho de AMF.

³¹ Testemunho de Ana Maria Félix.

³² Testemunho de Manuel António da Silveira.

³³ Testemunho de Ana Maria Félix.

³⁴ Testemunho de Ana Maria Félix.

³⁵ Testemunho de Almerinda de Jesus Ribeiro, recolhido por Alexandra Cerveira Lima em 1998, cit. in LIMA (1998).



“Estava aí um louceiro, no Inverno saiu-lhe a louça partida, então ele não tinha mais louça e foi vendê-la a Foz Côa. Chegou lá e as senhoras começaram a dizer: ai coitadinho do louceiro, traz a louça toda escaretada... Caiu-lhe o burrinho? Caiu-lhe o burrinho? Caiu, caiu minha senhora. Então vamos comprar-lhe estes caquinhos para ajudar o homem. Ele já a tinha levado partida!”³⁶

Mas para além da venda a dinheiro, a louça era também trocada por produtos agrícolas que escasseavam na terra quente: da serra traziam frequentemente batatas, castanhas, cebolas e maçãs. Tanto num caso como no outro, um rendimento baixo que se estendia pouco para além das necessidades básicas de subsistência.

Nós íamos daqui a foz coa, aonde o coa se junta com o Doiro, um barco de madeira, o barco começou a dar-se, porque as ondas do rio eram muito grandes e a água começou a entrar para dentro (...). Vínhamos de Figueira de vender os cântaros a 10 tostões. O barqueiro mandou-nos pedir ao santíssimo, para que o santíssimo nos guardasse...se nos afogássemos o barqueiro não tinha responsabilidade nenhuma. Nós o que queríamos era vir para casa...³⁷

O tempo milenar dos louceiros parece ter chegado ao fim, e com ele realidades e imaginários que são hoje alvo do olhar memorial do património, enquanto valor de identidade colectiva.

Estará escrito o derradeiro capítulo das histórias do barro no vale do Côa? Poderá a revitalização deste recurso endógeno vir a fomentar dinâmicas de desenvolvimento sustentável, das quais a região tanto carece? São questões que nos inquietam, na convicção que se vão desvendando novas oportunidades:

É necessária uma profunda reflexão de todos nós, e principalmente daqueles que têm por missão defender estas artes, para saber qual o rumo a seguir, sempre conscientes que as artes, os oleiros e as olarias não são fenómenos estáticos, mas que evoluem hoje como evoluíram no passado, adaptando-se às exigências do mercado, respondendo a novas e constantes solicitações (Fernandes, 2003: 25).

³⁶ Testemunho de Elisabete Ribeiro.

³⁷ Testemunho de Ana Maria Félix, recolhido por Maria da Graça Freitas e Manuel Marinho de Macedo em Santa Comba, Julho de 1986 (fundo documental do Museu de Olaria).

Bibliografia

- FERNANDES, I. (2003) – “Oleiros e olarias em Portugal: Uma perspectiva histórica” in *As idades da terra: formas e memórias da olaria portuguesa*. Lisboa: IEFP, pp. 11-25
- LIMA, A. (2003) – “A venda da loiça” in *As idades da terra: formas e memórias da olaria portuguesa*. Lisboa: IEFP, pp. 80-81
- PINTO, C. (1998) – “Louça de barro de Santa Comba no museu de sítio de Ervamoira” in *Côavisão* nº 2. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 11.14
- RIBEIRO, M. (1962) – “Contribuição para o estudo da cerâmica popular portuguesa” in *Separata da Revista de Guimarães*, vol. XXXII, nºs 3 e 4
- RODRIGUES, M. (2003) – “Olaria de Santa Comba/Barreira” in *As idades da terra: formas e memórias da olaria portuguesa*. Lisboa: IEFP, pp. 77-81
- SEMPERE; E. (1982) – *Ruta a los Alfares: Espana-Portugal*. Barcelona: s/ed.
- THEMUDO, F. (1905) – *Estudo sobre o actual estado da cerâmica na 2ª circunscrição dos serviços técnicos da indústria*. Lisboa: Imprensa Nacional

ficha técnica

Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Título

Actas do Forum Valorização e Promoção do Património Regional

Coordenação do Congresso

??????

Coordenação Editorial das Actas

????????

Coordenação Científica da Sessão

??????

Coordenação da Publicação

Miguel Rodrigues e Paulo Dordio

Autores

Paulo Dordio, Miguel Areosa Rodrigues, António do Nascimento Sá Coixão, Sandra Euzébio Naldinho, José Jorge Argüello Menéndez, Elisa Albuquerque, Alberto Tapada, Graça Araújo

Revisão de Textos

?????

Design

Gina Ferreira

Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

?????

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-4-1

Depósito Legal

??????

Tiragem

1000 Exemplares